



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIV Nº 133, TERÇA-FEIRA, 10 DE SETEMBRO DE 2019



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4ª Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PPS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4º - Senadora Leila Barros (PSB-DF)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro
Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodases



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 158^a SESSÃO, ESPECIAL, EM 9 DE SETEMBRO DE 2019

1.1 – ABERTURA	8
----------------------	---

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a homenagear o Rotary International, nos termos do Requerimento n° 512/2019, da Senadora Leila e outros Senadores.	8
---	---

1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro	8
---	---

1.2.2 – Oradores

Senadora Leila Barros	8
-----------------------------	---

1.2.3 – Exibição de vídeo institucional do Rotary International	9
--	---

1.2.4 – Oradores (continuação)

Sr. Mário Cesar Martins de Camargo, Diretor do Rotary International	10
---	----

1.2.5 – Exibição de vídeo institucional	13
--	----

1.2.6 – Oradores (continuação)

Sr. Mark Daniel Maloney, Presidente do Rotary International	13
---	----

1.2.7 – Entrega de escultura a parlamentar homenageada	15
---	----

1.2.8 – Exibição de vídeo institucional	15
--	----

1.3 – ENCERRAMENTO	16
--------------------------	----

2 – ATA DA 159^a SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 9 DE SETEMBRO DE 2019

2.1 – ABERTURA	18
----------------------	----

2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE



2.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	18
2.2.2 – Oradores	
Senador Paulo Paim – Breve comentário sobre o mandado de recolhimento de livros na 19ª Bienal do Livro, no Rio de Janeiro. Relato de declarações de especialistas contrários a determinados pontos da reforma da previdência social em audiência pública na CDH. Continuidade da leitura de voto em separado, de S. Exa., da proposta de reforma da previdência na CCJ.	18
Senador Marcos Rogério – Análise de dados apresentados pelo IBGE, que estima que a população brasileira atingiu 210 milhões de habitantes, à luz da reforma da previdência.	22
Senador Reguffe – Posicionamento contrário à recriação da CPMF e ao aumento da carga tributária brasileira. Sugestão de inclusão, em proposta de reforma tributária, da isenção de imposto de renda de quem recebe até R\$5 mil e taxação de 15% nos lucros e dividendos.	27
2.2.3 – Realização de sessão	
Realização de sessão de debates temáticos amanhã, às 14 horas, destinada a discutir a Reforma da Previdência.	28
2.2.4 – Oradores (continuação)	
Senador Jorge Kajuru – Explicações sobre suposta <i>fake news</i> envolvendo o nome de S. Exa. Comentário sobre emenda à proposta da reforma da previdência, de autoria de S. Exa., em que modifica determinados pontos do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS). Exposição sobre o Projeto de Lei nº 4.305/2019, de autoria de S. Exa., que duplica as penas dos crimes praticados contra cônjuges, companheiros ou ex-cônjuges e ex-companheiros.	28
Senador Izalci Lucas – Registro sobre Brazlândia-DF, com destaque para suas atividades de turismo religioso e produção agrícola. Explicações sobre as obras de duplicação da BR-080 e da BR-001.	32
Senador Eduardo Girão – Síntese dos montantes restituídos pela Operação Lava Jato aos cofres públicos. Preocupação com o suposto enfraquecimento da Operação Lava Jato. Expectativa do acolhimento pelos parlamentares das matérias relativas à CPI dos Tribunais Superiores, ao fim do foro privilegiado e aos pedidos de <i>impeachment</i> de alguns ministros do STF.	34
2.2.5 – Mensagem do Presidente da República	
Nº 411/2019, na origem (Mensagem nº 52/2019, no Senado Federal), que comunica o impedimento de S. Exa. no período de 8 a 12 de setembro de 2019.	39
2.2.6 – Oradores (continuação)	
Senador Styvenson Valentim – Preocupação com a situação precária das escolas públicas no Brasil, principalmente, no Estado do Rio Grande do Norte.	39
2.3 – ENCERRAMENTO	43
3 – ATA DA 160ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 9 DE SETEMBRO DE 2019	
3.1 – ABERTURA	45
3.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a Comemorar o Dia do Administrador, nos termos do Requerimento nº 100/2019, do Senador Izalci Lucas e outros Senadores.	45



3.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro	45
3.2.2 – Exibição de vídeo institucional	45
3.2.3 – Interpretação narrativa de Nyedja Gennari	45
3.2.4 – Oradores	
Senador Izalci Lucas	47
Senador Eduardo Gomes	49
Sra. Gracita Hortência dos Santos Barbosa, Conselheira pelo Estado do Mato Grosso do Sul do Conselho Federal de Administração	51
Sra. Ivany Rosa de Oliveira, Conselheira pelo Estado de Goiás do Conselho Federal de Administração	51
Sr. Carlos Alberto Ferreira Junior, Conselheiro pelo Distrito Federal do Conselho Federal de Administração	52
Sr. Udenir de Oliveira Silva, Presidente do Conselho Regional de Administração do Distrito Federal	53
Sra. Herlígenas Corrêa de Oliveira, Presidente do Conselho Regional de Administração do Amapá	55
Sr. Mauro Kreuz, Presidente do Conselho Federal de Administração	56
3.3 – ENCERRAMENTO	58

PARTE II

4 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 159^a SESSÃO

4.1 – EXPEDIENTE

4.1.1 – Comunicações

Da Senadora Mara Gabrilli, de mudança do endereço do escritório de apoio de S. Exa. (Ofício nº 445/2019).	60
--	----

Do Senador Omar Aziz, de mudança do endereço do escritório de apoio de S. Exa. (Memorando nº 61/2019).	61
---	----

Da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda, de substituição de membro na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 62/2019).	62
---	----

4.1.2 – Encaminhamento de matéria

Encaminhamento do Ofício nº 365/2019, da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.	64
--	----

4.1.3 – Inclusão em Ordem do Dia

Inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, do Projeto de lei do Senado nº 5/2017.	66
---	----



4.1.4 – Mensagens do Presidente da República

Nº 283/2019, na origem (Mensagem nº 51/2019, no Senado Federal), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Eslovaca.	68
Nº 411/2019, na origem (Mensagem nº 52/2019, no Senado Federal), que comunica o impedimento de S. Exa. no período de 8 a 12 de setembro de 2019.	100

4.1.5 – Projetos de Lei

Nº 4913/2019, do Senador Izalci Lucas, que <i>inscreve o nome de Joaquim Gonçalves Ledo no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria</i>	105
Nº 4914/2019, do Senador Eduardo Girão, que <i>confere ao Município de Pedro Leopoldo, no Estado de Minas Gerais, o título de Capital Nacional da Mediunidade</i>	112

4.1.6 – Projeto de Lei Complementar

Nº 212/2019, do Senador Paulo Paim, que <i>altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, para vedar o contingenciamento de recursos da seguridade social</i>	118
--	-----

4.1.7 – Término de prazos

Término do prazo, em 6 de setembro de 2019, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 43/2018.	125
Término do prazo, em 6 de setembro de 2019, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de lei do Senado nºs 36/2016; 328/2017; 29, 251 e 292/2018; e dos Projetos de Lei nºs 636, 1.389, 1.397, 1.927, 3.789 e 4.227/2019.	125

5 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS**5.1 – PARECER APROVADO EM COMISSÃO**

Nº 48/2019-CAE, sobre a Mensagem (SF) nº 45/2019 (repúblicação)	127
--	-----

PARTE III

6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	137
7 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	140
8 – LIDERANÇAS	141
9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	143
10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	148
11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	186



Ata da 158^a Sessão, Especial,
em 9 de setembro de 2019

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 56^a Legislatura

Presidência da Sra. Leila Barros.

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 6 minutos e encerra-se às 10 horas e 57 minutos.)



A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Bom dia a todos e a todas!

É um prazer estar nesta manhã aqui com todos vocês.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial é destinada a homenagear o Rotary International, nos termos do Requerimento nº 512, de 2019, da Senadora Leila, esta Senadora que vos fala, e de outros Senadores.

Convidado para compor a Mesa o Sr. Presidente do Rotary International Mark Daniel Maloney. (*Palmas.*)

O Sr. Diretor do Rotary International, Mário César Martins de Camargo. (*Palmas.*)

A Sra. Curadora representante da Fundação Rotária, Brenda Cressey. (*Palmas.*)

O Sr. Curador da Fundação Rotária, Hipólito Sérgio Ferreira. (*Palmas.*)

O Sr. Governador do Distrito 4530 do Rotary International, Alberto Sousa Brito. (*Palmas.*)

Convidado a todos para, em posição de respeito, acompanharmos o Hino Nacional do Brasil.

(*Procede-se à execução do Hino Nacional.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Inicio as minhas palavras, assim como os trabalhos desta sessão, saudando toda a família rotária que honra o Senado da República com sua presença, na pessoa do Presidente do Rotary International, Mark Maloney e de sua esposa, Gay.

Esta sessão, singela em sua forma, mas extremamente elevada em significação, tem como escopo prestar merecida homenagem ao Rotary International, instituição centenária que tem impactado positivamente a vida de milhares de pessoas ao redor do mundo.

Criada em fevereiro de 1905, em Chicago, nos Estados Unidos, e hoje presente em mais de 200 países e área geográfica, abriga mais de 1,2 milhão de associados, representantes de suas profissões e negócios, todos voluntários.

O Brasil é abençoado pela presença do Rotary e Brasília, sua capital e sua gente reconhecem a grandeza de espírito de seus colaboradores que se doam a cada dia para arrancar sorrisos, levar um abraço, dar a mão a quem precisa, com um alto investimento de calor humano.

É público e notório que o Estado, sozinho, não consegue dar resposta a todas as questões e atender às necessidades da população, em sua totalidade. Daí a importância das instituições, organizações da sociedade civil que prestam relevantes e imprescindíveis trabalhos de responsabilidade social.

Aqui no Distrito Federal, nossa casa, por onde ando e conheço bem, a atuação do Rotary Club e seus familiares é visível em vários cantos da cidade, pelos serviços humanitários que prestam e ações que realizam.

Em um dia, temos os rotarianos empenhados em realizar a caminhada da paz, na cidade do Gama; no outro, eu os vejo atuando na periferia de Taguatinga, equipando escolas, maternidades e criando bancos de leite, assim como doando materiais esportivos para projetos sociais. Eu os vejo no Setor de Indústria de Brasília fazendo exames de vista e doando óculos a operários, em Formosa, no Estado de Goiás, doando livros, cadeiras de rodas e fazendo horta comunitária com recursos da Fundação Rotária. Eu os vejo, em Brasília, subsidiando estudantes carentes, proporcionando bolsas de estudo e, em parceria com a Universidade Católica, ensinando aos



iletrados a prática da leitura. Eu os vejo também em diversas cidades do distrito federal distribuindo cadeiras de rodas e andadores, proporcionando mobilidade a quem não tem. Eu os vejo, ainda, trabalhando em projetos que visam à valorização e à proteção da mulher, que são algumas das minhas prioridades de mandato nesta Casa.

Finalmente, vejo-os buscando prevenir o envolvimento dos jovens com as drogas e a violência urbana, levando-os a terem contato com outras culturas, por meio dos programas de intercâmbio de jovens, e a entenderem e, mais que isso, a desenvolverem a compreensão para com a diversidade, oferecendo-lhes visão mais ampla sobre a vida e sobre a real possibilidade de um mundo de paz.

Citei, aqui, apenas alguns exemplos do trabalho realizado pelo Rotary, mas tenho conhecimento dos extraordinários projetos de âmbito mundial, seja focando a preservação ambiental, com o Programa Preserve o Planeta Terra, assunto da maior atualidade, mas suscitado pelo Rotary desde os anos 80, sejam projetos tangenciando a área de saúde, como o Programa Pólio Plus, arquitetado há mais de 30 anos e que tem o propósito de pôr fim à poliomielite no mundo.

No momento em que nossa cidade sedia o 42º Instituto Rotary do Brasil, realizado anualmente em diferentes cidades brasileiras, damos a vocês os melhores votos de boas-vindas e, mais uma vez, reconhecemos, esta Casa, o País, a importância do Rotary International, pela grandeza de seus propósitos e pela nobreza com que transforma a história de tantas vidas ao redor do mundo, até mesmo pelo lema que adota – "dar de si antes de pensar em si" –, o que se coaduna com o altruísmo que tanto valorizamos.

Vida longa e profícua ao Rotary International! (*Palmas.*)

Eu gostaria de citar algumas autoridades que estão no plenário.

Embaixador do Grão-Ducado de Luxemburgo, Senhor Carlo Krieger.

Seja bem vindo, senhor!

Embaixador Real da Tailândia, Sr. Surasak Suparat.

Presidente do Rotary Club de Brasília Cruzeiro, o Sr. Brigadeiro José Roberto Durans Amorim.

Sejam bem-vindos!

Diretor do Rotary Internacional, Sr. José Antônio Figueiredo Antírio;

Seja bem-vindo!

Diretor do Rotary International no período de 1995 a 1997, Sr. José Alfredo Pretoni.

Seja bem-vindo!

Presidente do Rotary Club de Montes Claros Leste, Sra. Ana Beatriz Lucas de Paula.

Presidente do Rotary Club de Caçapava, Sra. Arleyde Maria Baptista da Silva.

Presidente do Rotary Club de Santos Oeste, Senhor Graciliano Pinheiro Neto.

Presidente do Rotary Club de Manaus, Sr. João Augusto Vasconcelos Soares.

Presidente da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, Sr. Manoel Humberto Gonzaga Lima.

Diretor-Presidente da Casa da Esperança de Santo André, Sr. Paulo Antônio.

Nesta presente sessão serão exibidos três vídeos institucionais em determinados momentos.

Agora assistiremos o primeiro deles, para passar a palavra para o primeiro orador.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)



A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Aproveito para cumprimentar os alunos do curso de Direito da faculdade Unisul, de Santa Catarina, que estão visitando a nossa Casa, o Senado Federal. Sejam bem-vindos! (*Palmas.*)

Bom, concedo a palavra ao Sr. Mário César Martins de Camargo, Diretor do Rotary International.

O SR. MÁRIO CESAR MARTINS DE CAMARGO (Para discursar.) – Senadora Leila Barros; meu Presidente, Mark Daniel Maloney; Brenda Cressey, minha amiga e curadora da Fundação Rotária; meu amigo e também curador Hipólito Ferreira; e nosso anfitrião, Alberto Sousa Brito, que governa o Distrito 4530 durante este ano rotário e que me ajuda a enfrentar os desafios de fazer o Rotary crescer, eu começo invocando dois estadistas que se caracterizam pela profundidade e pela ousadia das suas ideias.

O primeiro chamava-se Juscelino Kubitschek, fundador desta cidade, um visionário mineiro que, 60 anos atrás, enfrentou o desafio de mudar uma capital de um país continental. Juscelino tinha um ditado que o caracterizava e que expressava a sua personalidade: "Costumo voltar atrás, sim. Não tenho compromisso com o erro".

O outro estadista, que foi o fundador da nossa organização, chamado Paul Harris, fez a seguinte declaração, entre tantas: "A amizade foi a pedra fundamental sobre a qual se fundou o Rotary, e a tolerância, o elemento que assegurou sua coesão. Em cada clube, há suficiente energia atômica para que o exploda em mil pedaços, mas o espírito de tolerância impede tal tragédia". Esse espírito de tolerância pregado por Paul Harris deveria governar todas as nossas instituições – instituições religiosas, instituições sociais, instituições políticas, instituições governamentais –, porque no fundo Paul Harris estava focado naquilo que é comum a todas elas, o ser humano.

Nós, no Brasil, somos aqui um pequeno microcosmo do que é o Rotary Brasileiro. Nós somos 2.382 Clubes de 31 de Agosto, com 53 mil rotarianos, 740 Clubes de Rotaract – aliás, a Faculdade de Direito de Santa Catarina poderia ser a casa de um novo Rotaract – e 8 mil rotaractianos no Brasil todo, ou seja, somos mais de 60 mil voluntários unidos pela filosofia da paz, da amizade e da tolerância.

Nós somos uma instituição com valores. Nós temos uma prova que nos guia, que é a prova quádrupla, que se expressa em princípios cristãos de verdade, de justiça, de benefício para todos, de criação de boa vontade e melhor amizade. Portanto, os nossos princípios são sólidos e afinados com o melhor que o ser humano pode propiciar.

Mas nós não somos só discurso. Como o próprio vídeo mostrou, o Rotary une líderes que entram em ação para mudar a vida das comunidades, dos países e do mundo. Nós não falamos só palavras bonitas e intenções positivas; nós agimos.

Eu vou dar aqui alguns exemplos das nossas ações concretas. Algumas iniciativas do Rotary são no nível do clube, porque o elemento que pertence ao Rotary é o clube, que se filia ao Rotary International. Eles têm ampla liberdade de encetar qualquer programa que lhes pareça atender aos interesses das suas localidades, das suas comunidades.

Isso faz com que talvez a nossa identidade seja um pouco difusa, porque, à exceção da poliomielite, Senadora, não há nenhum programa que é imposto de cima para baixo. O único programa corporativo do Rotary é a erradicação da pólio, porque é um compromisso assumido com as crianças do mundo. Mas de resto, cada clube tem a autonomia para definir o seu próprio projeto.



Por exemplo, na minha cidade, Santo André, nós estamos fechando uma parceria da Casa da Esperança, cujo presidente aqui se encontra, com a prefeitura do Prefeito Paulo Serra para a formação, para a assunção dos exames diagnósticos, ou seja, temos uma parceria firmada com o Poder Público sustentada na credibilidade do Rotary em fazer uma gestão correta, em fazer uma gestão transparente e escorreita.

O Rotary Club de Curitiba Alto da Glória faz algo de que esta Casa deveria se orgulhar. Em conjunto, em convênio com o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, faz o chamado jogo da eleição, em que crianças e jovens são instruídos a examinar o comportamento dos candidatos durante o processo eleitoral. É uma lição de civismo, é uma lição de conscientização desde a tenra idade, para formarmos cidadãos melhores para um País melhor.

A nossa parceria também compreende o Ministério da Saúde, cujo Ministro, Luiz Henrique Mandetta, nos dirigiu a palavra, sexta-feira passada, aqui em Brasília. Nós estamos com uma parceria com o Ministério da Saúde para identificar e mobilizar cidades que tenham índice de cobertura inferior a 50% de vacinação. Nós sabemos que a vacinação hoje é uma prática em desuso em função da falta suposta de ocorrências nas recentes gerações e do descuido, até certo ponto, do nosso relaxamento com relação à progressão de doenças. Nós estamos pagando o preço por isso, porque as doenças estão voltando.

Então, nós, como faróis da sociedade, da comunidade, fizemos uma parceria com o Ministério da Saúde para auxiliá-los na mobilização dos nossos 53 mil voluntários, no chão de fábrica, em mais de 700 cidades no Brasil, para alertarmos da necessidade da vacinação das crianças, porque é a única forma de precavermos a reocorrência de doenças.

E há outros projetos, maiores, menores, que refletem as necessidades das suas comunidades. Por exemplo, o Rotaract Club, uma iniciativa de jovens entre 18 e 30 anos, empreendeu um programa de três anos chamado Setembro Amarelo, para prevenção do suicídio. Amanhã, dia 10 de setembro, é o Dia de Prevenção do Suicídio, por isso estou mencionando isso agora. Esse clube ganhou um prêmio mundial do Rotary International, porque, na cidade de Itápolis, com 40 mil habitantes, em três anos, eles instruíram 25 mil habitantes da cidade com relação aos indícios e ao combate ao suicídio. E aí vai.

Nós temos a despoluição do lago da cidade de Campo Grande, empreendida pelo Rotary local. Nós temos o Rotary Club de Marília lutando contra a hepatite C e o Rotary Club da vizinha Anápolis, ontem visitada pelo Presidente Mark Maloney, com o plantio de 10,5 mil mudas para reflorestar, rejuvenescer e refrescar a cidade. O Rotary Club de Dom Pedrito, lá no Rio Grande do Sul, na fronteira, promove anualmente um festival de arrecadação para as suas comunidades e para os seus projetos sociais.

Falando em projeto social, não há como esquecer a Fundação Rotária, aqui representada pelos dois curadores. Eu saí da curadoria agora, em 30 de junho, então é uma paixão muito próxima que eu tenho que mencionar. A Fundação Rotária no Brasil arrecadou, no ano passado, US\$4 milhões, que, acrescidos de US\$4 milhões dos nossos parceiros internacionais, são empurrados pela Fundação Rotária, ou seja, os valores são quadruplicados. Ao arrecadarmos US\$4 milhões, revertemos e investimos na comunidade US\$16 milhões. É um excelente investimento. Não há investimento igual em benevolência no mundo.

A nossa fundação, desde 2004, arrecadou mais de US\$65 milhões, o que, seguindo o mesmo raciocínio de quadruplicar o valor, significa um impacto de US\$260 milhões nas nossas comunidades em projetos.



Eu vou citar só três aqui, que são os três maiores: a Santa Casa de Montes Claros precisava desesperadamente de um equipamento novo de ressonância magnética. Todos nós brasileiros conhecemos a situação de dificuldade que atravessam as Santas Casas no Brasil. Através de um projeto de US\$270 mil da Fundação Rotária, eles conseguiram esse equipamento, que melhorou o diagnóstico e a vida dos habitantes da cidade.

Em Macapá, 4720, a Fundação investiu US\$232 mil num único projeto destinado a algo fundamental, que é a melhoria da qualidade do ensino público. Algo tão vital para este País.

E, na Bahia, com o projeto da Irmã Dulce, famosa, a Fundação Rotária fez um projeto e apoiou, numa parceria com a Irmã Dulce, um projeto de US\$196 mil na renovação de seus equipamentos.

Então, nós não somos somente boa intenção. Nós somos muita ação e resultado, e nós mantemos constantemente os resultados sob o nosso radar.

Senadora, eu fico muito feliz de ter a sessão presidida por uma Senadora que eleva o nome da mulher na política. Eu auguro que a sua atuação aqui seja tão eficaz e cortante como foi, quando você foi a estrela da Seleção Brasileira de Voleibol. (*Palmas.*)

Para terminar, eu quero contar uma história do Rotary Club da Índia, que é o Rotary Club de Chandigarh, do ex-Presidente Rajendra Saboo, que tem um projeto de transplante de coração para crianças que nascem com problemas cardíacos congênitos. O Presidente, apesar de não ser médico – ele é um empresário extremamente bem-sucedido –, vai a algumas operações e as acompanha. Há um caso narrado de um garoto paquistanês. O detalhe e a ironia do paquistanês é que a Índia está em constante conflito com o Paquistão. Este garoto paquistanês sofreu um problema cardíaco e foi operado e lhe foi colocado um coração de um indiano. Ele perguntou: "Será que eu sou paquistanês ou indiano de agora em diante?" Não interessa, indiano, paquistanês, brasileiro, argentino, português, todos temos o mesmo coração. (*Palmas.*)

Esse é o coração do Rotary, sem distinção de raça, de credo, de religião, de cor, de sexo. Nós somos gente de ação e nós somos gente de coração.

Muito obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – É este tipo de trabalho que faz a gente chegar nesta Casa com esperança. Nós não podemos desistir nem do País e nem do mundo. Nós estamos precisando mais de tolerância. Como o senhor falou, paz, amizade e tolerância.

Acho que é bem emblemática essa colocação do senhor, porque o mundo está precisando muito disso, em especial o nosso País. Vivemos um momento, uma fase de tanta polarização, de tanta intolerância, da vida banalizada que, quando a gente vê essas iniciativas, essas instituições fortes, centenárias dando a sua contribuição, promovendo, estando ali nessa frente, porque a área social do País, a sociedade, está doente e precisa de pessoas como nós aqui, como o senhor falou.

Eu venho todos os dias para o Senado Federal e eu encaro isso como uma missão, Sr. Mark, porque eu sou uma mulher realizada. Eu nasci atleta. Não existe ex-advogado, nem ex-médico. Eu não sou ex-atleta. Eu continuo e trago para esta Casa os valores que eu aprendi como atleta. Eu só acredito no coletivo. Eu não acredito numa força individual. (*Palmas.*)

Obrigada.

Eu só acredito que, se nós nos unirmos, de fato, de coração, para tentar ajudar a juventude, os jovens... É um mês muito emblemático pela questão da prevenção ao suicídio. E a gente sabe que é um problema de saúde pública no nosso País, jovens se mutilando, crianças se mutilando, se



matando sem sentido. Precisamos realmente ter um olhar mais atento para os nossos idosos, que também estão sendo abandonados pelas famílias.

E eu vim para esta Casa para isso. Eu vim para cuidar de gente, porque eu acredito que a gente tem de cuidar principalmente do nosso futuro e daqueles que já deram a sua contribuição. (*Palmas.*)

Nós precisamos cuidar, de fato, dessas pessoas.

Então, é isso.

Sou realizada e, hoje, vivo a minha missão. E sou grata muito ao povo do Distrito Federal por ter me dado esta missão. Venho todos os dias aqui com sangue nos olhos, com aquela faca nos dentes, para poder fazer de fato a diferença.

Então, nós vamos agora para o segundo vídeo.

Pessoal, pode passar o segundo vídeo.

Grata pelas palavras, Sr. Mário.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Concedo a palavra ao Sr. Mark Daniel Maloney, Presidente do Rotary International.

O SR. MARK DANIEL MALONEY (Para discursar. *Tradução simultânea.*) – Bom dia a V. Exa., Senadora Leila Barros, a V. Exas. Embaixadores de Luxemburgo e Tailândia, colegas rotarianos, membros da família Rotary, um bom dia.

É um grande prazer estar aqui com vocês em nome do Rotary International. Meu nome é Mark Maloney, Presidente do Rotary International. Eu gostaria de agradecer à Senadora Leila Barros por propor esta sessão. É minha honra falar em nome dessa organização sobre o nosso longo relacionamento com o Brasil.

O Rotary fundou o seu primeiro clube em 1923. Na verdade, nós recebemos um pedido de associação do Brasil dois anos antes, mas nós recusamos porque muitos membros eram americanos que moravam no Brasil. Nós queríamos ter certeza de que quando o Rotary chegasse ao Brasil, os brasileiros tomariam a frente e nos ajudariam a crescer. E já faz 96 anos que os brasileiros estão fazendo isso. Os brasileiros se tornaram chave para a nossa organização.

Nós tivemos três presidentes internacionais que são brasileiros: Armando de Arruda Pereira, de São Paulo, que foi presidente entre 1940 e 1941; Ernesto Imbassahy de Mello, que foi presidente entre 1975 e 1976, e o Paulo Costa, de Santos, que foi presidente durante os anos de 1990 e 1991.

Atualmente, no Brasil, ele é representado no Conselho Diretor Internacional pelo Mário César e, no Conselho de Curadores da Fundação Rotária, por Hipólito Ferreira, de Belo Horizonte.

Hoje, existem cerca de 53 mil rotarianos no Brasil, e o Brasil é a casa dos jovens mais apaixonados e centrados em serviços rotarianos. (*Pausa.*)

Nós temos 8 mil rotarianos no Brasil. Esses rotarianos e rotaractianos realizaram projetos valiosos no Brasil todos os dias. Nós temos centenas de projetos bem sucedidos aqui no Brasil e aqui nós temos dois que foram especialmente importantes. Os rotarianos ajudaram a criar uma clínica itinerante para cirurgia.

Em 1999, vários rotarianos se reuniram para comemorar o 70º aniversário do Rotary Club. E foi criada ali uma parceria para a criação de uma unidade para realizar cirurgias de vista em lugares remotos de Pernambuco. Foi patrocinada pela Fundação Rotária em 2002 e 2003,



totalizando aproximadamente US\$0,5 milhão na época. O projeto realizou 33.800 cirurgias desde que começou a operar, em 2003. Considerando cada cirurgia, que tem um custo de US\$165, o impacto na comunidade excedeu US\$5,6 milhões em serviços, sem falar na importância social e na importância pessoal para cidadãos de zonas rurais, que agora tiveram a sua visão melhorada, que tiveram a sua vida mudada com isso.

Um outro serviço de longo prazo está funcionando aqui desde 1953. Nesse ano tivemos estudos do Dr. Adams Fischer, nos Estados Unidos, que revelaram métodos para recuperar crianças afetadas pela poliomielite. Os rotarianos de Santo André decidiram criar um centro para as crianças com deficiência, com base nessa pesquisa. A Casa da Esperança foi fundada em 1954. De janeiro a julho daquele ano, o centro realizou mais de 126 mil procedimentos, dos quais 22,5 mil foram oferecidos gratuitamente à comunidade. Isso significa que mais de 170 mil pessoas receberão tratamento no ano de 2019, com receitas anuais de US\$6,2 milhões. O centro conta com equipamentos médicos de última geração, como tomografia, ressonância magnética, ultrassom digital e eletroencefalograma. O centro é administrado por uma equipe profissional, e seu conselho de curadores é formado inteiramente por rotarianos da cidade.

É justo que esse centro tenha começado como um centro de tratamento da pólio, já que o Rotary se dedica à erradicação da pólio. O Rotary assume uma posição central na luta global pelo fim da pólio desde o lançamento da nossa campanha de arrecadação de fundos Pólio Plus em 1985. A campanha culminou na Convenção do Rotary International de 1988, na Filadélfia, nos Estados Unidos, onde comemoramos a superação de nossa meta de arrecadação de 120 milhões para a erradicação da pólio. Na verdade nossa campanha plurianual levantou quase US\$247 milhões.

Mais tarde naquele ano, graças ao sucesso de arrecadação de fundos e à capacidade comprovada de mobilização de uma legião de voluntários, o Rotary foi o catalisador da adoção da resolução para erradicar a pólio pela Assembleia Mundial da Saúde. Naquela época, nós tínhamos 350 mil casos de pólio todo ano e 125 países que nunca tinham parado a transmissão do vírus da pólio.

Nos últimos 32 anos, nós tivemos conquistas e desafios tentando de erradicar a pólio. E, agora, nós estamos nos aproximando de um mundo livre da pólio. Hoje, a gente tem apenas três países endêmicos: Afeganistão, Nigéria e Paquistão. Durante o ano de 2018, houve apenas 33 casos de pólio.

O nosso esforço para acabar com a pólio é como correr uma maratona. Neste momento – na maratona, a etapa final é a mais difícil –, a linha de chegada está tão próxima que nós quase conseguimosvê-la, mas os casos de pólio no Afeganistão e no Paquistão aumentaram nos últimos dois anos.

A pólio afeta a humanidade desde 1600 a.C. O vírus não diminui com facilidade sem que haja uma luta. Por isso, é tão importante que o Brasil mantenha o compromisso com a erradicação da pólio.

Nossa parceria foi fundada em 2013, quando o Ministério da Saúde firmou um compromisso de parceria com o Rotary. Como resultado desse acordo, o Rotary foi convidado a se tornar um membro do Comitê Nacional de Erradicação da Pólio. Nos anos seguintes, nós participamos regularmente de reuniões sobre a pólio em Brasília.

O Brasil tem sido um participante importante e ativo na conquista de compromissos globais para a erradicação da pólio entre as nações mais poderosas do mundo. Com sua ajuda, as nações



do G20 se comprometeram, após as reuniões de Berlim, em 2018, e de Osaka, em 2019, com o esforço para concluirmos o nosso trabalho para erradicar essa doença.

Embora a pólio tenha sido erradicada aqui no Brasil, é indispensável que as taxas de vacinação permaneçam acima de 95% para prevenir uma recorrência do vírus. O Rotary ajudou a patrocinar a campanha nacional de vacinação contra a pólio e o sarampo, em 2018, e houve uma mobilização incrível em todas as regiões do Brasil. Houve uma intensa participação, e a ajuda do Brasil foi essencial para divulgar o evento e ganhar o compromisso das autoridades locais de saúde.

Todas essas são ótimas notícias. E, para completar, o Brasil é o número um no mundo em registros de eventos para um Dia Mundial de Combate à Pólio desde 2016. Os rotarianos, no Brasil, estão totalmente engajados com a campanha Elimine a Pólio Agora. Nós esperamos dar continuidade a essa parceria formal com o Ministério da Saúde, para aproveitar essa energia e para continuar o nosso avanço.

Muito obrigado pela continuidade dessa parceria nessa questão fundamental de saúde. Nós esperamos ansiosamente pela continuidade dessa parceria com a grande nação do Brasil e esperamos celebrar, muito em breve, um mundo finalmente livre da pólio.

Neste ano, o lema da equipe do Rotary International é "O Rotary Conecta o Mundo". Assim, esta oportunidade de o Rotary ocupar esta Câmara e compartilhar isso com vocês, estando aqui o Presidente, os nossos colegas de Portugal, os nossos amigos diplomatas de Luxemburgo, da Tailândia, é uma nova representação de como o Rotary conecta o mundo.

Nós lhe agradecemos esta oportunidade e lhe agradecemos o seu suporte. (*Palmas.*) (*Falha na gravação.*)

(Procede-se à entrega de presente protocolar à Senadora Leila Barros.)

O SR. MARK DANIEL MALONEY – É uma lembrança deste evento. O Diretor Mário e eu oferecemos isso a você e nós lhe agradecemos o seu suporte.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Muito obrigada.

Este vai lá para a galeria ali do gabinete. Lindo! Lindo!

Eu só gostaria de registrar a presença da Governadora do Distrito Federal no ano de 2006, a Sra. Maria de Lourdes Abadia. Seja bem-vinda, Abadia. (*Palmas.*)

Registro também a presença do Presidente do Rotary Club do Rio de Janeiro Ipanema, Arllyn Mello, e da Presidente do Rotary Club de João Pessoa Manaíra, a Sra. Rejane Maria de Araújo.

Sejam bem-vindos. (*Palmas.*)

Vamos assistir agora ao terceiro vídeo e aí nós vamos para as considerações finais.

Que manhã agradável ao lado de vocês! Nossa!

Thank you, Mr. Maloney.

Por favor, o terceiro vídeo, pessoal.

(Procede-se à exibição de vídeo.)



A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Bom, esta sessão está sendo curta, mas ela está sendo muito simbólica para esta Casa, para o Senado Federal.

Quero agradecer a presença de todos vocês, em especial ao Mr. Maloney.

Grata.

Quero dizer que essa organização tem aqui o apoio desta Casa, vocês podem contar não só – eu sei que existem Senadores rotarianos aqui dentro – com eles, mas com esta Casa. Esta Casa – vocês podem ter certeza – é a extensão dessa parceria em nível de Governo Federal, em nível dos Poderes. Você們 podem sempre contar não só com a minha pessoa, na minha função como Senadora, mas com esta Casa.

Saindo desta sessão, eu saio mais aliviada, porque eu sei que existem pessoas, homens e mulheres, que querem o bem do Planeta, do País, do mundo. E nós precisamos cuidar.

Então, grata por o Rotary existir e por saber que essas políticas e todo esse trabalho social, humano que vocês estão fazendo, certamente, não impactam só a vida das pessoas, mas é uma lição, é um legado que vocês deixam de que o mundo precisa, realmente, ter pessoas como vocês, que cuidam, que acreditam, que podem dar a sua contribuição. Além de muito amor e de muita amizade, são pessoas de muita ação. Grata ao Rotary. E vida longa ao Rotary!

Declaro cumprida a finalidade da sessão. Agradeço às personalidades que nos honraram com seu comparecimento.

Está encerrada a nossa sessão.

Palmas ao Rotary International!

Grata a esses homens e mulheres. Obrigada. (*Palmas.*)

(*Levanta-se a sessão às 10 horas e 57 minutos.*)



**Ata da 159^a Sessão, Não Deliberativa,
em 9 de setembro de 2019**

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 56^a Legislatura

Presidência dos Srs. Izalci Lucas e Confúcio Moura.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 16 horas e 6 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide Parte II do Sumário**)

Sessão não deliberativa.

Há oradores inscritos, e o primeiro orador é o Senador Paulo Paim, grande representante do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar.) – Senador Izalci Lucas, Senadores e Senadoras que estão no Plenário, Kajuru, Marcos, Presidente, eu confesso que fiquei perplexo com aquilo que aconteceu no Rio de Janeiro na 19ª Bienal do Livro 2019, porque simplesmente ocorreu algo que não víamos há décadas, há décadas: mandaram recolher os livros. Aí eu me lembrei, Presidente, de um filme que vi, em tempos difíceis, chamado *A menina que Roubava Livros*, e botei no meu Twitter, Presidente, o seguinte:

Censurar, calar a voz e a conjunção de ideias e pensamentos de um povo é sinal de estupidez humana e de delírios totalitários. Sabemos [muito bem] como isso tudo inicia... [mas não sabemos como termina]. O resto está nos [próprios] livros de História. É preciso ficar de olhos bem abertos, vigiar a liberdade e a democracia [é um dever de todos nós].

Repto, Sr. Presidente, quando começam a proibir a nossa juventude de ter acesso aos livros, lembro-me de tempos muito difíceis no mundo – no mundo. E não há como não me lembrar do nazismo. É lamentável que isso esteja acontecendo. Felizmente, um ministro do Supremo Tribunal Federal mandou liberar os livros para que os jovens tivessem acesso. Não podia deixar de iniciar a minha fala sem comentar essa questão da apreensão dos livros no Rio de Janeiro, que chamou mais atenção. Nunca tantos livros foram distribuídos e procurados pela juventude brasileira.

Sr. Presidente, volto ao tema que envolve a todos nós neste mês de setembro – e creio eu, no mês de outubro –: a questão da previdência. Tivemos hoje uma audiência pública marcante lá na Comissão de Direitos Humanos, onde todos os painelistas mostraram a sua enorme preocupação. Juristas, especialistas em previdência – em sua maioria, advogados – disseram que quanto mais leem essa reforma chamada de PEC nº 06 – há outra agora, que é a 33 –, cada vez mais ficam assustados com as contradições: uma coisa é dita de uma forma e já, no artigo abaixo, diz diferente; aí joga, segundo eles, para uma PEC chamada de 33, que não fecha com a PEC nº 6.

Eles alertaram a todos nós que essa forma atropelada de fazer uma reforma que vai atacar a nossa Constituição, que vai atacar o direito dos trabalhadores, de aposentados e de pensionistas, não leva a lugar algum.

Sr. Presidente, com essa visão, é que venho mais uma vez à tribuna, sendo que esse meu pronunciamento faz parte do meu voto em separado, que não pude ler todo ele na CCJ devido à falta de tempo, mas acabei lendo uma parte e vou continuar na tribuna lendo segmentos da página que parei. Eu parei na pág. 51. Digo aqui: segundo a Anfip, a seguridade social foi superavitária até 2015. Entre 2005 e 2017, foi gerado pela seguridade social um superávit médio de R\$43 bilhões. É usual o modelo tripartite de financiamento.

Quando observados – porque alguns falaram em outros partidos – os países da OCDE, percebe-se que a seguridade... Na Alemanha, por exemplo, o governo financia 33,6%; no Brasil, o



Governo não financia nada, quem garante a previdência é a contribuição de empregado e de empregador e, assim mesmo, houve superávit. Em países como a Dinamarca, o governo chega a financiar 75,6%; o Governo brasileiro não financia nada.

Poderíamos lembrar ainda que não faz sentido, sobretudo diante de profundos impactos das mudanças produtivas do mundo do trabalho, que a previdência seja financiada exclusivamente por contribuições advindas dos trabalhadores e empregadores, como é no Brasil.

Nesse sentido, cabe não apenas, conforme já mencionado, adotar medidas pelo lado da receita, com revisão, por exemplo, de desonerações, desvinculações, é necessário que se faça o bom combate à sonegação, mas também a discussão sobre novas fontes de financiamento da segurança e da própria previdência.

O exposto vale, sobretudo, para o caso brasileiro, cujo sistema tributário é profundamente regressivo, inclinado à taxação do consumo, e não da renda e do patrimônio.

Para dar apenas um exemplo, caso se revogasse a isenção tributária concedida à distribuição de lucros e dividendos, aplicando-se a cota de 20%, estima-se, com base nos dados do IRPF, ganho anual em torno de R\$50 bilhões para a nossa previdência. Não sei por que isso não é aceito.

As receitas não-tributárias seriam também centrais numa estratégia voltada a garantir o equilíbrio financeiro da segurança social no longo prazo. Especialmente – podia aqui lembrar –, o pré-sal teria um papel central, financiando a segurança direta ou indiretamente, via políticas que têm impacto sobre ela (como é o caso da educação, conforme citei anteriormente).

Sr. Presidente, sob determinadas condições, pode-se estimar uma participação governamental de R\$3,8 trilhões em todo o pré-sal ao longo de algumas décadas. Contudo, as medidas fiscais recentes demonstram mais uma vez o ímpeto governamental em cortar despesas e renunciar a receitas estratégicas para financiar o sistema de proteção social – o que seria mais justo. No caso do pré-sal, a Lei nº 13.586, de 2017, permite o abatimento das importâncias aplicadas pelas petroleiras da base de cálculo do lucro real e da CSLL. Apenas considerando o abatimento dos *royalties*, há uma perda (novamente, sem trazer o valor presente) superior a R\$1 trilhão ao longo do período de exploração da área.

Ademais, diante da EC 95, a ampliação da receita é esterilizada pelo teto de gastos. Portanto, como a despesa já está programada no teto, o aumento de arrecadação não pode reverter em ampliação das bases de financiamento da segurança social até 2036. Por isso, esse debate da EC 95 está no ar e não há como não enfrentarmos esse debate.

A combinação de renúncias tributárias e redução das despesas em relação ao PIB (teto de gastos) é ilustrativa da maneira como a questão da sustentabilidade da segurança social é tratada desde a gestão anterior. No receituário neoliberal, a questão central não é discutir os ajustes necessários para assegurar uma base de financiamento compatível com um sistema de proteção social inclusivo, e não exclusivo. O ponto é desconstruir a segurança e suas políticas (entre elas, a previdência) para reduzir as despesas sociais, excluindo parcela substantiva da população, especialmente aquela que não dispõe de capacidade contributiva, e ampliando – infelizmente – desigualdades.

Por essa razão, uma reforma da previdência baseada apenas, Sr. Presidente, em corte de despesas gerará maior desigualdade. Os dados aqui apresentados mostram que a sustentabilidade previdenciária (e, de forma mais geral, da segurança) não requer apenas um viés de redução de valores e redução de quantidades de benefícios.



Reformas da previdência guiadas pelo ideário formal do Governo, como as apresentadas a partir de 2016, visam reduzir despesas atingindo os mais pobres, gerando exclusão previdenciária, de modo que as despesas primárias possam caber no teto de gastos, tão condenado e não aplicado em nenhuma parte do mundo.

Alternativamente, a sustentabilidade financeira da previdência e da seguridade deve ser discutida à luz de seu papel de garantir, repito, inclusão e não exclusão. O envelhecimento populacional não determina a necessidade de exclusão do acesso à proteção social. Pelo contrário, eventuais ajustes devem ser integrados a uma estratégia de sustentabilidade, para tornar o sistema mais igualitário.

Como foi dito hoje de manhã lá na Comissão, eu faço aqui, digamos, o bom desafio, desafio qualificado e equilibrado. Eu pergunto: homens e mulheres com mais de 55 anos, onde eles conseguem emprego? Se alguém souber, me digam, porque estou indicando para lá alguns milhares.

Então, você não tem de olhar somente a idade e não olhar o tempo de contribuição. É impossível. Um cidadão com mais de 55 anos, se ficar desempregado, ele não vai atingir nem a idade nem o tempo de contribuição e não vai se aposentar. E, se ele se aposentar por invalidez sem contribuir os 40 anos, vai se aposentar, se ficar em torno de 20 anos, exatamente com 60% daquilo que ele teria de direito pela lei atual. Perde 40% se ele tiver qualquer problema e tiver que ir para a aposentaria por invalidez um dia depois que a reforma for promulgada.

Sr. Presidente o texto aprovado pela Câmara dos Deputados tem um resultado fiscal estimado na ordem de R\$933,5 bilhões em dez anos, que será mais de R\$4,5 trilhões em 20 anos. Quem pagará essa conta se ela retira 80% dos mais pobres?

A proposta penaliza, de forma muito mais drástica, os trabalhadores de baixa renda e os segurados no Regime Geral da Previdência Social, INSS, os quais responderão, como eu dizia, efetivamente, por 81% do resultado fiscal esperado nos primeiros dez anos, segundo o próprio Ministério da Economia.

Os servidores civis da União, em especial os ativos, por sua vez, tratados ardilosamente como privilegiados pelo atual Governo e também pelo anterior, pela sua campanha de comunicação pela aprovação da PEC, serão responsáveis por 17% desse resultado fiscal, o que, porém, apresenta uma elevada oneração per capita, em termos de elevação de contribuições e redução de direitos para os atuais segurados.

Sr. Presidente, a situação é grave. Portanto – para não repetir números e números –, do ponto de vista social, a reforma retira direitos, restringindo acesso e reduzindo o valor do benefício – estão aqui todos os dados, número por número. Economicamente, o texto da PEC segue orientado pela mesma lógica equivocada, para a qual a reforma da previdência é de natureza fiscal, com foco somente na redução das despesas públicas, tendo como vista o teto de gastos, a formosa EC 95/2016.

Vale lembrar que mesmo sendo aprovada a PEC, não haverá espaço fiscal nos próximos anos para ampliar o investimento público diante do teto de gastos, de novo, engessado pela EC 95/2016.

Essa lógica, Sr. Presidente, fiscalista achatará o valor dos benefícios, que, no caso do INSS, são, em média, de R\$1.335 e deverão convergir, em boa medida, sabem para quanto? Para somente um salário mínimo, em torno de R\$1 mil. Haverá impacto sobre o consumo das famílias,



que responde por cerca de dois terços do PIB, o que prejudica ainda mais uma economia com quase 30 milhões de pessoas subutilizadas, estagnadas em razão da insuficiência de demanda.

Sr. Presidente, vamos ver aqui a reforma da previdência e a desigualdade.

Como afirma o Prof. Marcelo Neri, ex-Secretário de Assuntos Estratégicos, em A escalada da Desigualdade, divulgada pelo Centro de Políticas Sociais, da Fundação Getúlio Vargas, houve uma escalada de desigualdade social nos últimos quatro anos, e o País vive hoje o ciclo mais longo de aumento da desigualdade de sua história. Segundo Neri, a concentração de renda cresce no País há 17 trimestres, e nem mesmo em 1989, que constitui o pico histórico da desigualdade brasileira, houve um movimento de concentração de renda por tantos períodos consecutivos.

Entre os fatores explicativos da piora na desigualdade e na melhoria da concentração na mão de 10%, e conforme a situação vai para o 1% mais rico, está o aumento do desemprego, que atinge hoje mais de 12 milhões de pessoas, em torno de 13 milhões. Na mesma toada, o Coeficiente de Gini, que mede o nível de desigualdade dos países segundo renda, pobreza e educação, segue tendência de alta desde o quarto trimestre de 2014, quando estava em 0,6003, até o segundo trimestre de 2019, quando alcançou 0,6291.

No mesmo período, a renda dos mais pobres caiu 17,1%...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... enquanto, a renda dos 10% mais ricos aumentou 2,55%. Os pobres perdem 17%, os mais ricos ganham em torno de 3%. E ainda, Sr. Presidente, 10,11% do 1% mais rico também só faturaram. Do final de 2014 até 2017, o aumento de pobreza foi de 33%, passando de 8,38% a 11,18% da população brasileira, com um acréscimo de 6,27 milhões de novos pobres às estatísticas sociais.

Ademais, Presidente, tampouco será jogando os idosos na pobreza, retrocedendo a situação vivenciada há 20 anos atrás, que se contornará a elevada taxa de pobreza entre as nossas crianças, até porque são os idosos, os mais velhos que sustentam as nossas crianças com o benefício que tinham até a presente discussão. Essa chaga social, porém, há de ser enfrentada com políticas específicas, entre elas, programas como o Bolsa Família e o Brasil Sem Miséria, indicando alternativas relevantes.

No Brasil, a taxa de famílias com idosos que recebem aposentadorias é relativamente alta, se comparada a outros países em desenvolvimento, notadamente na América Latina, mas inferior à de países como Uruguai, Polônia e Hungria.

Sr. Presidente, graças a essas políticas, como o Benefício de Prestação Continuada...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... a taxa de pobreza entre idosos do Brasil, segundo a OCDE, é a segunda mais baixa da América Latina – para onde vamos, agora não sei –, apenas abaixo da do Uruguai, e menos da metade da existente no Chile, onde a reforma da previdência em 1981, na época do ditador Augusto Pinochet, gerou uma verdadeira tragédia social, que os governos vêm tentando superar desde 2011, pelo menos, com o restabelecimento de direitos previdenciários mais amplos.

Também não será eliminando o direito à aposentadoria que se resolverá o problema do elevado nível de desemprego; pelo contrário, vai aumentar. Se não há empregos para jovens, haverá para idosos que serão obrigados...

(Soa a campainha.)



O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... a continuar trabalhando até os 65 anos de idade? Serão postos para a rua na perspectiva de contrato dos mais jovens.

Eu vou indo para o final, Sr. Presidente. Nos países da OCDE, onde a atual taxa de desemprego é a metade da que existe aqui no Brasil, há uma grande disparidade de taxas de emprego entre grupos de idade. Enquanto, nos países da OCDE, a média de emprego entre pessoas na faixa de 25 a 54 anos é de 78,43%, na faixa de 55 a 64 anos ela cai para 61,36%. Ademais, as taxas de emprego variam significativamente segundo o nível educacional, conforme demonstra o gráfico.

Nota: "baixo" indica a educação até nível secundário...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... incompleto; "médio", secundário completo/superior curto; e "alto", nível universitário/bacharelado.

Ao extinguir – aí eu termino, Sr. Presidente, esta última parte – a aposentadoria por tempo de contribuição e estabelecer como 65 anos, estabelecendo como única alternativa, a aposentadoria por idade, com tempo de contribuição mínimo de 15 anos para a mulher e 20 anos para o homem para os futuros segurados e 15 anos para os atuais segurados, mas com idade mínima de 62 e 65 anos, a PEC fixa regra que, além de penalizar as mulheres de forma mais aguda, considera adequadas idades que, no cenário socioeconômico brasileiro, não se justificam, porque não há onde trabalhar depois dos 55 anos.

Sr. Presidente, eu agradeço a V. Exa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso faz parte do meu voto em separado, de que amanhã eu continuo a leitura.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Senador Paim.

Eu só vou pedir aos nossos queridos colegas, porque nós temos uma sessão solene às 16h, que possamos nos restringir ao tempo.

O próximo orador é o Senador Marcos Rogério; depois, o Senador Reguffe, para uma comunicação inadiável; em seguida, Jorge Kajuru. Depois nós retomamos aí, meu querido Confúcio.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para discursar.) – Sr. Presidente, nobre Senador Izalci Lucas, Sras. e Srs. Senadores e os que nos acompanham pelo sistema de comunicação do Senado Federal, nossas saudações.

O IBGE divulgou, no final de agosto, as estimativas da população brasileira considerando como data de referência o último dia 1º de julho, de 2019. O Brasil passou à casa dos 210 milhões de habitantes, uma variação pequena em relação a 2018. Somos mais 1.652.225 habitantes, correspondendo a um crescimento nacional da população da ordem de 0,79%. Quero analisar esses dados à luz da grande discussão do momento, que é justamente a reforma da previdência.

Para além das discussões de todos os pontos da reforma, considerando o déficit atual da previdência e os fatores atuariais, precisamos considerar uma difícil equação por que passa o Brasil, que é o envelhecimento da sua população. Sim, não é precoce falar em envelhecimento da



população brasileira. Esse não é mais um problema somente do Velho Continente, a Europa, e de países milenares como o Japão. Não podemos discutir previdência sem considerar as modificações estruturais verificadas na sociedade brasileira, as profundas transformações vistas no padrão demográfico. As alterações começam timidamente nos anos de 1940, mas a cada década vêm se acentuando. O Brasil ingressou no século XXI com um declínio expressivo nos níveis de fecundidade, um declínio populacional mais drástico que qualquer outro de um país em desenvolvimento, considerando-se a velocidade da evolução do fenômeno.

O Brasil, diferentemente de outros países, reduziu os seus níveis de fecundidade em uma velocidade ímpar. Com isso, assistimos à redução da taxa de crescimento populacional e a alterações na pirâmide etária. Geramos um paradoxo que podemos ver nitidamente nas cidades brasileiras, especialmente no Sul e no Sudeste: de um lado, um lento incremento no número de crianças e adolescentes; e, de outro, o aumento contínuo da população em idade ativa e da população idosa. E há um detalhe óbvio: cada vez mais, a população ativa atravessa a linha rumo à inatividade, não deixando em seu lugar sequer o mesmo número de agentes de produção econômica, de geradores de receita social, de créditos financeiros, para que o Estado possa fazer frente às demandas públicas e, além disso, ter caixa para a previdência.

Os estudiosos ainda se debatem para entender as razões de alterações tão drásticas e rápidas no cenário demográfico brasileiro. Enquanto isso, já assistimos às consequências negativas, aos impactos dessas transformações, tanto no plano econômico quanto no plano social.

Nosso papel como legisladores é justamente dar ao País reformas estruturais que possam equilibrar esses fatores. Precisamos agir como construtores das condições mais adequadas possíveis a um futuro estável para a nossa Nação. O mais provável é que parcela da sociedade e alguns grupos específicos vejam ou prefiram ver o presente com lentes que foquem somente suas necessidades imediatas, mas nós como legisladores temos o dever de ver o conjunto social, o quadro nacional como um todo, não somente considerando setores e não somente considerando o presente. É preciso ter um olhar para o futuro. Aliás, muito mais do que isso, precisamos olhar para o futuro, papel precípua do Parlamento. O Judiciário, como sabemos, tem o olhar voltado para o passado, em situações que lhe são postas para julgamento. O Executivo vive envolto nos problemas do presente, nas demandas emergentes da população. O Legislativo, não. As leis precisam ser prospectivas, focadas justamente no futuro. Isso importa em corrermos o risco de não sermos compreendidos no presente. Ainda assim, precisamos agir com segurança e firmeza, pois o nosso papel para com a sociedade está voltado para médio e longo prazos. Talvez, justamente o desvirtuamento do papel do Parlamento brasileiro, tão envolvido com ações do presente, com demandas e realizações estruturais que aparecem, é que nos tenha feito agir ao sabor do momento, sempre no calor das necessidades. Essa é outra análise que precisamos fazer: focar em nosso papel fundamental. O Legislativo precisa estar aparelhado para cumprir o seu papel constitucional específico, próprio; não podemos ceder ao casuismo.

O Brasil que nos espera nas próximas décadas será um país com uma população cada vez mais idosa, Senador Girão. A queda da taxa de natalidade impacta, cada vez mais, na renda *per capita*, um dos indicadores de progresso econômico de alta influência, especialmente entre as populações mais pobres. Depois de experimentar picos de crescimento, a população brasileira decresceu drasticamente, especialmente entre os anos de 2000 e 2010. Nesse período, a taxa média de crescimento anual foi de somente 1,17%. Vejam, Srs. Senadores, que agora essa taxa caiu bem



mais, pois ficou em 0,79% entre 2018 e 2019 – são os dados do IBGE –, ou seja, se a queda populacional já era grande na primeira década do século XXI, agora ela é bem maior.

Estudos realizados pelo IBGE apontam que o declínio populacional é generalizado no País. Na primeira década do presente século, a queda foi de 28,7%, e a projeção para o fechamento desta segunda década é ainda maior, como já sinalizei.

Sabemos que são diversos os fatores que influenciam o declínio populacional, mas a situação brasileira está acima da média dos países desenvolvidos pela escolha de uma política pública voltada para a anticoncepção, desenvolvida especialmente dentro do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher do Ministério da Saúde. Os hospitais públicos passaram a incentivar e a realizar processos de esterilização de forma absolutamente precoce, depois que o método foi legalizado no final da década de 90. Para que tenhamos uma ideia das mudanças de paradigma, basta consultar as estatísticas do Ministério da Saúde que indicam outra alteração relevante e de forte impacto também nos processos de esterilização: os partos cesarianos tiveram um incremento de 38,4% entre 2000 e 2010, superando os partos normais. O Brasil é simplesmente o segundo País com maior taxa de cesáreas do mundo. Os dados também mostram a grande elevação no uso de práticas anticoncepcionais e suas variedades. Mais recentemente, sabemos que está em discussão proposta de facilitar ainda mais a esterilização, especialmente a feminina.

Precisamos considerar que nós como indivíduos e como Nação podemos escolher adotar certas condutas, mas não podemos escolher os resultados das condutas que adotamos. Nossa taxa bruta de natalidade, que oscilava entre 45 e 50 nascimentos por mil habitantes na década de 50, caiu para 15,9 nascimentos em 2010. E a expectativa para o fechamento da década atual é ainda de maior redução, como sinalizam os dados. No mesmo período, a taxa de fertilidade, que era de 6 filhos, caiu para 1,7, abaixo, portanto, do necessário para a reposição populacional que é de 2,2 filhos.

O grande paradoxo, Srs. Senadores, é que a defesa do controle de natalidade sempre teve como principal justificativa o desenvolvimento econômico, ou seja, era necessário gerar menos filhos para que o progresso econômico chegasse ao País. Se, por um lado, o declínio populacional indica a maior possibilidade de distribuição de oportunidades, por outro lado, ele impõe sacrifícios justamente para essa geração que teoricamente alcançou tais oportunidades. A discussão sobre o quanto isso representou de verdadeiro crescimento econômico da população é um capítulo a parte diante dos processos de desigualdade que assistimos no País.

De qualquer forma, o impacto nas contas públicas, especialmente da previdência, é uma realidade simplesmente inafastável, ônus que todos precisamos suportar.

Outro fator que causa impacto nessa equação da previdência é o aumento da esperança de vida ao nascer, ou seja, a expectativa de vida. De novo, o Brasil teve uma forte modificação em sua realidade demográfica a partir dos anos 40, quando a expectativa de vida era de 45,5 anos. Em 1980, a esperança de vida para as mulheres era de 65,7 anos e para os homens, 59,6 anos. Agora, o IBGE aponta que o brasileiro tem expectativa de vida de 80 anos, se mulher, e de 73 anos, se homem, uma ótima notícia, sem dúvida, mas, de novo, precisamos considerar que houve uma sensível alteração na pirâmide demográfica brasileira, com a diminuição no tamanho da base e o aumento do topo da pirâmide. É perigoso. O perigo é o topo ficar maior que a base, e a estrutura não conseguir ficar de pé.

Se os inativos superarem os ativos, não há como o sistema previdenciário resistir. E é justamente esse o cenário que se aponta para o Brasil. Justamente por isso é que precisamos fazer



o que nenhum de nós gostaria que fosse feito: reformar a previdência, ajustando-a à nova realidade demográfica do País.

O desafio atual é reduzir o déficit da previdência. Em 2018, Senador Confúcio, o déficit foi de R\$264,4 bilhões. Estamos caminhando para fechar 2019 com um déficit que chegará a R\$295 bilhões, a diferença entre o que se arrecada e o que vai ser gasto com a previdência. Temos a previsão de uma despesa total de R\$814,2 bilhões com a previdência, mais de oito vezes superior ao que gastamos com educação, Senador, que fala tanto em educação aqui. A previdência representa um custo, um gasto mais de oito vezes o que gastamos com educação em 2018, mais de sete vezes o que gastamos com saúde para os brasileiros – isso dentro de um único ano. Há um crescimento insustentável das despesas previdenciárias, com uma tendência muito clara de agravamento diante do acelerado envelhecimento populacional, pelas razões que já analisei.

Nossa expectativa, Senador Styvenson, é que a reforma da previdência, além de garantir a solidez no sistema, evite que o Estado brasileiro quebre e deixe de investir nas áreas mais vitais para a população pobre deste País, como a saúde, por exemplo, que está – e nenhum de nós nega isso – em condições precárias, em condições lamentáveis e que não atinge um padrão mínimo de qualidade e universalidade: ela não atinge a todos e não atende bem, ela é devedora de qualidade, de excelência. E a educação? Será que nós temos a marca da excelência no campo da educação? É óbvio que não! A educação, única opção que temos para que sejam abertas janelas de oportunidades para a juventude deste País, também carece não só de investimentos, não só de estrutura, mas de qualificação, de valorização do profissional, de valor público, de reconhecimento. Portanto, do jeito que estão as contas, elas não fecham, Sr. Presidente, elas não fecham.

Sabemos que os setores mais privilegiados sentirão um forte impacto, mas isso é inevitável. É preciso fazer, pelo bem do Brasil e pelo futuro dos brasileiros. Como já disse – e repito aqui desta tribuna –, os setores mais privilegiados estão justamente aqui no Congresso Nacional, estão no Poder Judiciário, estão no Ministério Público, estão nas carreiras federais. Eu já disse aqui quanto representa o nível médio das aposentadorias do Congresso Nacional: está na casa de R\$29 mil; o do Judiciário, na casa dos R\$18 mil, R\$19 mil; o do Ministério Público, na casa dos R\$18 mil, em média; o do serviço público federal, em média, R\$8 mil. Sabem qual é a média de aposentadorias do trabalhador do Regime Geral de Previdência Social, do trabalhador lá do chão de fábrica? A média das aposentadorias desses brasileiros é de R\$1,3 mil. Para quem é que nós estamos fazendo a reforma da previdência? Agora, é óbvio que, ao se fazer uma reforma como essa, ela vai mexer no interesse de alguém, na expectativa de direito de alguém, mas ou fazemos essa reforma para garantir justiça e sustentabilidade ou as gerações que hoje estão aposentadas não terão o que receber e aqueles que se aposentarão no futuro também não terão suas aposentadorias. É fazer ou fazer! Não há a outra opção.

Atualmente, o nosso sistema previdenciário faz com que os 15% mais ricos acumulem 47% da renda previdenciária do Brasil. Precisamos reverter esse quadro, garantir liquidez para as contas da previdência, assegurar que o sistema atenda às futuras gerações, além de dar ao Estado condições de investir em áreas prioritárias tão demandadas pela população brasileira – citei apenas duas aqui como exemplo: saúde e educação.

Que todos nós Senadores da República, uma vez que a Câmara dos Deputados já cumpriu seu papel, possamos ter a consciência da necessidade da reforma da previdência, uma reforma que garanta, como disse e repito, justiça e sustentabilidade. E é isso que está sendo feito aqui.



A proposta que saiu da Comissão de Constituição e Justiça e está vindo para o Plenário do Senado Federal é uma proposta que vai além daquilo que foi estabelecido na Câmara dos Deputados, porque ela inclui também Estados e Municípios. Não é possível fazer uma reforma pela metade. É preciso fazer uma reforma que contemple o conjunto dos interesses nacionais, sobretudo daqueles que dependem da previdência, que dependem desse salário, mas com justiça. Foi feita na Câmara – e o Senado confirma – a modificação em relação ao BPC (Benefício de Prestação Continuada). São exceções que precisam ser levadas em consideração, e o Parlamento não se negou a isso. O Parlamento cumpre o seu papel de responsabilidade social: tratar os desiguais de forma diferente. Não pode haver a mesma régua para todos, porque nem todos têm os mesmos acessos, as mesmas condições. A situação dos trabalhadores rurais também está sendo tratada de modo diverso, de modo especial. Em relação às viúvas, lá na CCJ, também houve uma mudança, uma modificação no caso da pensão, e os seus dependentes também estão sendo tratados de forma especial. Então, o Parlamento está agindo com assertividade, com responsabilidade, com equilíbrio para garantir uma previdência para o presente e para o futuro. Isso é responsabilidade, isso é governança com equilíbrio, com racionalidade.

Não é possível mais governar como no passado, no tempo das vacas gordas, quando se aplicava como se a fonte não secasse nunca, mas seca, e chega o tempo da escassez, e chega o tempo da necessidade. E quem mais vai sofrer... Os que mais batem contra a reforma da previdência, ao argumento de que estão defendendo os pobres, são os que estão condenando os pobres a uma situação de maior miserabilidade, porque não fazer as reformas... E aqui, nobre Senador Confúcio, eu vou além: não é fazer apenas a reforma da previdência, não, nós temos é que discutir também a reforma do Estado. Nós temos um Estado grande, inchado, ineficiente, burocrático, pesado para o trabalhador, para o contribuinte. É preciso rever o tamanho da máquina pública.

Nós temos mais de cem empresas públicas. E, detalhe, vou citar apenas um exemplo aqui. Há uma empresa nacional com monopólio numa atividade que deveria ser um exemplo de lucratividade e que é o caos da governança, um péssimo exemplo: Correios brasileiros. Como é que você justifica uma empresa que tem monopólio, como é o caso dos Correios brasileiros, ser uma empresa deficitária, quando o Governo todo mês tem que ir lá colocar milhões e milhões de reais para poder socorrer, para pagar folha de pagamento?!

Ou nós chamamos o País ao eixo da responsabilidade e corrigimos essas coisas... E tem que parar com este discurso hipócrita, este discurso populista de que é defesa do trabalhador. Defesa do trabalhador é uma empresa sólida, com lucratividade. Empresa tem que dar lucro. Empresa que dá prejuízo, pelo amor de Deus, não pode ser empresa! O Estado tem que focar naquilo que é a sua essência, o seu papel essencial. Ele não pode querer abarcar funções que não são suas, que não são essenciais. Passa aquilo que é do setor privado para o setor privado, e cobre dele eficiência, prestação, oferta.

Quando eu vejo o Ministro Paulo Guedes falando de diminuir o tamanho do Estado, de acabar com esses penduricalhos empresariais públicos, eu fico feliz. Eu acho que o Brasil está se reencontrando. E este esforço nos incumbe a todos: colocar o País no trilho. Não dá para continuar com essa gasta desenfreada.

Há uma empresa que desenvolve *chips*, aquele que bota na orelha do boi, lá no Sul, no Rio Grande do Sul, se não estou enganado. São brincos...

(*Soa a campainha.*)



O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O que o Governo tem que investir nessa empresa para produzir esse produto é mais de dez vezes o que ela produz! Por que o Governo tem que ter o monopólio disso?! Por que o Governo tem que ser dono de uma empresa que só gera prejuízo para o País, que só gera despesa para o País?!

Esses dias, eu fui visitar lá em Rondônia, Governador Confúcio, a antiga CMR, a que agora é Agência Nacional de Mineração. E aí, de um lado, há a Agência Nacional de Mineração e, do outro, a CPRM. Um parece a Faixa de Gaza, não tem nada, só prédios velhos, abandonados, não tem servidor, não tem técnicos, não tem quadros, e são os responsáveis pelas barragens, são os responsáveis pela mineração. Estão lá...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E, do outro lado, há uma empresa pública que faz o quê? Aí eu perguntei, esses dias, ao Ministro aqui: mas por que, então, não pega esses quadros de excelência que há nessa empresa e aproveita na Agência Nacional de Mineração, que tem um papel relevantíssimo para o País? Mas não, a burocracia é tão grande que, mesmo para você tomar decisões simples, você leva anos. Enquanto isso, quem é que paga essa conta? São os brasileiros.

Então, eu aproveitei a oportunidade hoje para falar da reforma da previdência, dessa pesquisa do IBGE e para trazer essa reflexão também de que o Brasil precisa reencontrar um ponto de equilíbrio, de responsabilidade, de racionalidade no uso do dinheiro público.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer.

Agradeço a V. Exa., às Sras. e aos Srs. Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Para uma comunicação inadiável, então, eu passo a palavra ao Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Para comunicação inadiável.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, meu voto será contrário a essa recriação da CPMF, a essa proposta de recriar a CPMF aqui no Brasil.

Eu, quando era Deputado Federal, já votei contra a recriação da CPMF – naquela proposta, com o nome de CSS – e votarei contra também, aqui nesta Casa, essa nova recriação da CPMF, com esse nome ou qualquer outro que queiram inventar.

Alguns falar assim: "Ah, mas é importante para poder fiscalizar a movimentação financeira". Ora, fiscalizar a movimentação financeira o Coaf já faz. Não se precisa criar um imposto para fiscalizar movimentação financeira. CPMF é um imposto burro: ela bitributa, tritributa, tetratributa, vai tributando em toda a cadeia. Não é correto isso.

O Brasil já tem a maior carga tributária dos Brics: maior que a da Rússia, maior que a da Índia, maior que a da China, maior que a da África do Sul. Não é possível acreditar que todos esses países consigam dar conta das suas responsabilidades com uma carga tributária menor que a brasileira e o Brasil não consiga dar conta das suas responsabilidades. O que o Governo tem que fazer é reduzir os gastos públicos, ter mais critério no gasto público, ter mais critério em gastar cada centavo do dinheiro dos impostos do contribuinte, tornar a máquina mais eficiente. Era com isso que o Governo tinha que se preocupar, e não vir com uma proposta de recriar a CPMF.

A minha sugestão, Sr. Presidente, de reforma tributária era outra, era isentar de imposto de renda as pessoas físicas que ganham até R\$5 mil por mês, até cinco salários mínimos por mês. Isso que tinha que ser feito. Aliás, isso foi debatido na campanha eleitoral. Os dois candidatos que



foram para o segundo turno discutiram isso na campanha eleitoral, e, até agora, isso não foi feito, e a população continua pagando mais impostos do que deveria estar pagando. Isto é o que tinha que ser feito: isentar de pagar imposto de renda quem ganha até cinco salários mínimos por mês.

Agora, na outra ponta, também passar a taxar lucros e dividendos. Em uma pesquisa em 100 países, só dois não tributam lucros e dividendos: Brasil e Estônia. Não é possível que todos os países estejam errados, e nós e a Estônia estejamos corretos.

Então, isto é que tinha que ser feito: isentar quem ganha até R\$5 mil, até cinco salários mínimos e taxar 15% nos lucros e dividendos. Essa era uma reforma tributária para aliviar os mais pobres, para aliviar uma parte da classe média. Isso é que tinha que ser feito. E, a partir de então, se corrigir anualmente os limites de isenção da tabela do imposto de renda pela inflação.

Há um estudo do Sindifisco que mostra que, de 1996 para cá, ou seja, nestes 22 anos, a tabela do imposto de renda, os limites de isenção da tabela do imposto de renda estão defasados em 95,46%.

(Soa a campainha.)

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Isso é uma forma de aumentar a carga tributária de uma forma disfarçada, de uma forma indireta, e perpassa Governo Fernando Henrique, Governo Lula, Governo Dilma, Governo Temer e, agora Governo Bolsonaro, que também não corrigiu os limites de isenção da tabela do imposto de renda.

Eu tenho lado, o meu lado é do contribuinte, é o lado do cidadão, é o lado daquele que paga impostos neste País e que quer ver serviços públicos de qualidade por esses impostos, mas precisa-se pagar menos impostos do que se paga hoje. Esse é o meu lado, é o lado da população. É essa população que meu mandato representa aqui nesta Casa.

Então, Sr. Presidente, votarei contrário a esta proposta de se recriar a CPMF.

(Soa a campainha.)

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Não é isso que vai causar nem justiça fiscal, nem justiça social e, volto a dizer, o que o Governo tem que fazer é reduzir os gastos públicos, ter mais critério no gasto público e tornar a sua máquina mais eficiente. Isso é o que o Governo precisa fazer e não aumentar a carga tributária para o contribuinte brasileiro, que já paga a maior carga tributária dos Brics – maior que a da Rússia, maior que a da China, maior que a da Índia, maior que a da África do Sul. É a maior carga tributária entre os países emergentes.

Era isso que eu tinha dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Parabéns, Senador Reguffe, antes de passar para o próximo orador, a Presidência lembra às Senadoras e aos Senadores que o Senado Federal está convocando para uma sessão de debate temático a realizar-se amanhã às 14h, destinada a debater a nossa reforma da previdência.

Convido o Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PATRIOTA - GO. Para discursar.) – Obrigado, querido amigo Presidente Izalci.

Antes do meu tradicional cumprimento, Senador Girão, o senhor me parece muito demonstrar o amor a Deus. Se eu, Jorge Kajuru, tivesse tirado uma foto com Jesus Cristo, há 2000 anos, na Santa Ceia, e ele, para a nossa alegria, tivesse voltado à Terra ontem e tirado uma



outra fotografia comigo, haveria alguma diferença? Foto, se você tirar com alguém, 2 mil anos atrás ou agora, você tirou a foto, Senador Confúcio.

Senador Styvenson, amigo querido Reguffe, me liga aqui o repórter Renato, do jornal *Estadão*, dizendo que um *fake news* publicou como fonte Jorge Kajuru, no Facebook, informando que o Presidente Davi estava ontem com o Dias Toffoli e com o Doria, o João Doria, aquele desqualificado Governador de São Paulo, jantando em Nova York. Meu Deus, isso é velho. Isso é uma foto de três meses atrás, e realmente eu fui o primeiro a publicá-la no Brasil com exclusividade. Isso é de três meses atrás. Não tem nada a ver, até porque não sei e não quero saber onde jantaram ontem Davi Alcolumbre, Doria e companhia limitada. Isso é *fake news*. Que a Justiça puna, e não é problema meu.

Infelizmente, o Presidente Rodrigo Maia está chateado, achando que eu não deveria... Não deveria, não. Eu não faço isso. Eu não sou moleque, Rodrigo Maia. Respeite-me. Eu não sou da sua laia e nem da sua praia. Respeite-me, para começar.

Brasileiros e brasileiras, minhas únicas V. Exas., meus únicos patrões, seu empregado público Jorge Kajuru traz aqui algo que Senadores e Senadoras, que eu tanto admiro aqui, sei que vão gostar.

É uma briga, V. Exas. aqui na tribuna, nesta segunda-feira, 9 de setembro de 2019, é uma briga boa. É mexer na ferida daqueles que menos pagam impostos neste País, que menos pagam a previdência neste País, pois sabemos que quem paga, quem se sacrifica é o pobre e nunca o afortunado, o privilegiado e o protegido, inclusive pela maioria de nossa classe política, até porque a vida inteira se elegeu através do dinheiro sujo dessa maioria da classe empresarial brasileira, que, evidentemente, não paga imposto e não paga nada.

Trago aqui, com muita alegria, o que acabo de criar com o exímio apoio técnico da consultoria legislativa do Senado: uma emenda em que estabeleceremos que ninguém pode se aposentar no RPPS (Regime Próprio da Previdência Social) com vencimentos superiores ao teto constitucional do funcionalismo público, que é de R\$39.200. As aposentadorias que hoje se encontram acima desse teto seriam reduzidas gradativamente para que, num prazo de cinco anos, baixassem para o limite do teto.

E se alguém tiver aposentadoria no RGPS (Regime Geral da Previdência), com teto de R\$5.800, e no RPPS, o Regime Próprio, a somatória dos dois benefícios não pode superar o teto constitucional de R\$39.200.

O limite vale também para as pensões, caso haja pensões acima de R\$39.200.

Portanto, essa é minha nova emenda entre tantas que apresentei como a do BPC, como a pensão da morte, como Estados e Municípios, como aposentadorias especiais e outras.

Pátria amada, esta tribuna certamente é a tribuna do povo brasileiro através de nós, seus representantes. As mulheres que estão presentes aqui na tribuna e nos acompanham – como eu não vejo o telão. Aliás, eu não enxergo nada. A letra minha tem que ser tamanho 38, pelo diabetes. Vejam aqui vocês aí de cima... Parece-me que a TV Senado está fora do ar, é isso? Está no ar? Porque não eu estou vendo lá. Lá há um apagão.

A par da importância do que todos nós, Presidentes Izalci, aqui tratamos, a reforma da previdência não nos deixa de lado outros temas que estão, por si sós, gritando dentro do contexto social do nosso País.

Volto deste final de semana de Goiás revoltado; no outro final de semana, de São Paulo, revoltado com o que estou sabendo, vendo e me informando. Os números dantescos e horripilantes



que são divulgados todos os dias por todas as mídias sociais e em mídia em geral, envolvendo a violência contra a mulher são suficientes para mostrar que ser mulher no Brasil é um risco. Eu repito: ser mulher no Brasil é um risco.

E ainda as autoridades alertam que os escabrosos números que nos são expostos todos os dias não representam a realidade. As autoridades reconhecem que há uma forte subnotificação da violência contra o universo feminino.

Histórias de violência contra a mulher se repetem como cenas de um filme de horror. Mesmo assim, no ano passado, só pelo Ligue 180, o canal do então Ministério dos Direitos Humanos, foram recebidas 92.323 denúncias de agressões, um aumento de 30% em relação ao ano anterior. As vítimas mudam, os vilões idem, os cenários são variados, mas no fundo tudo é incrivelmente parecido.

Não nos faltam exemplos recentes: na região metropolitana do Rio, ainda o cartão postal do Brasil, pelo menos quatro mulheres foram vítimas de feminicídios praticados pelos companheiros. Em São Paulo, em Santo André, um homem, inconformado com o fim do relacionamento, ateou fogo à ex-mulher depois de atraí-la para o que seria uma conversa sobre a guarda dos filhos. Aqui perto, em Valparaíso de Goiás, no meu Estado, que o Senador Izalci tanto conhece, uma mulher foi atacada dentro do elevador com socos e tapas. Aqui em Brasília, um matador em série de mulheres, usando carros de aluguel, está preso sob investigação.

As pesquisas indicam que em dezembro de 2018 foram registradas 974 tentativas de feminicídio, o que representa aumento de 78% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

O pesquisador Daniel Cerqueira, do Ipea, afirma que 5 mil mulheres morrem por ano no Brasil, 40% delas assassinadas por "companheiros" – entre aspas –, canalhas. Dados divulgados na última segunda-feira, ontem, indicam que morre uma mulher a cada quatro minutos, Pátria amada.

Sou forçado a dizer que o meu Estado de Goiás é uma das unidades da Federação mais violentas contra a mulher. Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado goiano, os casos de feminicídio aumentaram 22,58% em 2018; 38 casos foram registrados em 2018, contra 31 em 2017.

Ainda de acordo com a Secretaria de Segurança Pública, 46,2% das ocorrências de feminicídio em Goiás no ano passado ocorreram em Goiânia, e 11,5% em Aparecida. Seguem-se, na sequência fantasmagórica, os Municípios de Goianira, Goianésia e Rio Verde, todos com 7,7% dos registros, ou seja, duas mortes no ano.

Vale lembrar que, sancionada em março de 2015, a Lei do Feminicídio alterou o Código Penal Brasileiro e a Lei de Crimes Hediondos, qualificando o assassinato quando a mulher for morta por questões de gênero.

No plano jurídico, também há a Lei Maria da Penha, considerada uma das três leis de proteção às mulheres mais eficientes do mundo. Existem delegacias especializadas.

Mas não há dúvida, há que se tratar a questão também pelo lado social e cultural: levá-la, Senador Confúcio, para as salas de aula, fazer campanhas educativas com toda a sociedade e especificamente com grupos de homens; enfim, prevenir. Porque, em muitos casos, a ação de quem quer que seja pode chegar tarde demais.

Por isso, defendo o uso de tornozeleiras eletrônicas pelos agressores, para que as possíveis vítimas sejam alertadas sobre a aproximação deles, bandidos. Uma decisão radical, mas necessária



para impedir que sejam descumpridas medidas protetivas de urgência, como o afastamento do agressor, estabelecidas pela Justiça.

É preciso que a sociedade como um todo, e nós Legisladores, entendamos o feminicídio como grave doença social a ser atacada.

Destaco desta tribuna uma observação pertinente do Major Geyson Borba, da Polícia Militar de Goiás, gerente do Observatório de Segurança Pública, que nos mostra – pasmem agora! Pasmem agora! – que um detalhe na legislação pode aumentar o número de feminicídios, Capitão Styvenson. Diz o major que, em alguns casos – é de revoltar –, os homens preferem matar a mulher a responder pelo crime de agressão, já que a pena por homicídio pode ser mais branda do que a pena por crimes contra pessoa. Eu vou repetir: os homens preferem matar a mulher a responderem pelo crime de agressão, já que a pena por homicídio pode ser mais branda do que a pena por crimes contra a pessoa. O crime de homicídio, por exemplo, é um crime afiançável; já o crime de violência contra a mulher não é afiançável. Ou seja, a pena é muito mais pesada.

Preocupado com esse detalhe de legislação, encaminhei o Projeto de Lei nº 4.305, de 2019, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para duplicar as penas dos crimes praticados contra cônjuges, companheiros ou ex-cônjuges e ex-companheiros.

Temos de fechar o cerco contra a selvageria. A sociedade brasileira tem de fechar o cerco contra a selvageria...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PATRIOTA - GO) – ... e, para concluir – nunca fujo do tempo –, unir forças para que ponhamos fim a essa barbárie contra mulheres.

Quanto ao projeto de minha autoria, o do feminicídio, há uma coisa, Presidente Izalci, que acho fundamental e que ninguém consegue – desculpem-me, Reguffe, Girão – ter peito neste País para fazer – e não é o nosso caso –, que é tirar a progressão de pena para quem mata mulher. As penas são aumentadas, mas o sujeito que mata mulher não tem medo da pena maior, porque ele sai da cadeia muito antes. Temos, como exemplo, o caso do assassino, ex-goleiro do Flamengo, Bruno.

Não pode haver progressão de pena! Esse é um detalhe fundamental para qualquer projeto sobre feminicídio. Sem progressão de pena, não tem saída temporária, nem liberdade depois de cumprir apenas um sexto da pena.

Feminicídio! Quem mata uma mulher tem que ficar na cadeia. E eu concluo, Presidente Izalci, Senador Confúcio: quem mata mulher não tem que ficar na cadeia; tem que morrer na cadeia!

Agradecidíssimo.

(Durante o discurso do Sr. Jorge Kajuru, o Sr. Izalci Lucas deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Confúcio Moura.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Parabéns ao Senador Kajuru pelo discurso muito bem feito, muito bem formatado, muito atual, muito oportuno. Eu tenho certeza de que quem te ouviu, quem teve a felicidade de te ouvir hoje ficou muito feliz com as suas iniciativas, com o seu discurso veemente, muito contemporâneo sobre um tema que nos entristece muito como brasileiros. Parabéns a V. Exa.!

Eu passo a palavra agora ao Exmo. Sr. Senador pelo Distrito Federal, Izalci Lucas.



Com a palavra V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ontem estive em Brazlândia, onde passei um dia maravilhoso. Quero aqui agradecer o carinho com que fui recebido pela população. Lá participei da missa matinal no Santuário Menino Jesus; depois, do programa na Rádio Veredas. Almocei com lideranças no Rancho Paraná e fui à tradicional Festa do Morango, um sucesso que já está na sua 24^a edição.

Brazlândia possui duas importantes vocações: é produtora de frutas, hortaliças, legumes e leite; e também é polo de festas tradicionais, como a do Divino, a da Via Sacra, a do Morango e a da Goiaba, que, aliás, têm melhorado a cada ano.

Conversei com os produtores, ouvi sobre o trabalho das cooperativas. Só para se ter uma ideia, Presidente, 34% das frutas, hortaliças e leguminosas produzidas no DF saem de Brazlândia.

No que diz respeito ao turismo religioso, a Catedral do Menino Jesus, em Brazlândia, é o segundo maior santuário do Brasil e acolhe romeiros vindos de todas as partes. Mas as rodovias que chegam até Brazlândia são um obstáculo para os que chegam à cidade, principalmente para os romeiros. Tanto a BR-080 quanto a BR-001 não possuem acostamentos e representam perigo para os fiéis que vão caminhando até a catedral.

Para facilitar o acesso desses peregrinos que vêm até o Santuário do Menino Jesus para renovar e confirmar a sua fé, estamos aproveitando a duplicação das BRs-080 e 001 para fazer também uma pista extra, uma espécie de ciclovia, para que os homens possam caminhar em procissão até a catedral, da mesma forma que fazem aqueles que se dirigem a Aparecida do Norte. Aqui também em Goiás nós temos muitos turistas religiosos.

Sobre esse assunto falei na Rádio Veredas. Destaquei as nossas ações para melhorar a infraestrutura das estradas que chegam até Brazlândia, esse que é um sonho antigo dos moradores.

Nós da Bancada do DF – o Senador Reguffe está aqui e sabe disto – já colocamos recursos por várias vezes, por vários anos, para essas duplicações, mas há um impedimento ambiental. Estamos debatendo aqui no Congresso a mudança da legislação ambiental no que diz respeito à autorização para a duplicação de rodovias.

Senador Confúcio, existe já a pista, já é asfaltada. E há anos e anos e mais anos que querem duplicar, porque é a chamada rodovia da morte, e a gente não consegue a bendita licença ambiental. É uma coisa tão óbvia que deveria ser automática, mas não, não pode. Vamos ter que usar um artifício para poder asfaltar. Em vez de duplicar, fazer duas pistas agora, vamos fazer a mesma pista, vamos alargar a pista e botar alguma coisa no meio, porque aí a gente duplica, mas fugindo um pouco da característica, por questões ambientais e burocráticas. É o caso que já estamos fazendo aqui na saída, aqui na 001, onde está sendo feito desta forma: já há a duplicação da forma como eu disse aqui, ampliando as vias da estrada já existente.

A BR-080, Sr. Presidente, é uma rodovia perigosa, onde nós já perdemos amigos, e que fez centenas de vítimas, causando evidentemente tanta dor aos moradores da região.

Então eu quero aqui tranquilizar a comunidade e dizer que não só nós da Bancada do DF, mas também o próprio Governador, estamos trabalhando para isso. Não faltarão recursos nem vontade política para resolver este problema da duplicação dessas rodovias, que é um sonho de muitos anos da população.



Então, temos que incentivar o turismo religioso e também a produção agrícola, que são as duas principais atividades na cidade. Nós aqui no Congresso vamos continuar o nosso trabalho para que as demandas de Brazlândia sejam atendidas.

Inclusive, no final do ano passado, o DF também já está fazendo parte da Codevasf, do Vale do São Francisco, já que as nascentes também nascem aqui no Distrito Federal. Então, essa região de Brazlândia, Planaltina e, inclusive, parte aqui do Plano Piloto agora também pertencem à Codevasf. Com isso, nós esperamos poder ajudar no sentido de recuperar as nascentes, fazer um trabalho para poder garantir aos nossos produtores rurais e à Festa do Morango, Senador Girão, algo tradicional – já é a 24^a –, muito bacana, mais de 100 mil pessoas quase diariamente... É uma semana de festa. Ontem foi o encerramento. E, realmente, a população, principalmente da área rural, está comemorando, de certa forma, porque começamos a distribuir agora os títulos. Grande parte dessas áreas é do Incra. Então, alguns produtores já receberam; outros ainda não, porque, com a mudança de Governo, o Incra ficou um pouco esvaziado, não tem estrutura para atender o que nós precisamos. E nós estamos brigando agora, no Orçamento, para ver se colocamos mais recurso para o Incra para poder dar, realmente, a titularidade, que é um sonho de mais de 30 anos das pessoas.

Eu tive a oportunidade de presenciar a entrega de alguns. É uma emoção muito forte ver pessoas que já não acreditavam mais que seria possível receberem a escritura, que é o documento de propriedade. É com ele que você pode fazer novos investimentos, pegar garantias dos bancos, viabilizar, realmente, a questão do agronegócio e também dos pequenos produtores.

Eu tenho falado muito isto: uma das maiores preocupações que nós temos no DF é a agricultura familiar. Nós temos alguns assentamentos, onde as pessoas entregam a terra para as pessoas, sem qualificação, sem água, sem luz, sem estrutura nenhuma, e querem que elas sobrevivam da terra, que não tem nenhum apoio. Então, nós estamos, agora, buscando pegar alguns assentamentos como modelo, estudando qual é a vocação, qual é a produção adequada para aquela terra, para dar capacitação, dar, inclusive, matéria-prima e financiamento para que o homem do campo possa se fixar na terra, porque, se não acontecer isso, vão lotear, vão vender. E passa a ser especulação imobiliária. Esse é um dos grandes desafios não só do DF, mas também de todo o Brasil.

Senador Reguffe.

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF. Para apartear.) – Senador Izalci, eu quero parabenizar V. Exa. pelo pronunciamento, por trazer esse tema aqui. Quero parabenizar a população de Brazlândia pela 24^a edição da Festa do Morango.

E quero, inclusive, dizer uma coisa que não é tão conhecida no Brasil: ali não só houve a Festa do Morango, mas também, durante a semana, escolas públicas de Brazlândia puderam fazer visitas guiadas para conhecer o processo de produção do morango nas áreas rurais – houve visitas guiadas das escolas públicas de Brazlândia. Então, foi um processo muito rico, que envolveu toda a comunidade e, inclusive, as próprias escolas de Brazlândia. Brazlândia responde pela terceira maior produção da fruta no Brasil inteiro e por 98% da produção do Distrito Federal. Então, é algo muito importante e parabenizo, mais uma vez, a população pela 24^a edição da Festa do Morango.

Quero dizer também que V. Exa. tocou num outro ponto que é muito importante, que é a questão da BR-080. Eu sou um lutador pela causa ambiental. Eu acho que querer desenvolvimento econômico sem levar em consideração o meio ambiente é algo que a gente não



pode aceitar mais. O meio ambiente é algo que é importante para a vida de nós todos, seres humanos, não só do País, mas também do mundo. Agora, não há nada de questão ambiental que inviabilize colocar mais uma faixa de asfalto ali. É só tirar a grama e colocar uma faixa de asfalto ali, naquele lugar. Há vegetação pelos lados. Não precisa de... Isso é lutar pela vida. Nós perdemos vários conhecidos ali, e acho que este é um dever do Poder Público: zelar pela vida das pessoas.

A bancada, como V. Exa. muito bem colocou – V. Exa. agora é o Coordenador da Bancada do Distrito Federal aqui no Congresso –, destinou recursos para que se fizesse a duplicação da BR-080. Então, é muito importante que isso seja feito. Isso é uma questão de salvar vidas, é uma questão de respeito às pessoas. Acho que a bancada agiu muito bem em destinar recursos para essa duplicação, que eu espero que seja feita de imediato, porque é algo importante, já que, todo final de semana, ocorrem acidentes ali. E cabe ao Poder Público agir. O que não dá é para deixar vidas serem perdidas, como o foram e como o são todo final de semana, sem ninguém fazer nada. Então, a bancada agiu muito bem em destinar esses recursos. E eu espero que não haja ninguém que queira inviabilizar essa obra, que é uma obra importante para aquela comunidade inteira. Brazlândia é uma cidade-dormitório, muitas vezes. As pessoas trabalham aqui no Plano Piloto e voltam para lá. É uma estrada que precisa ser duplicada e eu espero que ela o seja imediatamente. A bancada fez sua parte, destinando os recursos, e eu espero que o Governo a duplique, porque é importante para aquela comunidade. Não há como aceitar vidas serem perdidas, como estão sendo, naquela estrada.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Acato o pronunciamento de V. Exa. e o incorporo ao meu discurso, ao mesmo tempo só lembrando também que, em Brazlândia, já começa a ficar tradicional também a Festa da Goiaba, pois Brazlândia também é um dos maiores produtores de goiaba.

Então, eram essas, Sr. Presidente, as minhas considerações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem. Eu quero saudar o Senador Izalci por fazer um discurso local, mas muito abrangente, de uma cidade-satélite de Brasília, que eu posso chamar de cidade singular. Tem uma vocação que ela desenvolve e é apreciada pela sua singularidade. Parabéns!

Agora, temos três oradores: o Senador Girão, o Senador Styvenson e eu.

Nós temos que fazer aqui um rodízio. Vamos fazer o seguinte: eu vou passar a palavra para o Senador Girão; oportunamente, logo depois, eu peço para o Girão sentar aqui e eu falo. Vou ser bem breve no meu pronunciamento para não atrapalhar o seu pronunciamento, Senador Styvenson, que é um discurso sobre educação ao qual eu quero assistir.

Então, com a palavra o Senador Girão, lá do Estado do Ceará.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Para discursar.) – Muito boa tarde, Presidente, Senador Confúcio Moura.

Estamos repetindo aqui uma dobradinha no mesmo lugar que aconteceu na última sexta-feira, uma fala nossa, um diálogo aqui, um pronunciamento que rendeu muita repercussão no meu Estado. Eu estive este final de semana no Ceará, terra da luz, e pude conversar com a população, especialmente da região metropolitana de Fortaleza. Eu fui a Maranguape, terra que ficou muito conhecida também por ter sido a terra que Chico Anísio escolheu para nascer. É um povo acolhedor e eu tive a oportunidade de ir ao mercado da cidade, na praça, conversar com as pessoas. E eu fiquei impressionado, Senador Confúcio: como a população tem acompanhado o



nosso trabalho. A TV Senado está de parabéns, a Rádio Senado está de parabéns, porque têm chegado mesmo, de uma forma muito eficiente, aos rincões distantes do nosso País.

Eu volto aqui a esta tribuna, novamente agradecendo a Deus a oportunidade de colocar as ideias em que eu acredito, para fazer um discurso aqui sobre alguns acordos que têm destinado parte dos valores do fundo da Operação Lava Jato que foram restituídos aos cofres públicos. Então, nos mais de cinco anos dessa Operação Lava Jato, que, repito, é grande patrimônio do povo brasileiro hoje, foram restituídos mais de R\$13 bilhões em acordos, indenizações e dinheiro em espécie apreendidos, de um total de mais de R\$44 bilhões calculados pela força-tarefa a ser resarcido aos cofres públicos – ou seja, existe mais dinheiro para entrar. A soma é pleiteada nas diversas ações judiciais propostas por procuradores federais em Curitiba e no Rio de Janeiro.

Além desse considerável ganho financeiro, a força-tarefa nesse período foi responsável, nas suas 63 fases, por 426 acusações criminais, mais de 1.250 mandados de busca e apreensão, 227 mandados de condução coercitiva e 310 mandados de prisão expedidos pela Justiça Federal contra 267 pessoas.

Da mesma forma, já foram expedidas sentenças em 50 processos, resultando em 242 condenações contra 155 pessoas, entre elas políticos e empresários, marqueteiros, empreiteiros, agentes públicos, ou seja, indivíduos que, até bem pouco tempo atrás, corrompiam e eram corrompidos sem sequer serem molestados pelo Poder Judiciário.

As cifras que envolvem a Operação Lava Jato são, de fato, impressionantes e comprovam o quanto essa ação coordenada entre o Ministério Público Federal, a Polícia Federal, o Coaf, que agora se chama Unidade de Inteligência Financeira, e a Receita Federal tem sido fundamental para a Nação romper com o sistema corrompido instalado no Brasil.

Mesmo perante essa incontestável evolução no combate à corrupção, a Operação Lava Jato vem, ininterruptamente, sofrendo ataques dos três Poderes da República – repito, a Operação Lava Jato, patrimônio do povo brasileiro, vem sofrendo, ultimamente, ataques dos três Poderes da República – com o objetivo de desmantelá-la aos poucos. Os indícios são cada vez mais claros nesse sentido. Vejamos.

O que dizer do tortuoso caminho imposto pelo Executivo Federal ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), a que eu tive a oportunidade de, há dois meses, ir com o Senador Styvenson Valente, do Rio Grande do Norte, que está aqui hoje presente, para visitar aquele órgão e conversar com os servidores daquele órgão. E nós saímos de lá, Senador Styvenson, encantados com o comprometimento, com a seriedade que vimos naquele órgão.

Num primeiro momento, ele ficaria subordinado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, e acabou, via medida provisória, totalmente fragilizado na estrutura do Banco Central. Para mim, é um apêndice. O Coaf se tornou um apêndice. Foi jogado no Ministério da Justiça, depois foi para o Ministério da Economia, com a garantia – e isso foi um debate que nós tivemos aqui naquela votação no primeiro semestre – de que seria preservado com as mesmas pessoas, com a autonomia que tinha até aquele momento, mas não foi isso que o Executivo Federal, a Presidência da República fez. Enviou para o Banco Central, sem a autonomia que o órgão merece. Ele tinha uma autonomia. Caiu a autonomia, enquanto o Brasil todo esperava que iria aumentar a sua força, a sua autonomia, e ainda existe a possibilidade de haver indicações políticas ali dentro.

Então, o Coaf, que foi um dos grandes responsáveis pelo sucesso da Operação Lava Jato, porque foi lá que os dados começaram a ser cruzados e começaram a ser identificados os desvios, a incoerência de alguns números, hoje está como um apêndice do Banco Central.



E das decisões emanadas também pelo Supremo Tribunal Federal: a Lava Jato está sendo prejudicada, no meu modo de entender, de forma clara como o Sol, pelo Supremo Tribunal Federal, que, em caráter liminar, suspendeu o uso de informações de órgãos de controle, como Coaf e Receita Federal sem autorização judicial e blindou – o Supremo Tribunal Federal, que, eu repito, é uma instituição importantíssima para o País, para a democracia do País, mas precisa ser investigada por fatos determinados, levantados aqui em três requerimentos de pedido de CPI da Lava Toga e outras dezenas de pedidos de *impeachment* de Ministros, que precisam ser avaliados e só o Senado pode fazer isso, ninguém mais – 133 influentes contribuintes com rendimentos suspeitos de fraude, inclusive Ministros do próprio Supremo Tribunal Federal e seus familiares. Estão bloqueadas essas investigações, esse trabalho de questionamento, por uma decisão do Supremo Tribunal Federal, ou seja, mais uma vez, o combate à corrupção no Brasil é travado por decisão do Supremo Tribunal Federal.

Você quer um aparte, Senador Styvenson? Fique à vontade.

O Sr. Styvenson Valentim (PODEMOS - RN. Para apartear.) – Muito obrigado, Senador Girão.

Para não perder a linha do pensamento, já que o senhor está falando do Coaf, do combate à corrupção: não se trata só da corrupção, não; é do crime organizado, é da lavagem de dinheiro, é da droga, é do PCC, é de organizações criminosas, que estão se privilegiando, porque agora estão se movimentando – voltou a bagunça, o bangue-bangue neste País –, dentro da questão financeira.

O Coaf tem esse papel importante desde 1998, Senador Confúcio, Sr. Presidente, quando ele foi criado. Ele passou por uma longa história. Eu tive a chance de ler os livros, eu tive a chance de ler aquele material que foi entregue para a gente. É uma história bonita de um conselho que realmente trouxe para este País a possibilidade de transparência e que ficou mais conhecido pela Operação Lava Jato, mas não parava só aí não. Toda transação financeira que era suspeita, toda transação acima daquele valor, montantes de R\$50 mil, R\$100 mil, era interceptada, era localizada e passada para o Ministério Público, Polícia Civil, Polícia Federal, para os órgãos do conselho. E, agora, Senador Confúcio, não se pode mais fazer isso. Apenas com autorização judicial.

É uma pena que a investigação, a Operação Lava Jato, não tenha chegado ainda – quando eu digo Operação Lava Jato, eu digo de uma forma abrangente, Senador Girão... Que não possa ter sido ainda investigado, submetido a uma investigação o Poder Judiciário. Eu não sei o porquê dessa resistência, Senador Confúcio, eu não sei o porquê desse temor e desse medo: não ser submetido a uma avaliação, a uma investigação. Simples, eles investigam tantas pessoas, julgam tantas pessoas, por que não querem ser julgados agora? Quem julga essas pessoas se não é o Senado?

Então, infelizmente, eu fico vendo que as pessoas querem respostas, como eu quero resposta também, como o senhor quer resposta, e esta Casa não está dando, com a desculpa, com a falácia de dizer que os Poderes são independentes. Se são independentes mesmo, como a PEC 65, do Senador Oriovisto, que foi reprovada aqui por 38 votos favoráveis e o restante contra, se a gente não pode interferir nos Poderes, por que a Lei de Abuso de Autoridade está interferindo agora sob o mesmo argumento?

Na mesma linha que o senhor está discutindo, Senador Girão, há esse problema também. Estão vindo os vetos. Se nós não conseguirmos aqui 41 Senadores para que esses vetos não caiam, artigos como o 23 e o 24, artigos como o 9º da Lei de Abuso de Autoridade, que fala sobre a instauração de inquérito sem ter a certeza de que a pessoa ali é culpada, sem a produção de prova,



estão intimidando o aparato policial. No meu ponto de vista, dão justamente essa permissividade. Sem falar que tem efeitos retroativos, já que se trata de lei penal, de lei criminal a modificação.

Então, pode ser que os efeitos dela sejam bem piores do que o que a gente possa estar vendo agora, neste momento. Está bom?

Era só isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Senador Styvenson.

Eu peço ao Presidente desta sessão, Senador Confúcio Moura, que incorpore as palavras do Senador Styvenson ao nosso pronunciamento. Se puder me dar mais cinco minutos, eu concluo.

É bem isso que foi colocado aqui pelo Senador Styvenson. O Supremo Tribunal Federal bloqueou esses inquéritos contra 133 influentes contribuintes. O Poder Legislativo, nosso Poder aqui, lá na Câmara, aprovou, na calada da noite, numa reunião, numa votação hiperquestionada, o abuso de autoridade, um projeto muito ruim para o Brasil, para quem quer que a Justiça seja feita para todos. Amarra alguns agentes públicos, alguns promotores e procuradores que querem fazer o seu trabalho.

Como bem colocou o Senador há pouco, há duas semanas, nesta Casa, nós tivemos uma grande oportunidade – e perdemos – de normatizar, de estabelecer prazos para o Supremo Tribunal Federal, de procurar acabar com aquelas decisões absurdas, monocráticas do Supremo Tribunal Federal. Faltaram 11 votos para a gente conseguir evoluir neste momento em que a população grita por justiça, especialmente no Poder Judiciário maior, que é a Corte Suprema.

Isso, para não falar das mudanças nas superintendências estaduais da Polícia Federal, gente – isso é sério –, além da provável substituição do atual Diretor-Geral da PF, Delegado que participou ativamente da Lava Jato e homem de confiança do Ministro Sergio Moro. Está aí na corda bamba o Diretor-Geral da PF, por interferência da Presidência da República.

Diante dessa campanha articulada, forte, contra a força-tarefa da Lava Jato, me causam estranheza notícias veiculadas pela mídia, as quais apontam que algumas autoridades que estão contribuindo para enfraquecê-la estejam negociando o destino dos valores bilionários restituídos pelo trabalho incansável, abnegado e corajoso do grupo de procuradores da República.

Eu estou falando do acordo fechado pela Procuradoria-Geral da República, a Câmara dos Deputados e o Palácio do Planalto, por meio da Advocacia-Geral da União, no sentido de que 1 bilhão – 1 bilhão – do fundo da Lava Jato seja direcionado para ações de prevenção, fiscalização e combate ao desmatamento e outros ilícitos ambientais nos Estados da Amazônia Legal e outro 1,6 bilhão seja destinado para a educação.

Apenas para lembrar, o fundo da Lava Jato é resultado de acordo firmado entre o Ministério Público Federal do Paraná, a Petrobras e os Estados Unidos, via Departamento de Justiça, para destinar parte da multa imposta à petrolífera em ações no Brasil.

Que fique claro, Senador Confúcio e Presidente da sessão, que aqui eu não estou entrando no mérito da destinação, pois não há dúvidas de que esse dinheiro pertence ao povo brasileiro e a ele deve retornar em forma de melhoria na qualidade de vida da população. O que é inaceitável é que esses mesmos sujeitos que querem lançar mão do destino dos bilhões de reais da Lava Jato estejam sendo, no mínimo, coniventes ou omissos com a tentativa de desmanche da força-tarefa da Lava Jato.

Ora, a Lava Jato vai sendo enfraquecida de forma articulada, aos poucos, e aí, quando falta dinheiro: "Vamos lá pegar da Lava Jato", enquanto isso estão matando a Lava Jato. Isso me parece uma incoerência. É o tipo de entidade que não poderia estar com esse tipo de premissa.



Pelo contrário, tinha que fortalecer a Lava Jato porque ela está ajudando neste momento de dificuldade do País, porque está faltando dinheiro.

Olha só... E tem muito mais, viu. É a ponta do *iceberg* o que foi descoberto até agora. Há muito mais dinheiro para entrar no Brasil, há muito mais gente para ser punida no Brasil, se a justiça for feita realmente como deve ser feita, de forma independente para todos.

Sr. Presidente, essa flagrante contradição não é razoável e por isso não me convence. Se a Nação está necessitando buscar recursos nesses valores resgatados para garantir ações de educação infantil, desenvolvimento integral na primeira infância, empreendedorismo, manutenção de bolsas de pesquisa e proteção da Amazônia, nada mais natural que as forças democráticas busquem tomar medidas práticas e firmes no sentido de intensificar o combate à corrupção e fortalecer a Lava Jato, pois há muito mais dinheiro – como eu falei há pouco – a ser recuperado da mão de criminosos, que durante muitos anos foram acobertados pela sombra nefasta da impunidade no País.

No início do meu pronunciamento falei que a estimativa de resarcimento aos cofres públicos, segundo cálculos da força-tarefa, é de mais de R\$44 bilhões. Nenhuma nação pode abrir mão de uma fortuna como essa, principalmente a nossa Nação, hoje vitimada por uma profunda crise fiscal e onde repousam mais de 13 milhões de desempregados. Lutarei, no limite das minhas forças, para que os interesses escusos de poucos poderosos não sejam capazes de sepultar o anseio e a esperança da esmagadora maioria do povo brasileiro.

Termino minha fala com algumas passagens do Papa Francisco, que durante celebração no Vaticano, condenou duramente a prática da corrupção. Ele falou em 2013 e falou ontem de novo – abre aspas: "Judas começou de pecador avaro e terminou na corrupção. O caminho da autonomia é um caminho perigoso: os corruptos são grandes desmemoriados, esqueceram este amor com o qual o Senhor plantou a vinha" – fecha aspas.

Francisco recordou que – abre aspas: "O Apóstolo João disse que os corruptos são o anticristo, que estão no meio de nós, mas que não são parte de nós. A palavra de Deus nos fala nos santos como de luz, aqueles que estarão ante o trono de Deus em adoração" – fecha aspas.

O pontífice foi ainda mais categórico ao enunciar que – abre aspas: "Peçamos hoje ao Senhor...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – ... a graça de nos sentir pecadores, mas verdadeiros pecadores, não pecadores em geral, mas pecadores por isso, isto e isto, concretos, com o concreto do pecado. A graça de não nos converter em corruptos: pecadores, sim, corruptos, não! E a graça de ir pelo caminho da santidade. Assim seja".

Queria aproveitar estes últimos segundos para dizer que dia 25, Senador Confúcio, a população brasileira, vários movimentos que emanaram dela estão mobilizados para fazer, aqui na Praça dos Três Poderes, aqui pertinho de nós...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – ... uma manifestação importantíssima para esta Nação, que não pode ser adiada, em que vão gritar pela CPI da Lava Toga urgente, para passar a limpo o País, o que está faltando passar a limpo. A população tem que chegar junto, é importante que ela esteja próxima. O fim do foro privilegiado, que está na gaveta do Presidente da Câmara dos Deputados. O Senado já fez a parte dele, não há mais o que cobrar do Senado.



Está lá, aqui do lado, na Câmara dos Deputados, para tirar da gaveta e votar. E o *impeachment*, a deliberação para que seja analisado o *impeachment* de alguns ministros do Supremo Tribunal Federal.

Muito obrigado, Presidente. Que Deus abençoe esta semana de todos os Senadores. Obrigado aos funcionários da Casa. Povo brasileiro, contamos com as orações...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – ... de todo o povo brasileiro para que tenhamos sabedoria, saúde, força, discernimento para fazermos o que tem que ser feito neste momento histórico do País. A guerra é espiritual; a guerra não é material, não é entre os homens. A guerra é espiritual e nós contamos com as orações, com as vibrações positivas de quem não tem fé, mas de quem tem, de joelhos, que ore pelo Brasil, seja católico, espírita, evangélico ou de outra religião.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Eu cumprimento o Senador Girão, como sempre, pelos seus discursos coerentes, que têm um foco definido. S. Exa. tem se mostrado, nesses sete meses iniciais dos nossos mandatos, ser um Senador nordestino, cabra macho, definido. Eu tenho certeza de que o povo do Ceará, do seu Estado, está muito feliz com o exercício do seu mandato.

Agora, nós vamos fazer o seguinte: como só estamos nós três aqui, o senhor se senta à minha direita, eu vou passar a palavra... Eu seria o próximo, ou melhor, eu seria o terceiro nessa lista de hoje, mas foi ficando para depois, depois...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Não, não, não.

Quem vai falar agora é o Senador Styvenson Valentim, do Podemos do Rio Grande do Norte, e eu fico por último, sem problema nenhum. Depois, o Senador Girão assume aqui a Presidência para eu dar o meu recadinho e encerramos.

Antes, porém, Senador Styvenson, eu quero fazer a leitura de uma Mensagem da Presidência da República.

Mensagem nº 52, de 2019 (nº 411 na origem), que informa o impedimento do Presidente da República em exercer a Presidência no período do dia 8 a 12 de setembro de 2019, em virtude de cirurgia realizada no dia 8 de setembro deste ano. (**Vide item 4.1.4 do Sumário**)

A mensagem retorna à Secretaria-Geral da Mesa para registro.

Com a palavra o Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. Para discursar.) – Boa tarde, Zezinho; boa tarde, Sr. Presidente! Muito obrigado por ceder a vez e por me conceder a palavra. Sinto-me honrado. Eu respeito muito a idade do senhor, o seu tempo, a sua antiguidade, mas o senhor abriu esse espaço, e eu vim falar de um tema... E eu sei por que o senhor quer que eu fale primeiro. É porque eu vim falar de um tema que interessa muito ao senhor e que também, Senador Girão, meio que se funde ao que o senhor falou agora e com o que o Senador Kajuru falou



há pouco. Eu venho falar sobre a precariedade das escolas públicas no Brasil, mas, principalmente, no meu Estado.

Todos que estão nos assistindo pela TV Senado, que nos ouvem pela Rádio Senado e que nos acompanham pelas redes sociais, menos crianças se matriculam na educação básica em escolas públicas e privadas em 2018 em comparação a 2014. Em números, 1,3 milhão de crianças a menos nas escolas em cinco anos. Tomando apenas esses dados como base, dados que foram divulgados pelo próprio Ministério da Educação, vemos o tamanho do desafio que nós temos aqui, Senador Confúcio. É muita criança fora da escola.

Engana-se quem pensa que ocupar aqui este espaço, quando a gente está falando sobre temas como esse, exigindo uma providência de colocar o tema, como o Senado Girão falou agora.... "Bota em votação!" Eu sei que a gente perdeu a PEC nº 65, Senador Girão, Senador Confúcio, mas, pelo menos, bota em votação para que a gente possa perder e para que a população possa saber quem está votando contra e quem está votando a favor. É para isso que serve aqui, é esse momento para falar. E falar sobre educação parece uma cobrança, Senador Girão, que as pessoas têm lá no meu Estado e no seu também: e o que você está fazendo? Em que você está ajudando? E aí? Em que você vai ajudar mais? Então, eu vim falar sobre isso agora. O Parlamento é uma caixa de ressonância e os alertas que fazemos aqui fazem a diferença em muitas situações.

Nesse final de semana, eu fui a Natal, Rio Grande do Norte, a minha terra, e visitei uma escola em Ponta Negra. Não é segredo nenhum para quem me conhece aqui, no Senado, principalmente para os dois que estão aqui me assistindo, que sou fascinado pela educação porque vejo nela a porta da saída para crianças abandonadas. Mas abandonadas por quem? Pelos pais? Não só por eles, pelo Poder Público, até por nós mesmos.

Então, eu recebi, Senador Girão, uma carta de um garoto de 15 anos, uma carta muito bem-feita, por *e-mail*. O Erick, de 15 anos, narrava a dificuldade na escola dele. Então, eu fiquei curioso e fui lá conhecer. Então, somente uma pessoa... E eu digo isso por mim, Senador Girão, porque eu andei nos cantos mais esquecidos da população, na periferia, onde muitos, Senador Confúcio, que estão na política só andam quando vão pedir votos. Eu andei minha vida toda como policial militar. Então, eu via de perto, eu sabia o que estava acontecendo ali na periferia, naquele lugar de abandono. Então, eu tinha noção do que era. As pessoas dizem que não existe fome. Eu tinha noção. Eu via com meus olhos ali o que era as pessoas estarem revirando lixo. Não é fome? Será que era opção a pessoa ser aquele mendigo?

Trago aqui para os senhores esse número espantoso de 1,3 milhão de crianças fora das escolas. Esse número só vai crescer mais dessas pessoas cada vez mais na rua, cada vez mais debaixo da ponte, cada vez mais sem emprego, cada vez mais dando esse trabalho à segurança pública, à saúde, à educação.

Então, essa noção que eu tive como policial eu trago para cá agora e tive a chance de atender ao pedido dessa criança na Escola Estadual Professor José Fernandes Machado, em Ponta Negra, como eu já disse. O Erick Gabriel Ferreira Cordeiro, como eu já falei também que ele escreveu, ele narra a desorganização, ele narra a sujeira, ele narra a dificuldade que é estar dentro de uma escola onde o mato está tomado conta, o teto está caindo. E o mais interessante: a escola, em 2018, foi contemplada em ser reformada num prazo de seis meses. Esse prazo passou e ficou aquele canteiro de obras, Senador. Desde 2018 que esses alunos estão utilizando banheiros químicos. Eu me lembro bem da fala do senhor aqui quando disse: na educação... Uma escola que não tem nem



banheiro? Preciso só lembrar que Ponta Negra é zona sul de Natal, é área nobre, escola pública na área nobre.

São 617 escolas estaduais no meu Estado do Rio Grande do Norte. Há dois anos, um levantamento feito pela própria Secretaria de Educação do Governo do Estado apontou que a infraestrutura de 77 escolas era péssima e de 165 era ruim, ou seja, quase metade. Apenas 40 escolas eram consideradas com infraestrutura boa. Pouquíssimo esse número.

E não estou falando de ter biblioteca, não, Senador. Não estou falando de ter uma quadra de esportes, que nem têm. Não estou falando de ter uma piscina. Estou falando de coisas básicas que não existem. Imagine falar de acessibilidade, de tratar o diferente de forma inclusiva! Em escola pública, não.

Quando eu falo o mínimo, é porque há uma cobrança muito rígida sobre as escolas particulares no nosso País em que se cobra tudo isso. E no público não há. E eu quero chegar é justamente nessa discrepância, Senadores, em que a escola pública é tratada dessa forma e uma vez que as pessoas têm oportunidade, condições financeiras, ou de alguma forma passam pela escola privada, vão ocupar os lugares de quem deveria estar ocupando a universidade pública, que não ocupa.

Eu quando adotei a Escola Maria Ilka, nossa primeira providência foi deixar a estrutura de forma mais acolhedora, de forma limpa, de forma que as pessoas se sentissem bem, mais dignos. Quem quer estudar, Senadores, sem água, sem lugar para sentar, sob a ameaça desse teto sair nas suas cabeças? Numa temperatura uma vez no Nordeste, de 30 graus, Senador Confúcio, sem ar-condicionado e sem ventilador? Diante dessa perspectiva, para algumas escolas, falar em laboratório de informática, em internet, em banda larga, só sendo ficção neste País. Não existe. Eu não sei como está lá em Rondônia, mas no Rio Grande do Norte...

Realmente, é desanimador quando comparamos o investimento em infraestrutura da rede privada para a rede pública: 8% das escolas públicas neste País têm laboratório de ciências, contra 26% das privadas. Dá para competir numa universidade quando vai fazer um vestibular, um concurso? Não dá. Isso para os alunos do Ensino Fundamental. E as diferenças vão seguindo em vários aspectos. O custo de um aluno nas séries iniciais no Rio Grande do Norte para os cofres públicos, de acordo com o MEC, é R\$3.450 por ano, seis vezes menos do que um pai ou uma mãe pode pagar numa escola privada de boa qualidade.

Eu estou falando da educação, Senador Izalci, o senhor chegou agora e o senhor também gosta de educação, tive sorte hoje de pegar os três aqui da educação, que também gostam, porque é discrepância demais.

Eu comecei a falar que eu recebi uma carta do garoto Erick Gabriel em que ele pedia que eu fosse na escola para que eu visse o estado que a escola estava, uma vez que estava em reforma, tinha passado do prazo e ninguém conseguia ter aula. O garoto quer só estudar, na zona sul de Natal.

(Soa a campainha.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Então, voltando, no Rio Grande do Norte, as obras paradas em escolas representa um prejuízo de R\$62 milhões, de acordo com o Tribunal de Contas da União. São 84 obras paradas: 53 municipais e 31 estaduais. A maior parte delas são de quadras de esportes paradas ou inacabadas, e já foi enviado lá um milhão, 800 mil, dois milhões, e a obra não é concluída dentro do prazo.



E os motivos da paralisação? Má gestão? É o quê? Falta de dinheiro? Só não é falta de dinheiro, não é? Ou é a contenção do passado? Várias empresas simplesmente abandonam suas obras. Por quê? Não vale a pena prosseguir devido à demora para receber o pagamento. A depender do tempo que essas obras estão paradas...

(Soa a campainha.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – ... será necessário começar do zero. Aí vêm mais recursos pelo ralo, porque, se uma hora para, tem que recomeçar.

Eu estou falando isso, porque há muitos Prefeitos me procurando no gabinete pedindo emenda, mas, quando vem pedir, pede para a mesma escola, pede para a educação. Eu disse: "Amigo, dentro do mapa aqui de obras inacabadas ou de obras que não foram concluídas ou de obras que nem concluíram, você não já pegou esse dinheiro? Como é que está? Vamos ver a situação agora". Dizem: "Ah, não fui eu, foi o passado". É o que está acontecendo. É por isso que eu estou falando sobre isso. É para as pessoas ficarem alertas, porque eu estou recebendo de uma criança de 15 anos uma denúncia, um vídeo, uma foto, um e-mail. Ele está preocupado com a escola dele. Se todas as pessoas passassem a se preocupar, informassem aos seus Parlamentares, cobrassem deles essa fiscalização, que é a nossa função também, as coisas ficariam melhores neste País.

É importante que a gente veja o quanto a estrutura física está atrelada à qualidade do ensino.

(Soa a campainha.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – E hoje um dos nossos maiores desafios ainda é aumentar o índice de aprendizado para, assim, diminuir a tamanha desigualdade que tem neste País. O nosso IDH é baixíssimo: 0,77; o do Rio Grande Norte está em 16º lugar no País e é 0,68; o da Noruega é 0,94. Eu não quero comprar países, eu quero que meu País melhore e é através da educação, do Índice de Desenvolvimento Humano.

Por que eu não quero comparar países? Houve uma audiência pública em que trouxemos pessoas da Islândia para falar sobre como eles tiraram aquele país da esbórnia juvenil, em que jovens se drogavam, se entorpeciam, em que o índice de crimes era muito alto – e fizemos isso em conjunto com a CAS e com a CE. São providências simples...

(Soa a campainha.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – ... como controlar o horário da criança na rua – criança, não, às vezes, até menos. E, às 10h, é para estar em casa. Eles reduziram a criminalidade, o índice de entorpecência, de tudo isso em menos de 20 anos.

Senador Girão, o que está acontecendo? Por que eu subi aqui hoje, uma vez que eu vim falar sobre o que eu recebi, sobre as escolas, sobre as obras inacabadas, sobre poder de fiscalização? Como eu já falei, vou repetir, um garoto só, apenas ele... E eu falei isso nas minhas redes sociais e eu preciso divulgar aqui. Por quê? Porque as pessoas estão procurando pelas redes sociais agora fazer denúncia. E pode divulgar? Pode. Pode dizer como é que está a sua cidade, porque é você, morador, é você, cidadão, é você, jovem, é você, criança e...

(Soa a campainha.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – ... é você, adolescente que têm que dizer o que há que melhorar.



Senador Girão, não há forma mais eficiente de a gente encaminhar recursos, de ver gente fazer política que com as pessoas e principalmente com os jovens. Todos os jovens do Rio Grande do Norte e as crianças, então, contribuem com a sua política, com a sua cidade, fazendo o que um jovem de 15 anos fez: mostrando a estrutura física da sua escola para que possamos fiscalizar e saber de que forma vamos melhorar aquilo ali.

Obrigado...

O Sr. Confúcio Moura (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para apartear.) – Senador Styvenson, eu quero só fazer um aparte ao seu pronunciamento, porque o seu discurso é o meu discurso. O seu discurso é um discurso que até nós temos discutido muito aqui de cada Senador adotar uma escola, visitar uma escola.

Vejam o trabalho desse menino que o convidou para ir lá e ver a situação de corpo presente. V. Exa. foi, e esse é o objeto do seu discurso hoje, mostrando a realidade nua e crua da educação brasileira.

Se quisermos realmente melhorar o nosso País, Senador Styvenson, nós temos que investir em gente, nas crianças, nas pessoas em todo o País.

Não vou nem usar a palavra da tribuna hoje, não, porque o seu discurso já é o meu. Eu me sinto muito contemplado pelas suas palavras e eu seria repetitivo hoje se usasse a palavra.

Eu quero parabenizá-lo, cumprimentá-lo e agradecer por essa dedicação que o senhor está tendo com o seu Estado, com suas escolas e com o povo brasileiro. Parabéns a V. Exa.!

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Eu que agradeço, Senador, a palavra.

Quero dizer, mais uma vez, que a melhor política é a política feita por essas pessoas. Quando um jovem começa a se manifestar da forma que ele se manifestou, mandando *e-mail*, dizendo que quer uma escola melhor e mostrando que a obra não está andando, que está paralisada há mais de um ano, apesar de já ter ido recurso, então, eu vejo que este País está realmente querendo melhorar através da juventude.

(Durante o discurso do Sr. Styvenson Valentim, o Sr. Confúcio Moura deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Izalci Lucas.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Agradeço e parabenizo V. Exa. pelo discurso.

Quero agradecer ao Senador Confúcio, que estava inscrito para falar, mas que vai abrir mão, porque nós vamos agora fazer uma sessão solene em homenagem ao administrador.

Antes, quero aqui registrar a presença dos alunos do curso de Arquitetura da Univali, de Santa Catarina, e do Sr. Eddy Lau, Diretor da Faculdade Red River College, do Canadá. Sejam bem-vindos a esta Casa!

Não havendo mais oradores, eu declaro encerrada esta sessão não deliberativa. Em seguida, faremos a sessão solene em homenagem aos administradores.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 06 minutos.)



Ata da 160^a Sessão, Especial,
em 9 de setembro de 2019

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 56^a Legislatura

Presidência do Sr. Izalci Lucas.

(Inicia-se a sessão às 16 horas e 16 minutos e encerra-se às 17 horas e 27 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial é destinada a comemorar o Dia do Administrador, nos termos do Requerimento nº 100, de 2019, do Senador Izalci Lucas e outros Senadores.

Convido para compor a Mesa o Presidente do Conselho Federal de Administração, Sr. Mauro Kreuz. (*Palmas.*)

Convido também para compor a Mesa a Presidente do Conselho Regional de Administração do Amapá, a Sra. Herligenas Corrêa de Oliveira. (*Palmas.*)

Convido também o Presidente do Conselho Regional de Administração do Distrito Federal, Udenir de Oliveira Silva. (*Palmas.*)

Convido também o Conselheiro Federal do Conselho Federal de Administração pelo Distrito Federal, Sr. Carlos Alberto Ferreira Junior. (*Palmas.*)

Convido também a Conselheira Federal do Conselho Federal de Administração pelo Estado de Goiás, Ivany Rosa de Oliveira. (*Palmas.*)

Convido também a Conselheira Federal do Conselho Federal de Administração pelo Estado do Mato Grosso do Sul, Sra. Gracita Hortência dos Santos Barbosa. (*Palmas.*)

Convido a todos para, em posição de respeito, acompanhamos o Hino Nacional do Brasil.

(*Procede-se à execução do Hino Nacional.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Quero registrar aqui também a presença do Segundo Secretário da Embaixada da República de Angola, Sr. João Carvalho; do Vice-Presidente do Conselho Federal de Administração, Sr. Rogério Ramos de Souza; do Presidente do Conselho Regional de Administração do Espírito Santo, Sr. Maurílio José Martins; do Presidente do Conselho Regional de Administração do Mato Grosso do Sul, Sr. Rogério Eloi Gomes Bezerra; do Presidente do Conselho Regional de Administração de Minas Gerais, Jehu Pinto de Aguiar Filho; do Presidente do Conselho Regional de Administração da Paraíba, Geraldo Tadeu da Rosa; do Presidente do Conselho Regional de Administração do Paraná, Sérgio Pereira Lobo; também do Presidente do Conselho de Administração de Rondônia Marcos Tadanori Ito; e do Presidente do Sindicato dos Administradores do Amazonas, Orlando Ferreira Cruz.

Passamos agora à exibição de um vídeo institucional.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Convido a Sra. Nyedja Gennari para contar a história sobre o Dia do Administrador.

A SRA. NYEDJA GENNARI – (Interpretação narrativa.) – Senhoras e senhores, boa tarde.

As histórias marcam, inspiram, emocionam, divertem, são inventadas ou reais. Por isso, nesta tarde eu convido cada um de vocês a uma viagem. Uma viagem por uma história real, emocionante e inspiradora.

Então, apertem os cintos da imaginação, ou soltem, se preferirem, e viajem comigo pela história da administração, que se iniciou num tempo muito, muito remoto, mais precisamente no



ano 5000 a.C., na Suméria, quando os antigos sumerianos procuravam melhorar a maneira de resolver seus problemas práticos, exercitando assim a arte de administrar.

Depois, no Egito, Ptolomeu dimensionou um sistema econômico planejado, que não poderia ser operacionalizado sem uma administração pública sistemática e organizada.

Em seguida, na China de 500 anos a.C., a necessidade de adotar um sistema organizado de Governo do império, a Constituição de Chow, com seus oito regulamentos, e as regras de administração pública de Confúcio exemplificam a tentativa chinesa de definir regras e princípios de administração.

A partir de então, vários acontecimentos contribuíram para novas descobertas e fortalecimento da ciência da administração, como o fenômeno da Revolução Industrial, que provocou o aparecimento da empresa e da moderna administração, o surgimento da administração científica, apresentada por Frederick Taylor, com seus princípios de administração científica e o estudo da administração como ciência, entre outros.

Vemos que a administração foi construída ao longo dos séculos, pela mente atenta dos estudiosos, governantes e empresários. Administração é uma competência entendida como um saber-fazer, que implica um arcabouço teórico específico e que sistemas e processos orientam métodos de ação que sustentam as atividades.

É nesse sentido que se impõe a exigência de conhecimento que forneça referenciais para o planejamento, organização, direção e controle das realizações, tanto na esfera pública quanto na esfera privada.

Administração é uma habilidade que implica um olhar e uma sensibilidade para perceber além do alcance e dos limites do problema em toda a sua lateralidade, revestindo-se de uma envergadura capaz de oferecer uma contribuição original com conexões e relações não óbvias para estruturar e fundamentar a natureza das ações, com suas implicações no tempo e espaço nos âmbitos do contexto e da cultura.

No Brasil, a Administração foi consolidada em 1965. Profissionais atuantes da área pública e do setor privado, direção, docentes e formandos das instituições de ensino da Administração, entidades e associações representativas da categoria fizeram ouvir as suas reivindicações, tiveram recompensados os seus esforços, que culminaram no mais importante e determinante acontecimento: a regulamentação da profissão, em 9 de setembro de 1965, pela Lei nº 4.769. O Prof. Alberto Guerreiro Ramos, técnico de administração do Dasp, foi grande colaborador à sanção da lei, apresentando e dando andamento junto aos órgãos decisórios da esfera federal.

Com a regulamentação da profissão, fez-se necessária a criação de organismos normativos e de controle da profissão. A Lei nº 4.769, de 1965, além de dispor sobre o exercício da profissão, criou os Conselhos Regionais e Federal de Administração. Juntas essas iniciativas pioneiras marcaram e contribuíram para o processo de desenvolvimento do País, do ensino e da pesquisa da nova área de conhecimento, criando um novo tipo de intelectual, de formação técnica e conhecimento especializado, um profissional qualificado com uma perspectiva moderna de mercado, indispensável ao novo quadro brasileiro redesenhado a partir dos anos de 1930.

Desde a sua criação, o Conselho Federal de Administração vem orientando e disciplinando o exercício da profissão. A sua missão é promover a ciência da Administração, valorizando as competências profissionais e sustentabilidade das organizações e o desenvolvimento do País. É integrado pelo Conselho Federal de Administração e pelos 27 Conselhos Regionais de Administração, sediados em todos os Estados da Federação e no Distrito Federal.



Cada conselho regional de administração tem por finalidade dar execução às diretrizes formuladas pelo Conselho Federal, fiscalizar na área da perspectiva e jurisdição o exercício da profissão, organizar e manter o registro de profissionais de Administração, julgar as infrações e impor as penalidades referidas na lei, expedir as carteiras profissionais, além de elaborar seu regimento para exame e aprovação.

O sistema dos conselhos federal e regionais, consciente de suas responsabilidades, atua com enfoque na missão primordial de valorizar o profissional e a ciência da Administração. E, hoje, 9 de setembro de 2019, o sistema do Conselho Federal de Administração e os Conselhos Regionais de Administração, juntamente com os quase 400 mil profissionais de Administração registrados no País, comemoram 54 anos de regulamentação dessa profissão, que é passado, presente e o futuro do Brasil.

E o Senador Izalci Lucas e toda a sua equipe prestam esta singela homenagem a cada um de vocês.

Eu sou Nyedja Gennari, contadora de histórias. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Quero registrar também a presença do Prefeito Municipal de Rio Verde, Mato Grosso, Mário Alberto Kruger.

Quero cumprimentar aqui o Presidente do Conselho Federal de Administração, Sr. Mauro Kreuz; a Presidente do Conselho Regional do Amapá, Herligenas Corrêa de Oliveira; nosso Presidente do Conselho Regional do Distrito Federal, meu querido Udenir de Oliveira Silva; nosso Conselheiro Federal do Conselho Federal de Administração do DF também, Carlos Alberto Ferreira Junior; a Conselheira Federal do Conselho Federal de Administração do Estado de Goiás, Ivany Rosa de Oliveira; a Conselheira Federal do Conselho Federal de Administração do Mato Grosso do Sul, Gracita Hortência dos Santos Barbosa. Quero cumprimentar os demais conselheiros, presidentes dos conselhos regionais e cumprimentar todos os nossos administradores, nossas administradoras, convidados, senhoras e senhores.

Hoje celebramos uma data especial e tenho a honra de fazer essa comemoração no Senado da República. Senhoras e senhores, é muito inspiradora a iniciativa que concretizou no calendário brasileiro o Dia Nacional do Administrador, em função do qual celebramos anualmente esse profissional competente e indispensável que ele ou ela representa para a modernidade nacional. Em 9 de setembro, cabe-lhe a justa homenagem, por ser a data da assinatura da Lei 4.769, de 9 de setembro de 1965, que criou a profissão de administrador.

Cumpre ressaltar que o Dia do Administrador foi instituído pela Resolução 6.568, do Conselho Federal de Administração (CFA), em 9 de dezembro de 1968. Com todo o cuidado para não cair no óbvio, o administrador é o profissional capaz de sistematizar práticas para gerir uma instituição. Em rigor, é o responsável por planejar estratégias, acompanhar o desempenho das atividades, gerenciar os recursos humanos, materiais e financeiros de uma instituição. De menor relevância é função do profissional, ainda, desenvolver estratégias de mercado em nível de concorrência.

Por outro lado, senhoras e senhores, Senadores e Senadoras, a profissão pode ser exercida em diferentes formas de atuação. Desse modo, ela se projeta, por exemplo, no exercício do profissional liberal, do perito judicial e do assessor ou consultor. Na prática, trata-se de um profissional apto para resolver questões de logística, de *marketing* e de sistemas de informação, além de abordagens em grupo que exijam um apurado senso de liderança. Para tanto, são-lhe requeridas as habilidades



associadas ao dinamismo, à criatividade, à capacidade de trabalhar em grupo, à resiliência para superar as diversidades encontradas em empresas privadas ou instituições públicas.

No Brasil, a atividade de um profissional de Administração é regulamentada pela Lei 4.769, de 1965, que exige a prerrogativa de bacharel e o registro junto a um conselho. Aliás, graças à lei de 1968, a comemoração do Dia do Administrador serve igualmente a prestar tributo a todos os cidadãos que, no sentido largo do conceito, dedicam-se a bem administrar o seu dia a dia. Afinal de contas, a boa gerência do tempo e do espaço, respeitando os compromissos, cumprindo horários, valorizando ambientes, colaborando com o trabalho dos colegas, também envolve, direta ou indiretamente, virtudes indiscutivelmente essenciais à boa administração.

Historicamente, senhoras e senhores, em meados do século XVII, já era possível entrever a presença de profissionais que exerciam a função de administrador, como gerentes das companhias de navegação inglesas. Em solo brasileiro, o primeiro curso de graduação em Administração começou a ser oferecido em 1941, no Estado de São Paulo. No ano de 2010, segundo o Conselho Federal de Administração, o curso já era oferecido por mais de 1.800 instituições de ensino superior.

Todavia, há quem critique o pouco caso com que determinados profissionais exercem seu ofício. Por vezes, em nossa cultura política, o simbólico parece prevalecer sobre a prática do real. Na verdade, a simples instituição da lei ainda não foi suficiente para valorizar, de fato, essa honrosa profissão. Em outras palavras, quantos "supostos gestores", na figura de administradores do negócio, descumprem leis, regras, enganam seus clientes, aproveitam-se de oportunismos baratos, competem de maneira desleal no mercado, estimulam as diferenças salariais por critérios de gênero, pagam propinas, vendem produtos roubados, corrompem políticos e órgãos públicos, sonegam impostos e todas as outras práticas sujas que podemos imaginar?

Na outra ponta, quantos funcionários também contratados como gestores, na figura dos administradores gerenciais, roubam de seus patrões, enganam clientes, alteram relatórios, simulam resultados, cumprem ordens sem atender os princípios da qualidade e dedicação, geram prejuízos para seus negócios, roubam coisas da empresa, usam os equipamentos da organização para fins próprios, fraudam os mais variados documentos e controles de recursos humanos, culpam os outros e não assumem as suas responsabilidades?

Diante de tantas indagações acima expostas, vale a pena acentuarmos que o administrador, além dos preceitos éticos inerentes à sua carreira, carrega, no seu diploma, o compromisso ético e moral de bem contribuir para a mudança do nosso País. Para tanto, compete ao administrador, entre outros deveres, cumprir as leis, cumprir os procedimentos sem recorrer a plágios ou subterfúgios legais, procurando ser um cidadão melhor.

Nesse contexto, o Conselho Regional de Administração do Distrito Federal (CRA/DF) acerta quando declara que seu zelo pelo exercício profissional não se limita apenas à fiscalização. Estende-se, sim, à difusão da ciência da Administração, à contribuição para a formação de profissionais cada vez mais qualificados. Igualmente, presta-se ao fortalecimento da categoria e à valorização da carreira frente à sociedade e ao mercado de trabalho. Em suma, sua luta corporativa se ocupa, portanto, de oferecer suporte de maneira exemplar ao administrador nas mais diferentes esferas. Dessa forma, promete-se a garantir espaço e direitos a esses profissionais, que ajudam a traçar o futuro da nossa Nação.

E, para encerrar, senhoras e senhores, nada mais oportuno do que saudar todos os profissionais brasileiros que se enquadram no ofício da Administração, seja ela pública, seja ela



privada. No Brasil moderno, não sobram mais espaços para amadorismo organizacional, sob pena de o País sair de vez dos trilhos do desenvolvimento.

Enfim, cabe hoje ao administrador assumir o seu insubstituível papel de propulsor de uma nação rica e bem gerenciada. Como bem disse o escritor russo Isaac Asimov: "Se o conhecimento pode criar problemas, não é através da ignorância que podemos solucioná-los".

Parabéns, administrador! Parabéns a todos os profissionais!

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado a todos vocês. (*Palmas.*)

Já registro e convido imediatamente o meu querido colega, grande Senador, representante de Tocantins, meu amigo Eduardo Gomes, do MDB, de Tocantins.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Para discursar.) – Sr. Presidente, Senador Izalci Lucas, aqui o parabenizo pela iniciativa, sempre muito correta, com as grandes instituições deste País, e não seria diferente com os administradores de todo o Território nacional, sempre nos dando a devida providência de destacar aqui os grandes profissionais deste País.

Nosso Presidente do Conselho Federal de Administração, a quem eu tive a honra também de visitar há poucos dias, Sr. Mauro Kreuz; Presidente do Conselho Regional de Administração do Amapá, Sra. Herligenas Corrêa de Oliveira; Presidente do Conselho Regional de Administração do Distrito Federal, Udenir de Oliveira Silva; Conselheiro Federal do Conselho Federal de Administração pelo Distrito Federal, Sr. Carlos Alberto Ferreira Junior; Conselheira Federal do Conselho Federal de Administração pelo Estado de Goiás, Sra. Ivany Rosa de Oliveira; Conselheira Federal do Conselho Federal de Administração pelo Estado do Mato Grosso do Sul, Sra. Gracita Hortência dos Santos Barbosa; todos os administradores, administradoras, presidentes de conselhos regionais, profissionais, a quem cumprimento neste momento em nome do meu querido amigo Rogério Ramos, Secretário de Finanças da nossa Prefeitura Municipal de Palmas, meu amigo de longa data, presença permanente nas discussões sobre ambiente de trabalho dos administradores deste País.

Meu querido amigo, Senador Izalci, sabemos todos nós, os 81 Senadores, que a cada momento, nos registros desta Casa sobre as profissões, a sociedade brasileira, as entidades que, por vezes, são homenageadas aqui neste Plenário, há sempre o concurso de assessorias colocando para nós datas, momentos importantes que devem ser lembrados e que foram exatamente lembrados na abertura desta sessão por V. Exa.

Num sentido muito mais prático, mas também em homenagem, eu gostaria de felicitar todos os administradores e administradoras por suas lutas atuais, pela sua história, pelo seu histórico, a exemplo do meu Estado, o Estado do Tocantins, em que os administradores e administradoras foram fundamentais na organização do Estado mais novo do Brasil, na organização e na implementação da capital mais jovem do País. Tanto é esse exemplo que temos aqui o jovem administrador que já foi Secretário de Estado e que hoje é o Secretário de Finanças da nossa capital.

Portanto, a utilidade, a importância e a seriedade com que os administradores têm tratado dos temas públicos e também do setor privado do nosso País deixam claro que historicamente essa profissão esteve intimamente ligada às grandes decisões deste País. Não é susto, mas, de vez em quando, nós registramos aqui a presença forte dos administradores nos assuntos de finanças públicas. Grandes autoridades do País formadas em administração deram a sua contribuição à



consolidação deste País, assim como em outras áreas, como saúde, área de comércio e tantas outras áreas.

Portanto, a nossa homenagem neste momento, minha, do meu partido, mas especialmente desta sessão que reúne uma outra curiosidade, pois estão aqui presentes dois Vice-Líderes do Governo, o Senador Izalci e eu também tive a honra de ser convidado para participar da implementação da base do novo Governo aqui no Senado...

Quero dizer da nossa confiança no processo de tramitação legislativa, da nossa confiança no ajuste das eventuais distorções, da nossa confiança de que nenhuma matéria venha à Câmara e ao Senado que não tenha a obrigação cidadã de discussão e de melhoramento, da nossa confiança, principalmente, no apoio do Conselho Federal de Administração para as melhorias e correções necessárias da PEC 108. Podem contar comigo. (*Palmas.*)

Tenho certeza de que também é esse o desejo do Senador Izalci e também do Presidente Jair Bolsonaro. Quero apenas detalhar que passamos agora por um momento de travessia, que é permeado de incompreensões, de uma dificuldade muito grande na esfera política, que é a questão da comunicação entre os Líderes.

Eu dizia, nesse final de semana, para as minhas filhas, como o mundo mudou. Dez anos atrás, era fácil identificar um fofoqueiro na família. Depois do WhatsApp, todos são fofoqueiros. (*Risos.*)

Então, eu gostaria de deixar clara aqui a nossa disposição, junto à assessoria parlamentar do Conselho Federal de Administração, a minha dedicação, a dedicação do Senador Izalci, que tem feito um espetacular trabalho nessas compreensões, para que a tramitação legislativa traga as correções necessárias, mas primando, principalmente, pela independência, pela correção e pelo desenvolvimento que os conselhos fazem.

Discutir conselho por discutir, sem uma função clara do seu funcionamento, é colocar os mesmos profissionais que se fortaleceram através da sua união contra a própria causa. Então, podem ter certeza de que do meu lado, também do Senador Izalci, dos outros Senadores, do Governo, da Liderança do Governo, todas as tratativas serão feitas no intuito da melhor solução. Não é a primeira vez, neste ano, que o Presidente Bolsonaro participa de todos os melhoramentos na tramitação legislativa e nas discussões que nós tivemos. É um momento novo, a eleição foi diferente, o Governo será diferente, o que nós temos que colocar é o aprimoramento das políticas públicas que melhor sirvam à população brasileira.

Não é fácil enfrentar uma quebra de paradigma, uma discussão intensa sobre o que é o País que nós vivemos hoje e o País que nós queremos. Eu tenho certeza de que isso só será possível se tivermos administradores e administradoras bem atendidos e prontos para prestar serviço à comunidade brasileira.

Muito obrigado.

Parabéns a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Quero registrar ainda a presença da nossa Presidente do Conselho Regional de Administração de Alagoas, Sra. Jociara Márcia da Silva Correia; da Presidente do Conselho Regional de Administração da Bahia, Sra. Tânia Maria da Cunha Dias; do Presidente do Conselho Regional de Administração do Ceará, Leonardo José Macedo; do Presidente do Conselho Regional de Administração de Mato Grosso, Helio Tito Simões de Arruda; do Presidente do Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Norte, Zenóbio Pereira; da nossa Presidente do Conselho



Regional do Rio Grande do Sul, Claudia de Souza Pereira Abreu; do Presidente do Conselho Regional de Administração de Santa Catarina, Paulo Sérgio Jordani; do Presidente do Conselho Regional de Administração de Tocantins, Francisco Almeida Costa; dos demais membros do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Administração.

Passo a palavra à Conselheira Federal do Conselho Federal de Administração pelo Estado do Mato Grosso do Sul, Gracita Hortência dos Santos Barbosa.

A SRA. GRACITA HORTÊNCIA DOS SANTOS BARBOSA (Para discursar.) – Boa tarde a todos.

Senador Izalci, é com grande carinho que eu quero agradecer, em nome dos administradores, essa gentil recepção em nome da nossa profissão.

Presidente Mauro, em seu nome, quero cumprimentar todos os nossos conselheiros e, especialmente, o nosso Presidente do Conselho Regional de Mato Grosso do Sul, que está aqui nos prestigiando, e, em seu nome, cumprimentar todos os outros.

Quero lhes falar que eu estou muito feliz com tudo o que ouvi dos Srs. Senadores, porque a nossa luta tem sido árdua e, quando nós nos questionamos sobre o que nós queremos ser daqui a cinco anos, nós muito temos produzido, muito temos a melhorar, mas muito já fizemos com os nossos produtos, sempre visando ao auxílio não só da iniciativa privada, mas também da pública.

Então, os vários produtos que nós temos estão sempre visando à melhoria, à seguridade da nossa sociedade.

Muito obrigada pelo apoio que eu estou vendo que os senhores nos darão quanto à nossa PEC 106. Obrigada a todos.

Parabéns para nós! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Convido também, para fazer uso da palavra, a Conselheira Federal do Conselho Federal de Administração pelo Estado de Goiás, Ivany Rosa de Oliveira.

A SRA. IVANY ROSA DE OLIVEIRA (Para discursar.) – Boa tarde, Senador Izalci. Boa tarde ao Senador Eduardo Gomes.

Cumprimento também o nosso Presidente, Mauro Kreuz, e a todos os demais componentes da Mesa.

Também tenho grande honra de estar aqui para cumprimentar os nossos colegas administradores do Brasil todo, ora representando a presidência dos regionais, ora sendo conselheiros e conselheiras, mas todos imbuídos de um amor muito grande pela nossa Nação e também pela Administração.

O que nós queremos dar para o Brasil? Boa administração. Em todas as profissões, vemos casos de falta de ética e de comprometimento, como na nossa também, mas vamos olhar pelo lado positivo. O que nós queremos para o nosso Brasil? Uma boa gestão. E, para isso, eu comecei me apaixonando pela Administração lá no Estado de Goiás com o nosso amigo e grande líder, o administrador Samuel Albernaz, que está presente com a esposa.

Isso foi tomando conta, e, quando eu vim para o Federal, o que é que a gente vê aqui? Outros administradores com a causa igual. O que nós queremos? Nós queremos um Brasil melhor. Nós estamos em transição. O Governo está modificando, melhorando para o nosso Brasil. Então, o que é que nós queremos? Queremos gestão.

No nosso Conselho Federal e nos regionais, nós estamos implantando algumas ferramentas para melhorar tanto a administração privada quanto a pública. Fazendo o quê? Fazendo uma



capacitação melhor desses administradores, para poder engajar esses administradores tanto na área privada quanto na pública.

Em especial, na pública, nós temos o nosso IGM. O IGM é uma ferramenta fundamental para a Administração Pública. Nós analisamos todos os Municípios de maneira igual, através de população e de renda *per capita*. Através disso, a gente vê a gestão, as finanças e o desempenho de cada Município. Daí o Prefeito, também através de uma ferramenta nossa, que é a agenda do gestor público, também pode melhorar a nossa gestão pública do Brasil. Ele não precisa mais sair com o nome sujo. Por quê? Porque, se ele já está dando o que é de melhor dele, que é o seu CPF, para que ele vai sair com o nome sujo?

Então, para isso nós estamos inserindo administradores capacitados para a sua assessoria. Essas são uma das ferramentas para os administradores que tiverem interesse, para os que tiverem preocupação com o nosso Brasil. Procurem pelo menos o *site* do nosso CFA. Nós temos – não posso falar agora, mas vai haver – o GeoSaúde também, o gerenciamento de água e esgoto. Então, é devagarzinho.

A nossa profissão tem apenas 54 anos de instituição, mas, como nós já vimos, os administradores sobreviveram à pré-história. A mulher tem se colocado à frente de grandes empresas e tem capacitação, por quê? Porque já tem aquele instinto de família, em que há um orçamento, em que há tudo para poder fazer uma administração boa.

Então, novamente, Senador, muito obrigada por este dia de festa que o senhor está dando para o nosso País, para os nossos administradores. E muito obrigado a todos os administradores do Brasil.

Nós não estamos fugindo à luta. Nós vamos à luta pela Administração do Brasil e pelos administradores.

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Convidado também, para fazer uso da palavra, o Conselheiro Federal do Conselho Federal de Administração para o DF, Carlos Alberto Ferreira Júnior.

O SR. CARLOS ALBERTO FERREIRA JUNIOR (Para discursar.) – Boa tarde a todos e a todas.

Bom, já estivemos na Câmara dos Deputados hoje, na parte da manhã, e tivemos a parceria e o compromisso dos nossos Parlamentares, Deputados Federais, para nos ajudar na nossa causa. É o dia do nosso aniversário hoje. É dia de comemoração, mas aqui também cabe uma reflexão no Senado Federal.

Antes de fazer essas considerações, eu gostaria de registrar a presença, já que registraram a presença de todos os presidentes regionais, de um ex-Presidente do CRA-DF, o Rui Ribeiro de Araújo, um amigo pessoal que está aqui presente, a quem eu peço uma salva de palmas. Ele já presidiu o CRA-DF. (*Palmas.*)

Faço minhas as saudações dos que me antecederam em nome da objetividade.

Senador Izalci, um grande amigo. Como todo grande amigo, a gente conhece os defeitos e as qualidades, muito mais qualidades do que defeitos, mas tem um pequeno defeito: não é administrador, mas é um contador e um professor que fez muito mais pelos administradores do que muito administrador que eu conheço registrado no Conselho Regional de Administração do Distrito Federal. E eu quero aqui render minha homenagem ao Senador Izalci e aos demais Senadores presentes.



Quero agradecer a criativa e brilhante homenagem que foi feita aqui no início da sessão e agradecer também a possibilidade, porque nós passamos um longo inverno sem frequentar este Senado aqui. Existia uma legislação que proibia, antes de decorridos dez anos, fazer uma sessão solene, conseguimos romper essa barreira e voltamos ao Senado Federal depois de um longo e tenebroso inverno.

Aos administradores, hoje é dia de comemoração, e estamos sendo assistidos pelo Brasil inteiro também: milhares de pessoas estão nos ouvindo e nos assistindo. A vocês, de novo, quero dizer que nós temos que nos apresentar, uma vez que temos agora o compromisso público dos nossos Deputados e Senadores de que vão nos ajudar nessa ameaça que paira, não apenas sobre o Conselho de Administração do Sistema CFA/CRAs, mas sobre todos os sistemas profissionais – nenhum estaria escapando dessa situação. É um absurdo que já foi colocado em outras oportunidades, em outras audiências, e que precisamos vencer. Tenho certeza de que teremos um aliado. Parceria é isso.

Aqui já falamos sobre alguns produtos que o Conselho Federal de Administração tem oferecido a este País, em especial ao Ministério da Economia. Quer dizer, são cartilhas, publicações, índices, cursos, capacitação na micro e pequena empresa. Enfim, muitos são os serviços que a Administração tem colocado, para provar que a Administração tem a capacidade de fazer deste País um país melhor.

Então, a parceria é isso. E não estamos sendo tratados até o momento pelo Poder Executivo como parceiros. Estamos encontrando muito mais aliados no Poder Legislativo do que no próprio Poder Executivo. Mas, de novo, quero dizer que o momento é de comemoração, de alegria e de celebração desses nossos 54 anos de profissão.

E, para encerrar as minhas palavras, de novo, peço uma salva de... Não temos os nossos estudantes com aquela energia toda, mas tenho certeza de que vamos dar uma efusiva salva de palmas pelo Dia do Administrador agora.

Muito obrigado, gente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Quero registrar aqui a presença também dos nossos alunos do ensino médio do Instituto Federal de Brasília em Samambaia. Sejam bem-vindos a esta Casa.

Quero registrar também as presenças aqui do nosso Presidente do Conselho Regional de Administração do Goiás, Samuel Albernaz; do Presidente do Conselho Regional de Administração do Mato Grosso, Hélio Tito Simões de Arruda; do Presidente do Conselho Regional de Administração do Maranhão, José Samuel de Miranda Melo Júnior; do Conselho Regional de Administração de São Paulo, Roberto Carvalho Cardoso; do Conselho Regional de Administração de Sergipe, Sidney Vasconcelos Andrade; do Presidente do Conselho Regional de Administração do Pará, Amilcar Pacheco dos Santos; do Vice-Presidente do Conselho Regional de Administração do Acre, Marco Fábio de Sousa Esteves; e do Vice-Presidente do Conselho Regional de Administração do Piauí, Átila Letícia de Sousa Muniz.

Passo imediatamente a palavra ao Presidente do Conselho Regional de Administração do Distrito Federal, Sr. Udenir de Oliveira Silva.

O SR. UDENIR DE OLIVEIRA SILVA (Para discursar.) – Senhoras e senhores, muito boa tarde.

Eu inicio cumprimentando o Senador Izalci. Além de um grande amigo, como bem foi dito pelo Carlão, é parceiro de longa data, que sempre vem se colocando à frente de diversas batalhas



em prol da nossa profissão. Muito obrigado, mais uma vez, Senador, por essa propositura, por esta homenagem no Dia do Administrador.

Gostaria de cumprimentar também o nosso Presidente do Conselho Federal, Administrador Mauro; Carlos Alberto, Conselheiro Federal pelo Distrito Federal. Ao cumprimentá-los, estendo meus cumprimentos a todos os conselheiros federais e regionais que nos honram com sua presença nesta tarde.

Gostaria também de cumprimentar as nossas ilustres administradoras que compõem a Mesa: a Sra. Ivany Rosa, do Goiás, a minha querida Herlígenas e a minha querida Gracita. Ao cumprimentá-las, estendo meus cumprimentos a todas as administradoras, conselheiras do nosso sistema.

Cumprimento, ainda, em especial, o administrador Rui Ribeiro. Muito obrigado por se fazer presente. Ele é um ícone dentro do nosso sistema e muito tem contribuído, há mais de 30 anos, fazendo parte do nosso sistema. É uma honra tê-lo presente nesta sessão, administrador Rui.

Cumprimento, ainda, todos os nossos colaboradores, profissionais que se desdobram no dia a dia para fazer com que a máquina do nosso sistema jamais pare. Muito obrigado pela presença de todos vocês, nossos queridos colaboradores do nosso Sistema CFA/CRAs.

Bem, após os cumprimentos, vamos ao motivo pelo qual estamos aqui hoje. Hoje é o dia do aniversário da nossa profissão. A escolha do dia 9 de setembro, o Dia Nacional do Administrador, é uma homenagem à assinatura da nossa lei, como todos nós já sabemos, e isso se tornou um símbolo em todo o Brasil.

Em tão pouco tempo de existência, nos tornamos indispensáveis para o crescimento das organizações e, portanto, para o crescimento do nosso País. A Administração é a mola propulsora do desenvolvimento tanto em instituições públicas, quanto em instituições privadas. Nós administradores precisamos assumir o papel que é nosso perante a sociedade brasileira, pois administrar é para administrador.

Apesar do visível esforço do Governo em melhorar a gestão pública do nosso País, muito ainda há que se fazer, mas, sem o profissional de Administração ocupando o seu legítimo espaço, a missão se torna árdua e morosa. O papel do administrador não se resume a apenas gerenciar determinada área ou toda uma empresa seja na esfera privada ou pública, mas contribuir para o desenvolvimento da sociedade, pois nossas atribuições se estendem às funções social e política, e isso nos torna um profissional mais necessário no cenário atual.

A função do profissional de Administração é gerenciar o cotidiano da sociedade empresária e se responsabilizar pelo planejamento, pela execução, pelas estratégias que auxiliam a organização a alcançar seus objetivos e metas. Para que todas as pessoas envolvidas em um processo saibam o que fazer, é necessário que alguém determine a diretriz que será seguida, e esse alguém é o profissional de Administração.

Em momentos de crise, o administrador é o profissional preparado para lidar com os problemas, minimizando ao máximo os prejuízos. Administrar é olhar para o passado, narrar o presente, preparar alternativas melhores para o futuro. Com a Administração, se converte sonho em realidade. Nosso trabalho e profissionalismo são indispensáveis para o desenvolvimento das empresas e da sociedade brasileira.

Parabéns a todos os profissionais de Administração!

Sucesso e prosperidade na carreira e na vida pessoal!

Feliz Dia do Administrador!



Feliz dia do profissional de Administração!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Convido também, para fazer uso da palavra, a Presidente do Conselho Regional de Administração do Amapá, Sra. Herlígenas Corrêa de Oliveira.

A SRA. HERLÍGENAS CORRÊA DE OLIVEIRA (Para discursar.) – Boa tarde a todos.

Cumprimento o Senador Izalci Lucas, em nome de quem cumprimento todas as autoridades presentes.

Cumprimento também o meu querido Presidente, Mauro Kreuz, em nome de quem eu cumprimento todos os meus colegas presentes aqui.

Queria fazer uma menção especial ao meu Conselheiro Federal Sr. José Celeste Pinheiro, que está presente, em nome do quem saúdo a todos os demais conselheiros federais.

É com grande privilégio que o Amapá está presente a esta sessão solene. Nós temos o nosso Presidente, Senador Davi Alcolumbre, que é lá do nosso Estado do Amapá, do rincão brasileiro, bem pertinho daqui.

Esses 54 anos de regulamentação da nossa profissão no Brasil é um evento muito importante para todos nós, Presidente. São grandes vitórias, grandes conquistas e muitas ainda maiores, que são os nossos anseios como profissionais. No Amapá não foi diferente: a caminhada tem sido dura, tem sido árdua, mas extremamente gratificante.

Hoje, neste momento, lá no meu Amapá, nós estamos promovendo o Encontro de Administradores. São três dias em que profissionais da Administração e estudantes estão envolvidos nesse evento. E aqui, como nós estamos em rede nacional, quero mandar um abraço especial a todo o meu Plenário lá do Amapá, que está envolvido com esse evento, aos meus queridos acadêmicos e aos profissionais.

O número ainda é insignificante. O Amapá é um Estado pequeno, mas neste ano especialmente nós conseguimos congregar mais de 700 inscritos nesse evento, que vai durar 3 dias: dias 9, 10 e 11. Então, isso para nós é uma grande vitória. E sabemos também que isso só foi possível pela gestão compartilhada que nós temos hoje no nosso sistema, a atenção especial que os senhores têm para com os conselhos regionais menores.

O CRA-AP se orgulha de estar contribuindo para essa inserção desses profissionais porque nós sabemos que todos esses eventos que qualificam, que preparam esses profissionais de alguma maneira estão inserindo no mercado de trabalho, tanto privado como na rede pública, novos profissionais. E uma das maiores funções da Administração hoje é salvaguardar a sociedade de maus profissionais. Então, o registro profissional é extremamente importante.

O Amapá possui potenciais expressivos, que podem contribuir significativamente para o progresso da nossa Nação, necessitando somente de políticas públicas que alavanquem projetos que favoreçam essas ações.

Termino convidando todos para conhecer o nosso Amapá, conhecer as nossas florestas, o nosso Parque do Tumucumaque. Duas semanas atrás, fomos presenteados com a árvore maior existente no mundo, 82m de uma árvore maravilhosa, e isso é muito importante para nós.

E eu vou terminar citando um trecho de um poema nosso lá do Amapá, que diz assim: "É fácil meu endereço, é ali no meio do mundo, na esquina do rio mais belo com a linha do Equador".



Muito obrigada por esta oportunidade e parabéns pela nossa profissão, pelos 54 anos de profissão de administradores! Parabéns a todos e avante!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Bem, vamos ouvir agora, então, o nosso Presidente do Conselho Federal de Administração, Sr. Mauro Kreuz.

O SR. MAURO KREUZ (Para discursar.) – Exmo. Sr. Senador Izalci Lucas, Presidente e autor do requerimento desta sessão de comemoração, muito obrigado por mais esta iniciativa. O senhor é o nosso amigo, o senhor é o nosso embaixador. Que bom ter a sua segurança, sua inteligência, sua retidão ética e moral, essa conduta extraordinária que o senhor tem tido para conosco! Esperamos, e eu, como Presidente do Conselho Federal de Administração, lhe rogo que continue nos protegendo, que continue lutando por nós, porque nós também queremos estar sempre juntos com o senhor para o que o senhor precisar.

Saúdo também o ilustre Senador pelo Estado de Tocantins, Eduardo Gomes, que já nos visitou lá, no Conselho Federal de Administração, mas que, certamente por compromissos, foi impedido de aqui permanecer.

Saúdo o Presidente do Conselho Federal de Administração do Distrito Federal, nosso anfitrião, administrador Udenir de Oliveira Silva. Obrigado pelas suas palavras muito adequadas, muito pertinentes, assim como saúdo a Presidente do Conselho Regional de Administração do Amapá, a administradora Herligenas Corrêa de Oliveira, mas que eu prefiro, de coração, chamar de querida Presidente Lia.

Saúdo o Conselheiro Federal pelo Distrito Federal e Diretor da Câmara de Fiscalização e Registro, administrador Carlos Alberto Ferreira Júnior, que eu também prefiro chamar sempre de meu Carlão.

Saúdo a Conselheira Federal pelo Estado de Goiás, administradora Ivany Rosa de Oliveira, e saúdo a Conselheira Federal pelo Estado do Mato Grosso do Sul, também Diretora da Câmara de Estudos e Projetos Estratégicos e Coordenadora da Comissão Especial de Saúde do Conselho Federal de Administração, que, neste momento, está fortemente envolvida com sua equipe para desenvolver mais uma ferramenta importante para o Brasil, Senador Izalci. Nós já temos o IGM, nós já temos Gesae, e agora, em breve, teremos o GSaúde, que, igualmente, como as demais ferramentas, será uma contribuição da administração para o Brasil. Isso é muito importante.

Quero saudar aqui o ilustre Vice-Presidente do Conselho Federal de Administração, administrador Rogério Ramos, que vem representar esse jovem Estado do Tocantins, que agora, no início de outubro, irá sediar o Fórum Internacional de Administração, que terá a presença do nosso Vice-Presidente da República, Gen. Mourão, em nosso meio, para abrilhantar esses 30 anos de Fórum Internacional de Administração.

Saúdo cada uma das diretoras e diretores, saúdo cada uma das conselheiras federais e conselheiros federais, saúdo cada uma das presidentes e os presidentes dos Conselhos Regionais de Administração, bem como seus vice-presidentes, que aqui também estão representando os seus Presidentes. Saúdo os superintendentes, os diretores dos conselhos regionais, os colaboradores do Conselho Federal de Administração, que têm se empenhado diuturnamente em fazer com que tudo aconteça a contento. Quero saudar os colaboradores, também, do Conselho Regional de Administração do Distrito Federal, que, sempre em parceria com o CFA, tem feito um belíssimo trabalho para todos nós.



Senador Izalci, o senhor pode ter visto aí que temos uma campanha: "Administrar é transformar. Mais Brasil, mais gestão". Esse é o nosso lema. Nós, ilustre Senador, somos absolutamente vocacionados para a Administração profissional, e para nós pouco importa se ela é pública ou se ela é privada. O que importa para nós é que ela seja profissional, portanto que ela se utilize da ciência que a nutre, que é a ciência da Administração.

É preciso deixar claro que, quando se fala em gestão, nós não estamos falando de uma profissão. Quando falamos em gestão, nós não estamos falando de uma ciência. Gestão significa a Administração acontecendo. Gestão é a Administração em ação, e quem a nutre é a ciência da Administração, para que a gente não cometa equívocos, inclusive de natureza conceitual, o que seria absolutamente grave e danoso.

Mas eu invoco novamente, em nome da sua liderança e da liderança do Senador Eduardo Gomes, que possam sensibilizar os seus 79 Senadores, que juntos somam 81, para que nos protejam desses ventos maléficos e danosos que têm soprado sobre nossas cabeças com a PEC 108. Ela não pode prosperar da forma como ela está concebida, porque seria, novamente, algo muito danoso e maléfico para a sociedade brasileira, que já de tantos males sofre.

Pelo contrário, o problema do Brasil não é um problema econômico, o problema do Brasil é um problema de Administração profissional. Nós precisamos ter um projeto estratégico de nação para que dele derivem projetos de governo, para que os projetos de governo não sejam o epicentro da governança brasileira, mas que eles se subordinem a um projeto estratégico de nação. Porque os projetos de governo não se sustentam no tempo, eles são casuísticos, eles têm interesses, eles duram quatro a oito anos e descontinuam. Os projetos de nação de qualquer país sério do mundo, e nós poderíamos também tê-los, são projetos perenes que colocam a nação, com o seu povo, no epicentro das prioridades da governança federal, estadual e municipal. E nós da Administração temos todas as condições conceituais, todas as condições metodológicas, todas as condições técnicas para construirmos um projeto estratégico de nação que nos deixa claro o que nós queremos ser daqui a dez, quinze, vinte, trinta anos e o que nós esperamos da educação, da saúde, da indústria, do agronegócio, da nossa biosfera maravilhosa que nós temos e que inveja o mundo todo.

Nós entendemos disso, e aqui eu quero recordar o pai da Administração moderna, Peter Drucker – infelizmente, ele nos deixou –, que já dizia, e muito bem por sinal, que não existem países ricos ou pobres, mas países mal-administrados e bem-administrados, países que sabem usar os seus recursos estratégicos e países que não o sabem; e nós, efetivamente, não sabemos. Eu vou dar só um dado: a 8^a economia do mundo é a 80^a em Índice de Desenvolvimento Humano. Somos uma nação rica, senão não estaríamos em oitavo lugar, do ponto de vista econômico, só que do ponto de vista de desenvolvimento social estamos em 80º lugar. Então, precisamos corrigir esses equívocos, e nós só vamos corrigi-los pela Administração.

Portanto, Senador Izalci, muito obrigado novamente por nos brindar com essa oportunidade de podermos juntos comemorar nossos 54 aninhos – ainda somos uma jovem profissão, mas que já fez tantas entregas para o Brasil e está continuando a fazer outras tantas entregas. Se o senhor e seus colegas nos ajudarem, nós firmamos aqui o compromisso com o Brasil. Nós queremos fazer mais entregas para o Brasil, mais entregas para o povo brasileiro, para que tenhamos uma justiça social melhor e possamos ter produtividade melhor, entrega melhor, balança comercial melhor, superávits melhores. Nós entendemos disso também e nós queremos ajudar muito nisso.



Senador, à sua frente e ao seu lado está a constelação da Administração do Brasil. Conselheiros e conselheiras federais, presidentes e presidentas do Brasil estão aqui à sua presença o admirando, tanto quanto eu o estou admirando pela grandeza do seu gesto.

Muito obrigado.

Mais Brasil, mais gestão!

Parabéns a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Quero reforçar, mais uma vez, a honra de presidir esta sessão solene em homenagem ao administrador. Eu, como contador de formação, sei da importância dessa profissão, e, como foi dito aqui pelo nosso Presidente, não existe país nem rico e nem pobre, existe mal-administrado; infelizmente, é o nosso caso. Eu, que vim da iniciativa privada, quando me deparo com o serviço público, sei o quanto ainda temos que melhorar.

Então, quero dizer da minha alegria e quero cumprimentar aqui todos os administradores do Brasil, mandar um abraço a todos e agradecer a presença de todos.

Declaro encerrada esta sessão especial em homenagem ao Dia do Administrador.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(*Levanta-se a sessão às 17 horas e 27 minutos.*)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 159^a SESSÃO

EXPEDIENTE

Comunicações



00100.129219/2019-80



SENADO FEDERAL
Senadora Mara Gabrilli

À publicação, nos termos do
 ATC Nº 16/2009.

Em 09/09/19

José Roberto Leite de Matos
 Secretário-Geral da Mesa Adjunto

Ofício nº 445 /2019 – GSMGABRI

Brasília, 26 de agosto de 2019.

Exmo. Senhor
Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Senado Federal
 Brasília/DF

Ref.: Escritório de Apoio às Atividades Parlamentares

Senhor Presidente,

Em atendimento às determinações do Ato da Comissão Diretora nº 16, de 2009¹, do Senado Federal, solicito as providências necessárias para o registro de meu Escritório de Apoio às Atividades Parlamentares, situado no seguinte endereço: Avenida Paulista nº 1159, 11º andar, conjuntos 1111/1112, Edifício Barão de Serro Azul, São Paulo –SP, CEP: 01311-921. Solicito os bons préstimos em revogar o antigo endereço cadastrado.

Coloco-me à disposição, para eventuais esclarecimentos, pelo e-mail sen.maragabrilli@senado.leg.br e telefone (61) 3303-2191.

Atenciosamente,

Senadora Mara Gabrilli
 (PSDB/SP)

¹ Art. 1º Ficam os Senadores autorizados a manter Escritório de Apoio às Atividades Parlamentares, situado fora das dependências do Palácio do Congresso Nacional, mediante comunicação expressa à Mesa do Senado Federal, de que conste o endereço completo de sua localização



Senado Federal – Ed. Principal – Gabinete 05, Ala Antônio Carlos Magalhães – Brasília/DF – 70.165-900
 Telefone: 61-3303-2191

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 42F2AA8500306F6A.
 CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Omar Aziz

À publicação, nos termos do
ATC Nº 16/2009.

Em 30/08/19

Jose Roberto Leite de Matos
Secretário-Geral da Mesa Adjunto

Brasília, 30 de agosto 2019.

MEMO nº 061/2019 - GSOAZIZ

À Sua Excelência
Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Senado Federal

Assunto: Comunicação de mudança do Escritório Parlamentar

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência e peço a especial atenção para informar os órgãos da estrutura do Senado Federal a atualização do endereço do meu escritório parlamentar.

Rua Beruri, nº 157 - Condomínio Efigênio Sales, Bairro: Aleixo
CEP: 69060-446 – Manaus - AM

Atenciosamente,

OMAR AZIZ
Senador



Senado Federal - Ala Senador Filinto Muller, Gabinete 01 - Fone: 3303-6579 - CEP:70.165-900 Brasília-DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D1BC628C003036F9
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.asp>



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 588B86920030DA2C

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>



SENADO FEDERAL
Bloco Vanguarda

OF. N° 062/2019-BLVANG

*TS mdcaval.
em 09/09/19*

Brasília, 03 de setembro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, indico o Senador **Marcos Rogério** (**DEM/RO**) para compor, como membro **Titular**, a Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, em substituição ao Senador **Jayme Campos** (**DEM/MT**).

Atenciosamente,

Senador RODRIGO PACHECO
1º Vice-líder do Bloco Vanguarda
DEM – PL – PSC

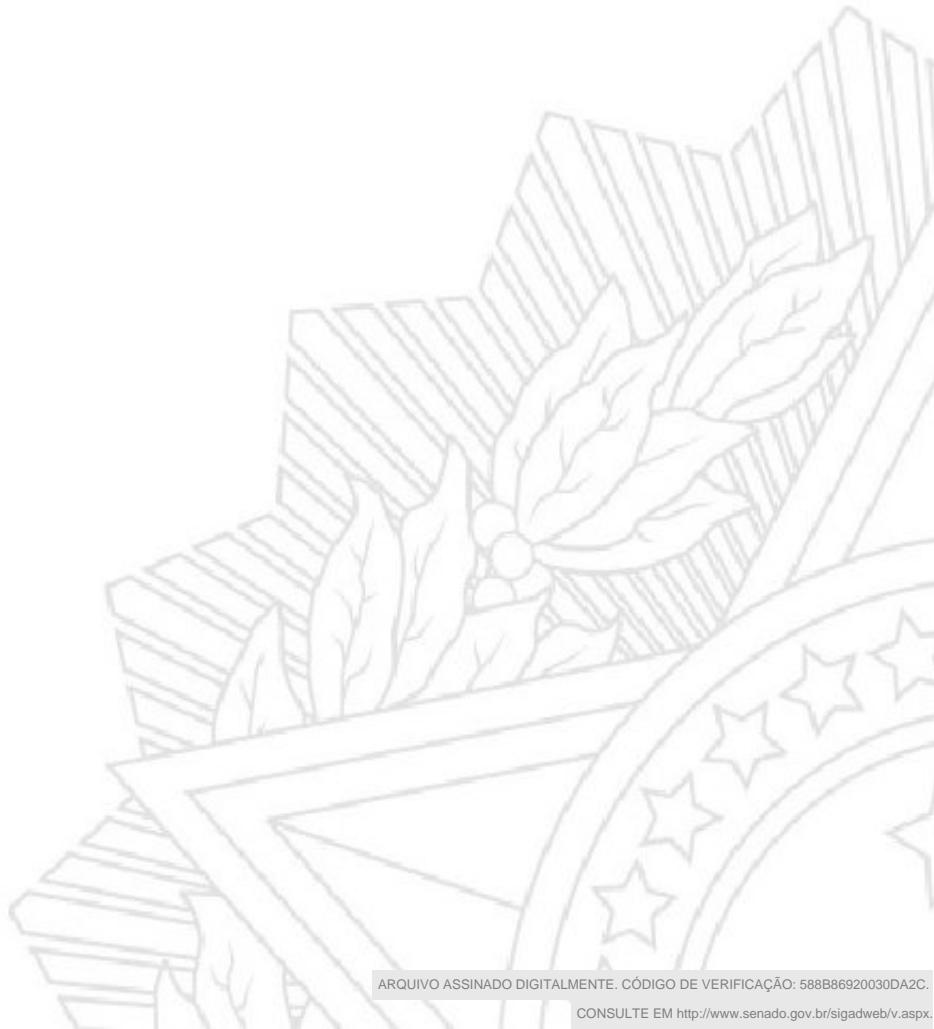
Recebido em 9/9/19

Hora 16:19

[Handwritten signature]
Estagiário - SLSF/SGM



Encaminhamento de matéria



Documento recebido para conhecimento da Comissão

O documento seguinte foi recebido pelo Senado Federal e, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria Geral da Mesa, encaminhado à Comissão competente, que o disponibilizará na respectiva página no Portal do Senado Federal:

Nº na origem	Ementa	Autoria	Comissão Destinatária
OF. 365/2019	Encaminha o Relatório Anual da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, referente ao ano de 2018.	Anatel	CTFC



Inclusão em Ordem do Dia



Concluída a instrução do Projeto de Lei do Senado nº 5/2017, a matéria aguardará inclusão em Ordem do Dia.



Mensagens do Presidente da República





SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 51, DE 2019

(nº 283/2019, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Eslovaca.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À CRE



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 283

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Eslovaca.

Os méritos do Senhor Eduardo Ricardo Gradilone Neto que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 4 de julho de 2019.



EM nº 00196/2019 MRE

Brasília, 21 de Junho de 2019

Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o parágrafo único do artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO**, ministro de primeira classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República Eslovaca.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo



00001.003777/2019-34

OFÍCIO Nº 239 /2019/CC/PR

Brasília, 4 de julho de 2019.

A sua Excelência o Senhor
 Senador Sérgio Petecão
 Primeiro Secretário
 Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
 70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Eslovaca.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI
 Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
 da Presidência da República

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.003777/2019-34 nº 0000000
 Palácio do Planalto - 4º andar - Sala 426 - Telefone: 61-3411-1121

Página 4 de 31

Parte integrante do Avulso da MSF nº 51 de 2019.



INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO

CPF.: 811.870.848-91

ID.: 7535 MRE

1951 Filho de Victório Gradilone Sobrinho e Itália Rossi Gradilone, nasce em 10 de janeiro em São Paulo/SP

Dados Acadêmicos:

- 1974 Comunicação Social, Jornalismo, pela Fundação Armando Álvares Penteado/SP
- 1974 Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo
- 1978 CPCD - IRBr
- 1982 CAD - IRBr
- 1983 Mestrado em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, com a tese "O Serviço Civil Brasileiro".
- 1998 CAE - IRBr, Modelos de relações internacionais e sua contribuição para a formulação da política externa e para o tratamento da informação diplomática no Itamaraty

Cargos:

- 1979 Terceiro-Secretário
- 1981 Segundo-Secretário
- 1987 Primeiro-Secretário, por merecimento
- 1994 Conselheiro, por merecimento
- 1999 Ministro de Segunda Classe
- 2008 Ministro de Primeira Classe

Funções:

- 1979-83 Divisão do Pessoal, Serviço de Classificação de Cargos e Salários, Chefe
- 1983-87 Embaixada em Washington, Segundo-Secretário
- 1987-89 Embaixada em Bogotá, Segundo e Primeiro-Secretário
- 1989-91 Embaixada em Paramaribo, Primeiro-Secretário, Conselheiro, comissionado e Encarregado de Negócios
- 1991-92 Departamento das Américas, Coordenador-Executivo, substituto
- 1992-94 Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos, Assessor
- 1994-97 Embaixada em Londres, Conselheiro
- 1997-01 Embaixada em Tóquio, Conselheiro e Ministro-Conselheiro
- 2001-06 Embaixada no Vaticano, Ministro-Conselheiro
- 2006-07 Subsecretaria-Geral da América do Sul, Assessor Técnico
- 2007 Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, Chefe de Gabinete
- 2007-10 Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior, Diretor
- 2010-12 Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, Subsecretário-Geral
- 2012-16 Embaixada em Wellington, Embaixador
- 2016 Embaixada em Ancara, Embaixador

Publicações:

- 1977 Transformação, Incorporação, Fusão e Cisão de Empresas, in Revista do III Encontro de Advogados do Sistema Telebrás, DCU-654, Brasília, DF
- 2008 Uma política governamental para as comunidades brasileiras no exterior, in I Conferência sobre as Comunidades Brasileiras no Exterior - Brasileiros no Mundo, FUNAG, Brasília, 2009
- 2009 A Parceria MRE-MPS em apoio aos brasileiros no exterior, in Atuação Governamental e Políticas



Internacionais de Previdência Social, Coleção Previdência Social, vol. 32, 1a. edição 2009
A importância política dos assuntos consulares e migratórios e o papel fundamental das
2011 Chancelarias para o seu adequado encaminhamento. FUNAG, IX Curso para Diplomatas Sul-
Americanos. Textos Acadêmicos, 2011

Condecorações:

1979	Prêmio Rio Branco, Medalha de Prata, IRBr
1984	Medalha Santos Dumont, Brasil
1994	Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial
2004	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Comendador
2006	Condecoração Pro Merito Melitensi da Ordem Soberana e Militar de Malta, Malta, Grande Oficial
2006	Ordem Pontifícia de São Gregorio Magno, Vaticano, Comendador
2009	Ordem do Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
2010	Ordem do Mérito Anhanguera, grau Grande Oficial, Governo de Goiás
2012	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Grande Oficial
2018	Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande Oficial

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS
Diretor, substituto, do Departamento do Serviço Exterior



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ESLOVÁQUIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA Maio de 2019



DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República Eslovaca
GENTÍLICO	eslovaco
CAPITAL	Bratislava
ÁREA	49.035 km ²
POPULAÇÃO	5,44 milhões
LÍNGUA OFICIAL	Eslovaco
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Catolicismo (62%); protestantismo (9%), cristianismo ortodoxo (5%)
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral, composto pelo Conselho Nacional (<i>Národná rada</i>), de 150 membros eleitos para mandatos de 4 anos.
CHEFE DE ESTADO	Presidente Andrej Kiska (desde 15/6/2014). A partir de 15/6/2019, Zuzana Čaputová.
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-ministro Peter Pellegrini (desde 22/3/2018)
CHANCELER	Miroslav Lajčák (desde 4/4/2012)
PIB NOMINAL (2018)	US\$ 106,94 bilhões
PIB PPP (2018)	US\$ 191,09 bilhões
PIB PER CAPITA (2018)	US\$ 19,64 mil
PIB PER CAPITA PPP (2018)	US\$ 35,09 mil
VARIAÇÃO DO PIB	4,1% (2018), 3,4 % (2017), 3,3% (2016)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2017)	0,855 (38ª posição entre 189 países)
EXPECTATIVA DE VIDA	77 anos
ALFABETIZAÇÃO	99,3%
ÍNDICE DE DESEMPREGO	6,2% (março/2019)
UNIDADE MONETÁRIA	euro
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Milan Zachar
BRASILEIROS NO PAÍS	Estima-se haver cerca de 500 brasileiros residentes na Eslováquia

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) – Fonte: MDIC

BRASIL → ESLOVÁQUIA	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Intercâmbio	173,9	190,3	171,0	197,8	165,8	139,9	122,5	136,3	162,0
Exportações	18,3	32,1	32,5	27,1	24,6	21,2	23,3	24,6	30,7
Importações	155,5	158,2	138,5	170,6	141,1	118,6	99,2	111,7	131,3
Saldo	-137,2	-126,0	-105,9	-143,4	-116,5	-97,3	-75,9	-87,1	-100,6

Informação elaborada em 07/05/2019, por Fábio Meneghetti Chaves. Revisada por Leandro Zenni Estevão em / /



PERFIS BIOGRÁFICOS

Andrej Kiska Presidente da República



Andrej Kiska nasceu em 2 de fevereiro de 1963. É casado com sua segunda esposa e tem cinco filhos. Em 1986, recebeu diploma de engenharia em microeletrônica na Faculdade de Engenharia Elétrica da Universidade Técnica Eslovaca em Bratislava. Por mais de 15 anos, ocupou cargos de gerência e conduziu atividades empresariais. Fundou várias empresas, sendo as mais bem-sucedidas a Triangle e a Quatro, estabelecidas em 1996. Em 2012, Andrej Kiska concorreu à presidência da República como candidato independente. No segundo turno das eleições presidenciais de 29 de março de 2014, foi eleito presidente da República Eslovaca. Recebeu 59,38% de votos. Assumiu o posto em 15 de junho de 2014. Optou por não se candidatar à reeleição nas eleições de março de 2019, apesar de altos níveis de aprovação. A partir de 15/6/2019, será sucedido por Zuzana Čaputová.



**Peter Pellegrini
Pimeiro-ministro**



Nasceu em Banská Bystrica, em 6 de outubro de 1975. Estudou economia na Universidade Matej Bel University e na Universidade Técnica de Košice. Entre 2002 e 2006, trabalhou como economista e assessor do deputado Ľubomír Vázny, do partido Direção-Social Democracia (SMER-SD). Em 2006, foi eleito para o parlamento (Conselho Nacional) pelo mesmo partido. Em 2012, foi nomeado secretário de Estado para Finanças e, em 2014, ministro da Educação, Ciência, Pesquisa e Esporte. Ocupou o cargo de presidente do Conselho Nacional entre 2014 e 2016, quando se tornou vice-ministro para Investimentos. Após a renúncia do então primeiro-ministro Robert Fico, foi escolhido pelo seu partido em março de 2018 para concluir o mandato de primeiro-ministro até as eleições parlamentares de 2020.



APRESENTAÇÃO

A República Eslovaca (em eslovaco: *Slovenská republika*) é país localizado na Europa Central. Faz fronteira com a República Tcheca e com a Áustria a oeste, com a Polônia ao norte, com a Ucrânia ao leste e com a Hungria ao sul. O território eslovaco se estende por 49 mil quilômetros quadrados e é em grande parte montanhoso. A capital e maior cidade do país é Bratislava. A língua oficial é o eslovaco.

Após a Primeira Guerra Mundial e a dissolução do Império Austro-Húngaro, os eslovacos e tchecos estabeleceram a Tchecoslováquia. Uma República Eslovaca independente (1939-1945) existiu brevemente durante a Segunda Guerra Mundial, como um estado subordinado à Alemanha nazista. Em 1945, a Tchecoslováquia foi restabelecida. Após breve período democrático, tornou-se um regime comunista sob a zona de influência da União Soviética em 1948.

A Eslováquia tornou-se plenamente independente em 1º de janeiro de 1993, após a dissolução pacífica da Tchecoslováquia, em um processo conhecido como Divórcio de Veludo. A Eslováquia continuou a ser parceira próxima da República Tcheca e dos demais países do Grupo de Visegrado, integrado também Hungria e Polônia.

O país aderiu à União Europeia em 2004 e à zona do euro em 1º de janeiro de 2009. Apresenta. Atualmente, uma das maiores taxas de crescimento da UE e da OCDE. A Eslováquia é também membro do Espaço Schengen, da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização Mundial do Comércio (OMC).

RELAÇÕES BILATERAIS

Em 1918, o Brasil foi o primeiro país da América Latina a reconhecer a antiga Tchecoslováquia e, após o seu desmembramento a partir de 1991, foi o primeiro país da região a abrir embaixada em Bratislava.

Em 1998, esteve no Brasil a ministra de Negócios Estrangeiros e Europeus (MNEE), Zdenka Kramplová. Em 2002, o então presidente Fernando Henrique Cardoso retribuiu a visita feita pelo presidente Rudolf Schuster ao Brasil, em 2001. Em 2008, foi criada a embaixada residente em Bratislava. Brasil e Cuba são os únicos países latino-americanos com embaixadas residentes na capital eslovaca.

Estiveram no Brasil, desde então, os ministros da Economia (Lubomir Jahnatek, 2009), Meio Ambiente (Peter Ziga, 2012), Defesa (Martin Glvác, 2013),



o ex-presidente Rudolph Schuster (2014), o ministro dos Negócios Estrangeiros e Europeus (Miroslav Lajcák, 2015), o secretário de Estado da Defesa (Milos Koterec, 2015), e secretários de estado do MNEE (Igor Slobodník, 2016 e Lukas Parízek, 2018). Além disso, durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, visitaram o Brasil o presidente Andrej Kiska e o secretário de Estado de Temas Sociais e Família, Branislav Ondrus.

Em 2013, quando a Eslováquia celebrou 20 anos de existência, foram realizadas três missões brasileiras a Bratislava: do então chanceler Antonio de Aguiar Patriota; do Senado Federal, chefiada pelo senador Luiz Henrique da Silveira, presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Eslováquia; e do então ministro da Defesa, Celso Amorim (encontros bilaterais e no formato "Visegrado Plus/V4+"). Na condição de ex-ministro da Defesa e das Relações Exteriores, Celso Amorim esteve também presente em Bratislava durante conferência sobre segurança global (Globsec 2015).

O encontro bilateral de alto nível mais recente ocorreu em 3 de outubro de 2018, por ocasião da visita do secretário de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Europeus (MNEE), Lukás Parízek, ao Brasil. Este visitou o Rio de Janeiro e São Paulo, acompanhado de missão empresarial. Durante sua visita a São Paulo, foi estabelecida a Câmara de Comércio Brasil-Eslováquia, homóloga à que fora criada em Bratislava em 2017. Em Brasília, reuniu-se com o então subsecretário-geral para Assuntos Multilaterais, Europa e América do Norte (SGEAM).

Cabe ressaltar, ainda, iniciativas para aumentar o conhecimento sobre o Brasil e divulgar a cultura brasileira por meio de projetos relacionados ao cinema, artes plásticas, música, literatura e arquitetura. Em 2017, organizou-se o primeiro festival de cultura brasileira ("Brazilslava") no país, com 13 eventos que tiveram ampla repercussão na mídia eslovaca. A segunda edição do festival foi realizada em 2018.

POLÍTICA INTERNA

A Eslováquia é uma república parlamentarista fundada há 26 anos, mediante o "Divórcio de Veludo", que dissolveu a antiga Tchecoslováquia a partir de janeiro de 1993, quatro anos após a chamada "Revolução de Veludo", que libertou o país do jugo da União Soviética. A separação entre a República Tcheca e a República Eslovaca deu-se de forma pacífica, constituindo mais um arranjo político do que efetiva demanda das sociedades tcheca e eslovaca, as quais mantêm excelentes relações.



O chefe de estado é o presidente, escolhido pelo voto direto para mandato de cinco anos, com direito uma reeleição. O presidente atual é Andrej Kiska, empresário e filantropo, eleito em 2014. Em 15 de junho de 2019, está prevista assumir a presidência Zuzana Caputová, advogada e ativista ambiental, eleita em 30 de março de 2019.

O parlamento (Conselho Nacional) é unicameral, formado por 150 membros eleitos por voto proporcional para mandato de quatro anos. O Poder Judiciário é exercido pelas cortes regionais e distritais, submetidas à Corte Suprema, cujos juízes são escolhidos pelo Conselho Nacional. A Corte Constitucional é formada por indicação do presidente.

O chefe de governo é o primeiro-ministro, líder do partido ou da coalizão majoritária, cujo mandato é de quatro anos. O primeiro-ministro, nomeado pelo presidente e referendado pelo parlamento, propõe a formação do Gabinete, o qual necessita da aprovação dos parlamentares. O atual primeiro-ministro, Peter Pellegrini, do partido Direção-Social Democracia (SMER-SD), assumiu em 22 de março de 2018, após a renúncia de seu antecessor, Robert Fico, do mesmo partido.

Embora o SMER-SD tenha saído vitorioso, as eleições parlamentares em 2016 representaram uma diminuição de votos do partido. Enquanto no mandato 2012-2016, o SMER-SD obteve maioria absoluta no parlamento (86 assentos), nas eleições de 2016, o número de parlamentares do partido caiu para 49, sendo necessário a formação de um governo de coalizão com três outros partidos (o SNS - Partido Nacional Eslovaco, o Most-Híd, que representa a minoria húngara, e o SIET-Rede, um novo partido que, em poucos meses na coalizão, dissolveu-se). O partido de extrema-direita LSNS obteve 8% dos votos, correspondentes a 14 assentos no parlamento.

Em fevereiro de 2018, o país foi abalado pelo assassinato de Ján Kuciak, jornalista que investigava ligações de empresários e funcionários próximos ao partido governista com a máfia italiana. Em diversas cidades eslovacas, foram realizadas as maiores manifestações desde a Revolução de Veludo, que derrubara o regime comunista em 1989. O então primeiro-ministro Robert Fico, que já havia sofrido desgaste por acusações de corrupção durante a presidência rotativa da UE pela Eslováquia, foi forçado a renunciar em 14 de março de 2018.

O desgaste do SMER-SD, após longos anos no poder, acentuou-se com a queda de Fico e acabou repercutindo nas eleições presidenciais de março de 2019, quando o candidato apoiado pelo partido, Maros Sefcovic, foi derrotado no segundo turno pela advogada e ativista ambiental Zuzana Caputová. Como quinta presidente da Eslováquia desde a independência do país e a quarta eleita



diretamente (o primeiro foi eleito pelo parlamento), Caputová será também a primeira mulher a assumir a chefia de Estado.

Em contexto pouco favorável a candidato do status quo e em vista do descrédito de lideranças políticas mais tradicionais, Caputová apresentou-se como candidata da mudança e conseguiu canalizar a revolta contra a corrupção na sociedade eslovaca. O eleitorado de cunho nacionalista e conservador dividiu-se entre dois candidatos, o juiz da Suprema Corte Stefan Harabin e o político de extrema-direita Marian Kotleba, que acabaram ficando em terceiro e quarto lugar no primeiro turno (embora, somados, tenham angariado mais de 25% dos votos). Semelhante divisão no espectro da centro-esquerda foi evitada pela decisão do cientista Robert Mistrik de retirar sua candidatura em apoio à de Caputová, decisão tomada duas semanas antes da eleição, o que ajudou a consolidar a liderança da candidata.

O atual presidente Andrej Kiska, na sequência da eleição de Zuzana Caputová, anunciou a intenção de formar um partido político, após deixar a presidência em 15 de junho de 2019 e não escondeu sua ambição de concorrer ao posto de primeiro-ministro após as eleições parlamentares de 2020.

POLÍTICA EXTERNA

A participação da Eslováquia na União Europeia (UE) constitui prioridade da política exterior eslovaca, desde que o país aderiu ao bloco, em 2004. A entrada no Espaço de Schengen (2007), a adoção do euro (2009) e a participação ativa em operações da OTAN, à qual aderiu em 2004, revelam sua inequívoca orientação em apoio às instituições euroatlânticas.

A Eslováquia tem demonstrado crescente engajamento em diversos temas da agenda de segurança internacional, particularmente sob os auspícios da OTAN. O primeiro-ministro Pellegrini anunciou, em 2018, a compra de 14 jatos F-16, operação que deverá levar a gastos de mais de US\$ 1,5 bilhão nos próximos anos, incluindo treinamento, munição e logística. Em conferência de exame da política externa, realizada em abril de 2019, Pellegrini anunciou que a Eslováquia deverá atingir, em 2022, a meta assumida pelos países-membros da OTAN de elevar seus gastos nacionais em defesa a 2% do PIB. Atualmente, a Eslováquia participa com contingentes militares e/ou policiais em missões e em operações nos seguintes países: Afeganistão, Iraque e Letônia (sob o amparo da OTAN); Bósnia-Herzegovina, Geórgia, Kosovo, Moldova e Ucrânia (sob a égide da UE); Chipre, Haiti e Palestina (no marco das Nações Unidas); e Ucrânia (sob a OSCE).

Assim como a UE e a OTAN, o Grupo de Visegrado (V4) constitui igualmente prioridade da política externa eslovaca. Ao resgatar e instrumentalizar o



conceito de Europa Central, as quatro nações que compõem o grupo compartilham da mesma trajetória histórica do pós-comunismo e iguais aspirações de integração à Europa. Ainda com matizes e mesmo distintas percepções entre atores da cena doméstica, os países do V4 foram progressivamente assumindo identidade própria no seio da UE, fazendo um contraponto ao tradicional projeto europeu, em defesa da centralização decisória de Bruxelas e alertando para os riscos advindos do multiculturalismo e da dissolução das identidades nacionais.

A Eslováquia assumiu, em junho de 2018, a presidência rotativa do V4, pelo período de um ano. As questões do Brexit, do orçamento da UE e da política de coesão pós-2020 têm sido centrais na coordenação do grupo. Na área externa, destaque é dado às relações com os Balcãs ocidentais e à Parceria Oriental, bem como às reuniões no formato V4+ com parceiros como Canadá, Coreia do Sul, Estados Unidos, Israel, Japão e Turquia. Recorde-se que o Brasil já participou de evento do V4+ organizado pela Eslováquia (reunião do então ministro da Defesa, Celso Amorim, com seus homólogos do Grupo de Visegrado, em 2013).

Diferentemente de seus parceiros do V4, a Eslováquia adota o euro e costuma assinalar intenção de fazer parte do núcleo central da integração europeia. Essa postura é invocada por Bratislava, no intuito de atuar como facilitadora do diálogo entre a UE e os outros países do V4, particularmente Hungria e Polônia, cujas relações com Bruxelas tem passado por dificuldades no período recente.

Ao mesmo tempo, a Eslováquia quer ver-se como ator relevante na relação da UE com a Rússia, mantendo em alguns temas, certo distanciamento em relação às políticas de seus parceiros euroatlânticos. Ao passo que o presidente Andrej Kiska defende postura claramente pró-UE e pró-OTAN, evidenciam-se sentimentos de simpatia para com Rússia, sobretudo no âmbito do Parlamento eslovaco, a começar pelo seu presidente, Andrej Danko. Nesse contexto, o governo tem procurado agir com cautela em temas que possam antagonizar Moscou, como evidenciou o fato de a Eslováquia não ter acompanhado a decisão de parceiros ocidentais de expulsar diplomatas russos na sequência do atentado contra Sergei Skripal e sua filha em Salisbury, ou de não reconhecer Juan Guaidó como presidente legítimo da Venezuela.

A Eslováquia, tanto individualmente quanto no contexto do V4, é ativa defensora do alargamento da União Europeia, buscando contribuir para o ingresso dos países dos Balcãs no bloco europeu. Manifesta com eles disposição de compartilhar sua experiência de transição socioeconômica e política para os padrões da UE. A diplomacia eslovaca busca papel semelhante na aproximação com os países da Parceria Oriental (Armênia, Azerbaijão, Belarus, Geórgia, Moldova e Ucrânia).



A classe política eslovaca reagiu, de maneira geral, com deceção à vitória do "leave" no referendo sobre a permanência do Reino Unido no bloco regional. Para as lideranças dos partidos de coalizão, o Brexit teria enfraquecido o argumento por maior integração da UE e criado espaço para fórmulas de integração diferenciada ("multispeed"), que desagradam ao V4. Diante desse cenário, a Eslováquia busca exercer papel ativo na identificação de novas prioridades que lhe permitam influir no desenho de uma UE reformada. Foi o que buscou com a Declaração e o Mapa do Caminho de Bratislava, adotados quando de sua presidência da UE, em 2016. Os documentos constam do plano de trabalho da presidência de turno do V4, ora em curso, em que o Brexit é tratado como oportunidade para fortalecer a integração europeia. Nas eleições para o Parlamento Europeu em maio de 2019, 14 membros serão eleitos pela Eslováquia, ou 2% do total do parlamento.

Além da presidência de turno do V4, a Eslováquia exerce, em 2019, a presidência da Organização da Conferência para a Segurança e a Cooperação na Europa (OSCE). Entre outros eventos, estão previstas 12 conferências em Bratislava. A presidência tenciona enfocar temas como a crise na Ucrânia e os conflitos na Geórgia e em Nagorno-Karabah, cibersegurança, combate ao terrorismo, ao extremismo e ao antisemitismo, e promoção da liberdade religiosa.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A Eslováquia integra a União Europeia desde 2004 e a zona do euro desde 2009. Apesar de passar por período difícil na década de 1990, a economia eslovaca experimentou vigorosa expansão na década passada (2001-2010), com crescimento médio anual de 4,9%, quando o país ficou conhecido como "Tigre dos Tatras" (cadeia de montanhas ao norte do país). Ainda que com índices mais modestos de crescimento, a economia continuou a destacar-se dentro da zona do euro nos últimos anos (4,1% em 2018 e 3,4% em 2017).

A adesão à União Europeia foi um dos principais fatores para o bom desempenho econômico, ao aumentar a atratividade do país aos investidores interessados em exportar para o bloco, incorrendo em menores custos de produção (o bloco foi o destino, em 2018, de 85,2% das exportações eslovacas), além de fundos fornecidos pela União Europeia para apoiar investimentos no país. Um dos reflexos disso é o fato de a Eslováquia ter-se tornado o país com maior produção per capita de automóveis do mundo, abrigando hoje quatro importantes fábricas (VW, Peugeot, Kia e Jaguar-Land Rover), que exportam mais de 95% de sua produção.



A economia eslovaca possui alto grau de abertura, com o comércio exterior equivalendo a 167% do PIB nominal. Em 2018, o país alcançou o maior valor de corrente de comércio de sua história. As exportações cresceram 6,7%, chegando a €79,8 bilhões, enquanto as importações cresceram 7,8%, atingindo €77,3 bilhões.

Em março, o Banco Central da Eslováquia (National Bank - NBS) reduziu a projeção do crescimento do PIB em 2019 para 3,5%, índice 0,7 ponto percentual inferior à previsão anterior. O NBS também revisou para baixo sua previsão para 2020 (3,4%) e para 2021 (2,8%). O novo quadro seria reflexo da desaceleração econômica da zona do euro, com destaque para os resultados fracos do setor automotivo na Alemanha (a produção de carros é a principal atividade industrial da Eslováquia) e as indefinições do Brexit (um dos motores do crescimento eslovaco recente foi a instalação de fábrica da britânica Jaguar-Land Rover, cuja produção foi iniciada há alguns meses). A inflação tem-se mostrado relativamente estável (2,5% em 2018 e previsão de 2,4% em 2019).

A Eslováquia registra, no momento, seu menor nível histórico de desemprego (6,2%, em março), com tendência de queda. Entretanto, o índice apresenta grande variação em função do tipo de trabalho (há escassez de trabalhadores em atividades de alta qualificação) e de regiões (em Bratislava, o índice é apenas uma fração daquele registrado no leste do país, menos desenvolvido). Valendo-se do bom momento econômico, o país passa por período de consolidação fiscal. A dívida pública foi reduzida de 50,9% do PIB em 2017 para 48,9% ao final de 2018, quinto ano consecutivo de queda. O déficit público nominal em 2018 ficou em 0,7% do PIB e, para este ano, o governo planeja reduzi-lo a zero, pela primeira vez desde a formação do país. Planeja-se reduzir a dívida pública a 44,8% até o fim de 2021.

Relações comerciais

As exportações do Brasil para a Eslováquia totalizaram, em 2018, US\$30,7 milhões, 24,6% a mais do que em 2017, enquanto que as importações totalizaram US\$131,3 milhões, com crescimento de 17,5%. No primeiro trimestre de 2019, as exportações do Brasil para a Eslováquia cresceram 19%, enquanto as importações caíram 5,5%, fazendo a corrente de comércio ter queda de 1,4%.

Em 2017, foi criada, em Bratislava, a Câmara de Comércio Eslováquia-Brasil, contando, inicialmente, com 14 empresas. Em outubro de 2018, foi criada também em São Paulo uma Câmara de Comércio Brasil-Eslováquia, durante a visita do secretário de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Europeus (MNEE), Lukas Parízek. Durante a visita, foi assinado memorando de entendimento para promover o turismo entre os dois países. A mais recente missão



comercial brasileira ocorreu em setembro de 2018, com empresas do setor de autopeças, apoiadas pela APEX. Missão comercial eslovaca está prevista visitar o Rio de Janeiro e São Paulo em junho de 2019.

Os produtos manufaturados constituem o principal segmento na pauta de exportações brasileiras, o que em grande medida reflete a presença da empresa brasileira de compressores Embraco na Eslováquia. Os principais produtos exportados em 2018, segundo o Ministério da Economia do Brasil, foram bombas de ar e compressores (30,4%); café (24,2%); autopeças (8,3%); escavadoras (7,2%); e soja (6,5%). Já de acordo com os dados eslovacos, o Brasil exportou sobretudo minério de ferro (23,7%); bombas de ar e compressores (12,6%); transistores e dispositivos semelhantes semicondutores (8,4%); hidrogênio, gases raros e outros não-metais (5,5%); medicamentos (5,4%); e carne bovina (3,8%).

Refletindo o perfil econômico da Eslováquia, as importações brasileiras originárias do país concentram-se em autopeças (22,2%); motores (6,9%); limpadores de parabrisas ou aparelhos de iluminação (6,7%); bombas de ar ou compressores (5,1%); e exaustores (4,6%).

No campo dos produtos de defesa, o Brasil tem mantido contato regular com o Ministério da Defesa da Eslováquia, com vistas a explorar oportunidades comerciais. Em maio de 2018, o Brasil contou com estande na principal feira de defesa da Eslováquia (bianual), a IDEB, da qual participaram a Embraer e outras empresas brasileiras.

Quatro empresas brasileiras estão presentes na cidade de Spisská Nová Ves, no leste da Eslováquia, gerando cerca de 3 mil empregos. Por atuarem em uma das regiões com menor desenvolvimento do país, as empresas beneficiaram-se de incentivos especiais para investimentos estrangeiros oferecidos pelo governo eslovaco. A Embraco, empresa de compressores com sede em Joinville-SC (cujo controle está sendo vendido pela americana Whirlpool à japonesa Nidec), estabeleceu fábrica naquela cidade em 1999 e é a maior empregadora local. As empresas brasileiras CRW, Microjuntas e Rudolph Usinados instalaram-se no local, atraídas pela Embraco e, hoje, além de serem fornecedoras da empresa brasileira, vendem seus produtos também a outros clientes na Europa. O Fluminense Football Club é dono do Flu Samorin, time de futebol em sede próxima a Bratislava.



CRONOLOGIA HISTÓRICA

1918 – Fim do domínio dos Habsburgos; tchecos e eslovacos criam a Tchecoslováquia.

1939 - A Alemanha ocupou Checoslováquia, "protetorado" alemão estabelecido.

1944 - A insurreição nacional eslovaca, com 60.000 soldados eslovacos e 18.000 guerrilheiros, levantaram-se contra os nazistas.

1945 - O exército soviético libertou a Eslováquia, restaurada ao status de antes da guerra; regressou ao estado tchecoslovaco.

1948 - Partido comunista tomou o poder. País adere à esfera soviética.

1968 – Primavera de Praga é reprimida pela União Soviética.

1969 - A nação tornou-se a República Socialista Tcheca da Tchecoslováquia.

1989 - A Revolução de Veludo começou, levou à queda do governo do Partido Comunista. Após 42 anos; Vaclav Havel foi eleito presidente da Tchecoslováquia.

1992 - O governo da Eslováquia declarou independência da Tchecoslováquia

1993 - A República da Eslováquia tornou-se oficial. Michal Kovac foi eleito presidente.

1998 - Mikulas Dzurinda eleito primeiro ministro, começou a trabalhar em integrar a Eslováquia às estruturas euroatlânticas.

2003 - 92% dos eleitores aprovaram adesão à UE.

2005 – Eslováquia eleita para o Conselho de Segurança da ONU.

2006 – O SMER vence as eleições e Robert Fico se torna primeiro-ministro.

2007 – Ingresso no Espaço Schengen.

2009 – Adoção do euro.

2010 - Iveta Radicova, do partido SDKU-DS, é nomeada primeira-ministra à frente de um governo de quatro partidos de centro-direita após as eleições parlamentares de junho.

2012 – O partido SMER obtém maioria absoluta no parlamento, e Robert Fico volta ao cargo de primeiro-ministro.

2014 – O candidato independente Andrej Kiska se elege presidente

2018 – Robert Fico renuncia e o SMER designa Peter Pellegrini para substituí-lo.

2019 – Kiska se recusa a disputar a reeleição, e Zuzana Čaputová eleita presidente.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS



1918 - Brasil reconhece independência da Tchecoslováquia.

1993 - Brasil reconhece a independência da Eslováquia.

1996 - Brasil altera cumulatividade da Embaixada em Praga para a Embaixada em Viena.

1996 - Visita à Eslováquia do ministro do Exército, General Zenildo Lucena.

1997 - Visita ao Brasil do ministro da Defesa, Ján Sitek.

1998 - Visita ao Brasil da ministra dos Negócios Estrangeiros e Europeus, Zdenka Kramplová.

1999 - Instalação da EMBRACO na Eslováquia.

2001 - Visita ao Brasil do presidente Rudolf Schuster.

2002 - Visita à Eslováquia do presidente Fernando Henrique Cardoso.

2004 - Inauguração de Consulado Honorário do Brasil em Bratislava.

2006 - Visita a Bratislava da diretora do Departamento de Europa, embaixadora Edileuza Fontenelle.

2008 - Abertura da Embaixada residente do Brasil em Bratislava.

2009 - Visita ao Brasil do ministro da Economia, Lubomir Jahnatek.

2012 - Visita ao Brasil do ministro da Defesa, Martin Glvác (para participar da feira LAAD e visitar a Embraer).

2012 - Visita ao Brasil do ministro do Meio Ambiente, Peter Ziga, para participar da Conferência Rio+20.

2013 - Visita à Eslováquia do então ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota.

2013 - Visita à Eslováquia do então ministro da Defesa, Celso Amorim.

2013 - Visita ao Brasil do ministro da Defesa, Martin Glvác para participar da feira LAAD.

2013 - Visita à Eslováquia de delegação do Senado Federal chefiada pelo senador Luiz Henrique da Silveira.

2013 - Visita à Eslováquia dos deputados João da Silva Maia e Vander Luiz dos Santos Loubet.

2014 - Visita ao Brasil do ex-presidente Rudolf Schuster.

2015 - Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros e Europeus, Miroslav Lajcák.

2015 - Visita à Eslováquia do ex-ministro da Defesa, Celso Amorim para participar de conferência sobre segurança global, GLOBSEC.

2016 - Visita ao Brasil por ocasião dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos do presidente Andrej Kiska.

2017 - Estabelecimento da Câmara de Comércio Eslováquia-Brasil, em Bratislava.

2017 - Realização do I Festival de Cultura Brasileira na Eslováquia (“Brazislava”).



2018 - Visita ao Brasil (São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília) do secretário de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Europeus, Lukás Parizek.
Criação da Câmara de Comércio Brasil-Eslováquia em São Paulo.

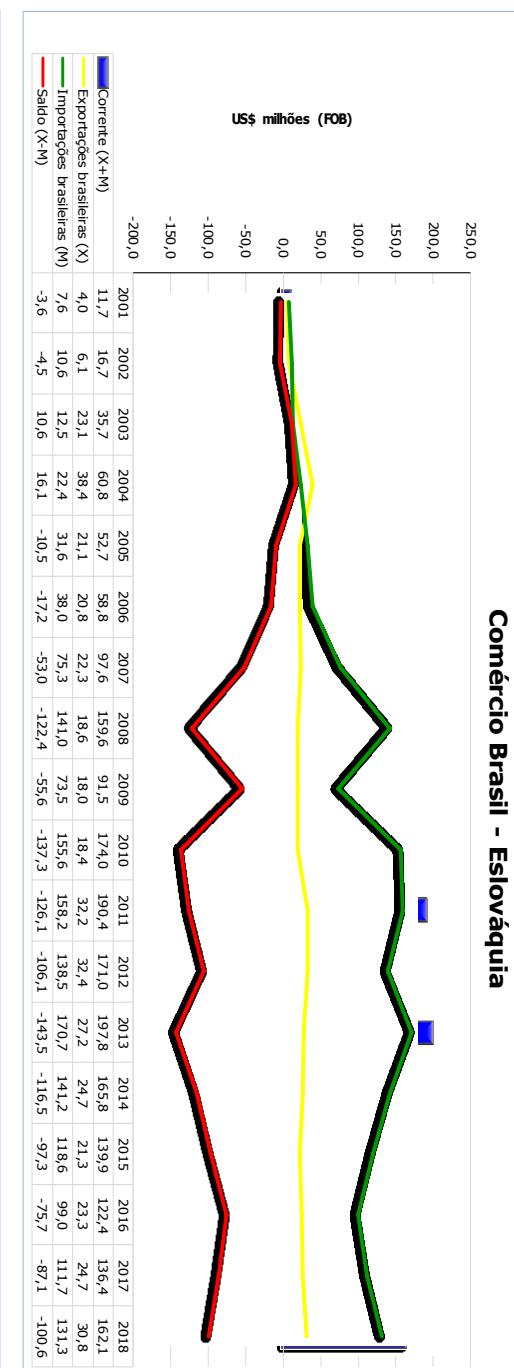
ACORDOS BILATERAIS

Título do Acordo	Celebração	Entrada em vigor	Data da publicação
Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos	12/11/2003	06/08/2005	19/05/2005
Acordo sobre Cooperação Cultural.	07/04/1989	26/01/1990	27/12/1989
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda	26/08/1986	14/11/1990	24/05/1990
Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica	02/07/1985	26/01/1990	27/12/1989
Acordo de Comércio	19/07/1977	05/06/1978	26/05/1978



DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Comércio Brasil - Eslováquia



2018/2019	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2018 (jan-mar)	6,5	32,4	38,9	-25,9
2019 (jan-mar)	7,7	30,6	38,3	-22,9

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC. Aberto de 2019.

Elaborado pelo MRE

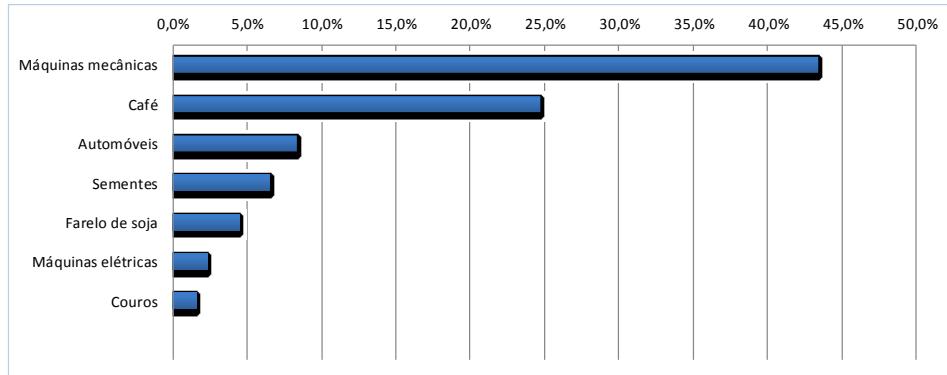


Composição das exportações brasileiras para a Eslováquia
US\$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2016		2017		2018	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	12,3	52,7%	14,1	56,9%	13,4	43,4%
Café	0,6	2,7%	1,0	3,9%	7,6	24,7%
Automóveis	1,3	5,8%	2,0	8,2%	2,6	8,3%
Sementes	0,0	0,0%	0,0	0,0%	2,0	6,5%
Farelo de soja	0,0	0,0%	0,0	0,0%	1,4	4,4%
Máquinas elétricas	1,1	4,6%	1,7	6,7%	0,7	2,2%
Couros	1,1	4,8%	2,5	10,2%	0,5	1,5%
Subtotal	16,4	70,5%	21,2	86,0%	28,0	91,1%
Outros	6,9	29,5%	3,5	14,0%	2,7	8,9%
Total	23,3	100,0%	24,7	100,0%	30,8	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Abril de 2019.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2018

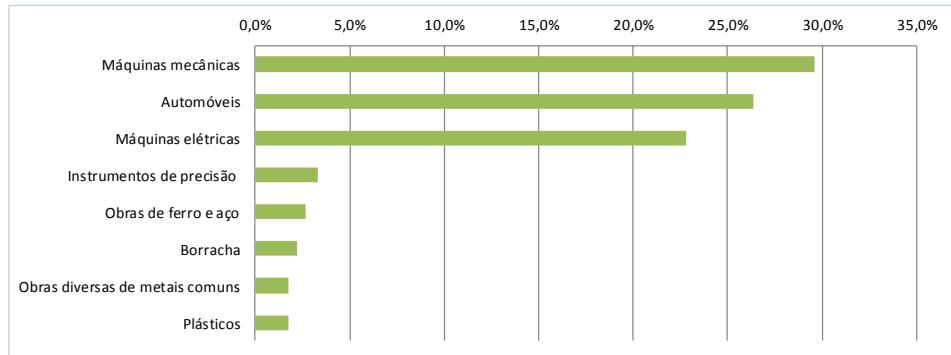


Composição das importações brasileiras originárias da Eslováquia
US\$ milhões

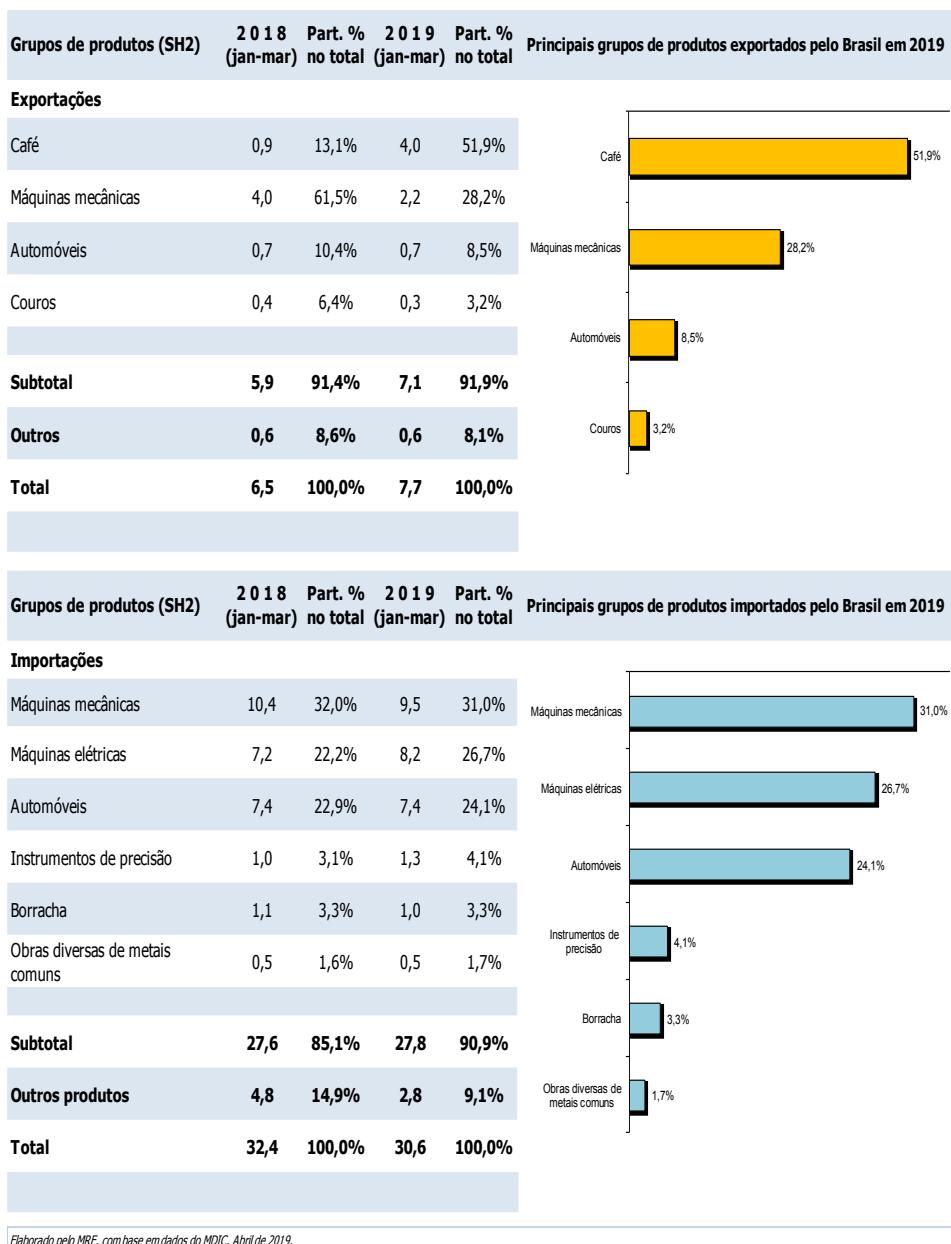
Grupos de produtos (SH2)	2016		2017		2018	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	26,8	27,1%	26,8	24,0%	38,9	29,6%
Automóveis	27,1	27,4%	28,3	25,3%	34,7	26,4%
Máquinas elétricas	24,7	24,9%	29,1	26,0%	30,0	22,8%
Instrumentos de precisão	2,8	2,9%	4,3	3,9%	4,4	3,3%
Obras de ferro e aço	2,9	3,0%	5,1	4,5%	3,5	2,7%
Borracha	1,8	1,9%	2,2	2,0%	2,9	2,2%
Obras diversas de metais comuns	2,4	2,5%	1,2	1,1%	2,3	1,8%
Plásticos	1,8	1,8%	1,6	1,4%	2,3	1,7%
Subtotal	90,4	91,3%	98,6	88,2%	118,9	90,5%
Outros	8,6	8,7%	13,1	11,8%	12,4	9,5%
Total	99,0	100,0%	111,7	100,0%	131,3	100,0%

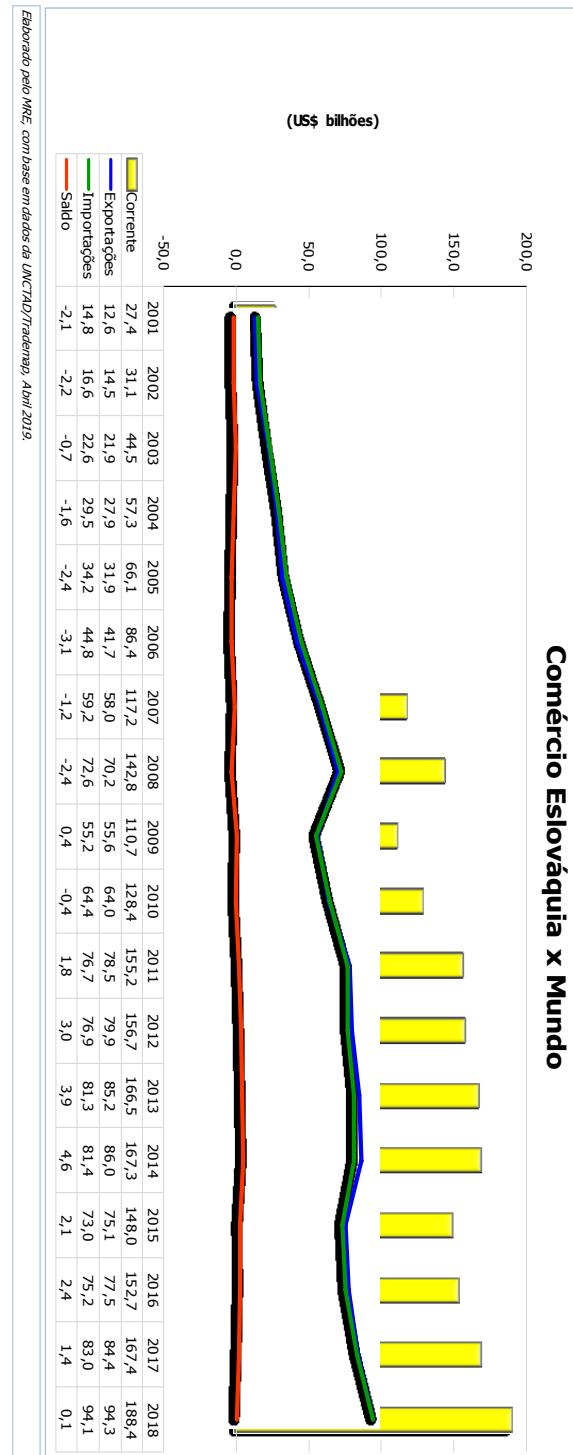
Elaborado pelo MRE, com base em dados do MDIC, Abril de 2019.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2018



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões



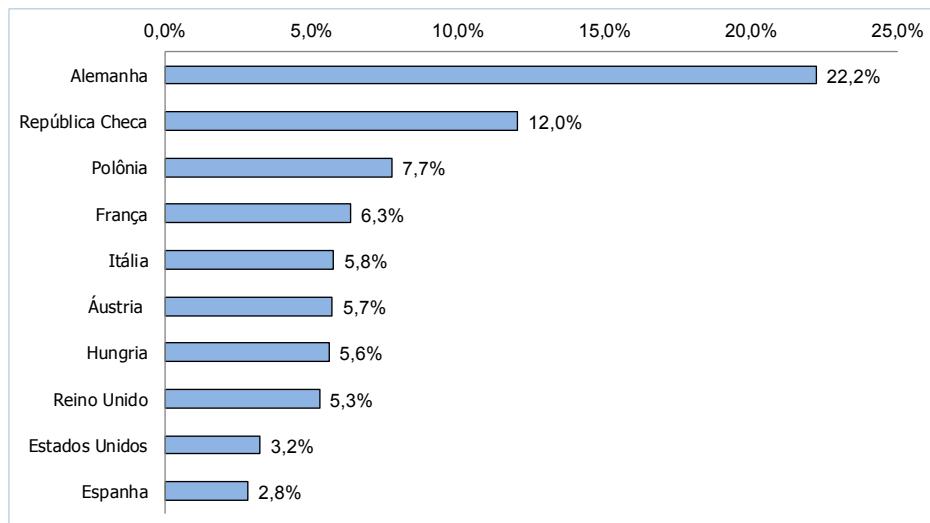


Principais destinos das exportações da Eslováquia
US\$ bilhões

Países	2018	Part.% no total
Alemanha	20,95	22,2%
República Checa	11,35	12,0%
Polônia	7,29	7,7%
França	5,97	6,3%
Itália	5,43	5,8%
Áustria	5,39	5,7%
Hungria	5,27	5,6%
Reino Unido	4,96	5,3%
Estados Unidos	3,06	3,2%
Espanha	2,67	2,8%
...		
Brasil (55º lugar)	0,07	0,1%
Subtotal	72,40	76,8%
Outros países	21,90	23,2%
Total	94,29	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2019.

10 principais destinos das exportações

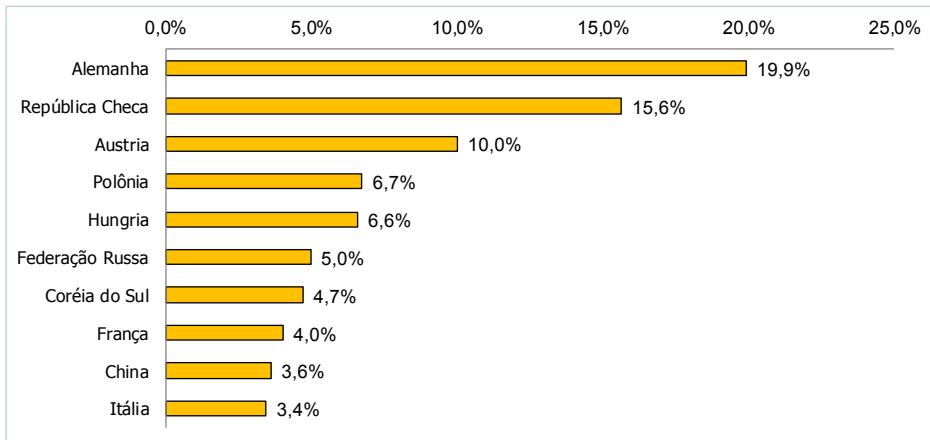


Principais origens das importações da Eslováquia
US\$ bilhões

Países	2018	Part.% no total
Alemanha	18,74	19,9%
República Checa	14,71	15,6%
Austria	9,41	10,0%
Polônia	6,33	6,7%
Hungria	6,19	6,6%
Federação Russa	4,67	5,0%
Coréia do Sul	4,42	4,7%
França	3,77	4,0%
China	3,39	3,6%
Itália	3,24	3,4%
...		
Brasil (47º lugar)	0,05	0,1%
Subtotal	74,92	79,6%
Outros países	19,23	20,4%
Total	94,15	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2019.

10 principais origens das importações

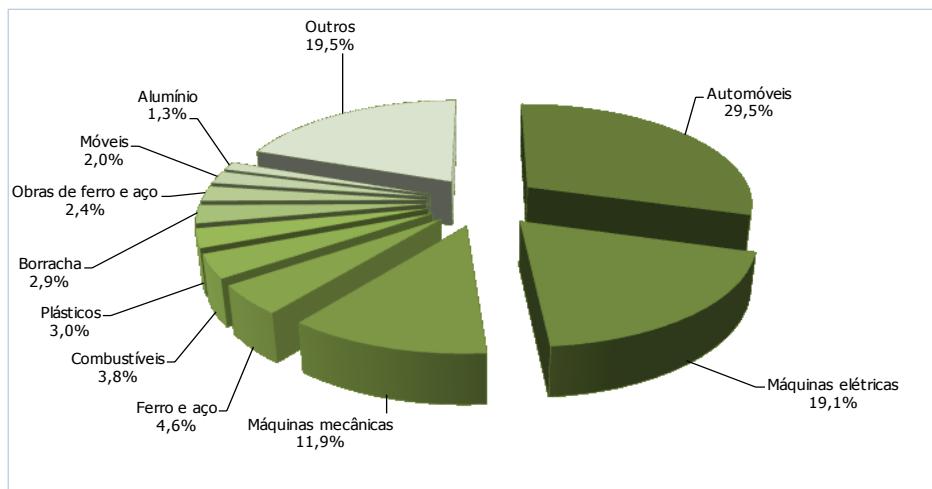


Composição das exportações da Eslováquia
US\$ bilhões

Grupos de Produtos (SH2)	2018	Part.% no total
Automóveis	27,85	29,5%
Máquinas elétricas	18,02	19,1%
Máquinas mecânicas	11,24	11,9%
Ferro e aço	4,38	4,6%
Combustíveis	3,54	3,8%
Plásticos	2,81	3,0%
Borracha	2,73	2,9%
Obras de ferro e aço	2,26	2,4%
Móveis	1,89	2,0%
Alumínio	1,21	1,3%
Subtotal	75,93	80,5%
Outros	18,36	19,5%
Total	94,29	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2019.

10 principais grupos de produtos exportados

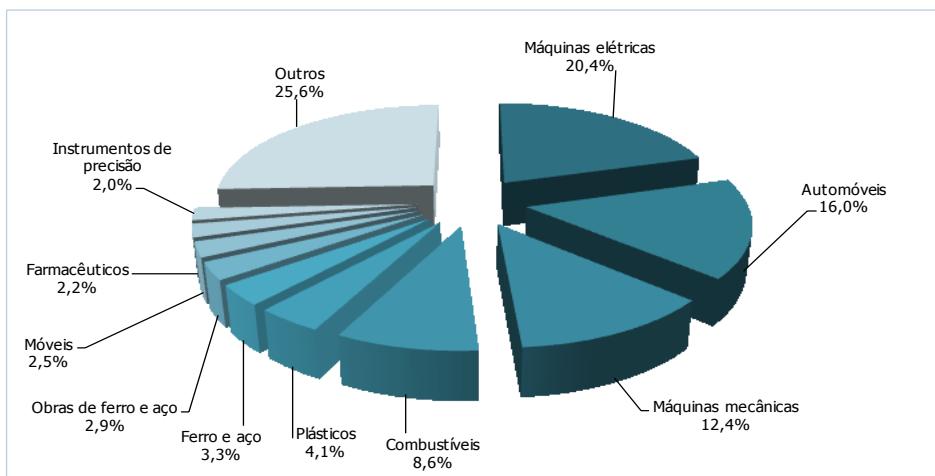


Composição das importações da Eslováquia
US\$ bilhões

Grupos de produtos (SH2)	2018	Part.% no total
Máquinas elétricas	19,22	20,4%
Automóveis	15,08	16,0%
Máquinas mecânicas	11,67	12,4%
Combustíveis	8,14	8,6%
Plásticos	3,87	4,1%
Ferro e aço	3,14	3,3%
Obras de ferro e aço	2,69	2,9%
Móveis	2,34	2,5%
Farmacêuticos	2,04	2,2%
Instrumentos de precisão	1,84	2,0%
Subtotal	70,03	74,4%
Outros	24,12	25,6%
Total	94,15	100,0%

Elaborado pelo MRE, com base em dados da UNCTAD/Trademap, Abril 2019.

10 principais grupos de produtos importados



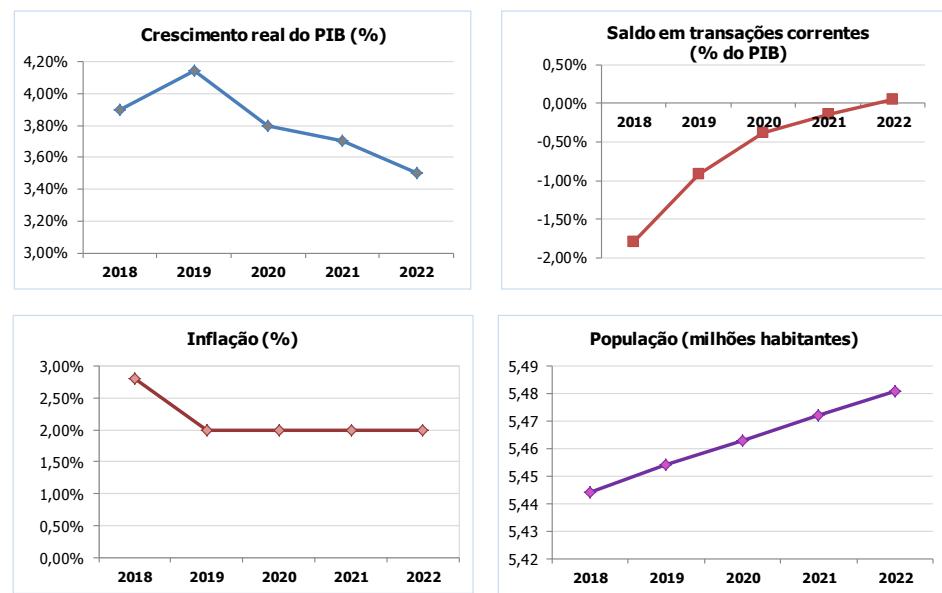
Principais indicadores socioeconômicos da Eslováquia

Indicador	2018	2019	2020	2021	2022
Crescimento real do PIB (%)	3,90%	4,14%	3,80%	3,70%	3,50%
PIB nominal (US\$ bilhões)	106,94	112,33	120,44	128,12	136,28
PIB nominal "per capita" (US\$)	19.642	20.598	22.047	23.414	24.864
PIB PPP (US\$ bilhões)	191,09	203,24	214,99	227,10	239,42
PIB PPP "per capita" (US\$)	35.099	37.268	39.356	41.502	43.681
População (milhões habitantes)	5,44	5,45	5,46	5,47	5,48
Desemprego (%)	7,49%	6,86%	6,50%	6,21%	6,14%
Inflação (%) ⁽²⁾	2,80%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-1,78%	-0,91%	-0,39%	-0,14%	0,05%
Dívida externa (US\$ bilhões)	—	—	—	—	—
Câmbio (€ / US\$) ⁽²⁾	1,15	1,21	1,22	1,23	1,25
Origem do PIB (2017 Estimativa)					
Agricultura					3,8%
Indústria					35,0%
Serviços					61,2%

Elaborado pelo MRE, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, October 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report April 2019 e da Cia.gov/World Factbook.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.



- nº 411, de 2019 (na origem), que informa o impedimento do Presidente da República em exercer a Presidência pelo período de 8 a 12 de setembro de 2019, visto que será submetido a uma cirurgia, sob efeito de anestesia geral, no dia 8 de setembro de 2019.

A Mensagem retorna à Secretaria-Geral da Mesa.

É a seguinte mensagem:





SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 52, DE 2019

Encaminho ao Senado Federal a Mensagem do Senhor Presidente da República que se submeterá a cirurgia, sob efeito de anestesia geral, no dia 8 de setembro de 2019, o que impedirá de exerce a Presidência da República pelo período de 8 a 12 de setembro de 2019.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 411

Senhores Membros do Senado Federal,

Informo a Vossas Excelências que me submeterei a cirurgia, sob efeito de anestesia geral, no dia 8 de setembro de 2019, o que, conforme anexo, me impedirá de exercer a Presidência da República pelo período de 8 a 12 de setembro de 2019.

Brasília, 6 de setembro de 2019.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA****ATESTADO MÉDICO**

Atesto para os devidos fins que o Senhor Presidente da República Federativa do Brasil Jair Messias Bolsonaro será submetido à cirurgia de correção de Hérnia Incisional, devendo ficar afastado de suas atividades por 05 (cinco) dias, a contar de 08 de setembro de 2019.

Brasília/DF, 06 de setembro de 2019.

Ricardo Peixoto Camarinha
Médico – CRM/DF 6338
Assessor Especial do Gabinete Pessoal
do Presidente da República
Presidência da República
Médico – CRM/DF: 6338



00025.001488/2019-22

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

OFÍCIO Nº 202 /2019/SG/PR

Brasília, 6 de setembro de 2019.

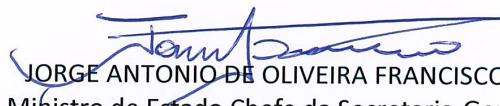
A Sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Impedimento temporário.

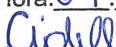
Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República comunica que se submeterá a cirurgia, sob efeito de anestesia geral, no dia 8 de setembro de 2019, que o impedirá de exercer a Presidência da República pelo período de 8 a 12 de setembro de 2019.

Atenciosamente,


JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Recebido em 09/09/2019
Hora: 09:00



Cidelle Gomes Vitor Almeida
Matrícula: 264432 SLSF/SGM

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00025.001488/2019-22

SEI nº 0000000

Palácio do Planalto- 4º andar - Sala:402 - Telefone: 61-3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF- <http://www.planalto.gov.br>



Projetos de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 4913, DE 2019

Inscribe o nome de Joaquim Gonçalves Ledo no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

AUTORIA: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

PROJETO DE LEI N° de 2019.

Inscreve o nome de Joaquim Gonçalves Ledo no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

SF/19432:32757-33

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Inscreva-se o nome de Joaquim Gonçalves Ledo no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília, Distrito Federal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Joaquim Gonçalves Ledo, ou Gonçalves Ledo, como é conhecido, filho de Antônio Gonçalves Ledo e D. Antônia Maria dos Reis Ledo, nasceu em 11 de dezembro de 1781, no Rio de Janeiro e deixou extensa gama de feitos como marcos de sua história.

Foi jornalista, editor do Revérbero Constitucional Fluminense, Procurador Geral da Província do Rio de Janeiro, Deputado da Assembleia Constitucional do Brasil pelo Rio de Janeiro, eleito para as duas primeiras legislaturas do Império pela Província do Rio de Janeiro, além de Deputado da Assembleia Provincial do Rio de Janeiro.

Com espírito revolucionário, quando ainda jovem acadêmico em Coimbra, Gonçalves Ledo já vislumbrava a independência do Brasil e, em virtude de seus pensamentos avançados, tornou-se membro da Loja Maçônica Comércio e Artes, no Rio de Janeiro.

Dentro da Maçonaria, divulgava com veemência a ideia da República, havendo registros históricos que demonstram seu papel





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

SF/19432/32757-33

fundamental no movimento de independência, muito embora, em momento de descrença nos rumos políticos do Brasil, tenha incinerado seu arquivo de registros sobre o tema.

Como um de seus grandes feitos, destaca-se a fundação do Grande Oriente Brasiliense, em 17 de junho de 1822, resultado do desdobramento da “Loja Comércio e Arte” em outras duas, “União e Tranquilidade” e “Esperança de Niterói”. Juntas, essas Lojas formavam a tríade de sustentação do Grande Oriente, cujos membros, tendo José Bonifácio por Grão-Mestre e Gonçalves Ledo como 1º Vigilante, tinham por objetivo a defesa da causa da independência.

Considerado pelo então Ministro da Guerra e Promotor Fiscal do Grande Oriente do Brasil, General Luiz Pereira da Nóbrega de Souza Coutinho como “[...] o chefe supremo [...] alma de todo o movimento revolucionário [...]” Gonçalves Ledo é presença constante nos estudos históricos que tratam da independência do Brasil, podendo-se dizer que foi um dos seus grandes idealizadores.

Detentor de grande eloquência e pensamento visionário, era capaz de movimentar a opinião pública, o que o levou, em setembro de 1921, junto ao maçom Cônego Januário da Cunha Barbosa, a fundar o jornal “O Revérbero – o clarim das liberdades nacionais” (como o batizou), vindo a convidar José Bonifácio a participar do movimento “O Fico”, ideia proposta na Maçonaria e acatada pelo Conselho dos Procuradores das Províncias.

À época, a Maçonaria detinha, entre seus membros, grandes personalidades, tornando-se grande força no movimento emancipador do Brasil, contando, inclusive, com a participação de D. Pedro.

Aqui, importa mencionar que, após o grito de independência dado por D. Pedro, em 7 de setembro de 1822, Gonçalves Ledo, sem ter ainda tomado conhecimento do fato, difundia, em Assembleia Geral do Grande Oriente, a ideia de independência do Brasil, em resposta aos decretos abusivos emitidos pela corte portuguesa.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

SF/19432/32757-38

Em 16 de setembro de 1822, Gonçalves Ledo redigiu Proclamação ao povo brasileiro, na qual anunciou a independência do Brasil e aclamou D. Pedro como Imperador.

Joaquim Gonçalves Ledo, em virtude de sua postura de vanguarda, sabidamente impregnada pelas ideias do Iluminismo, e contrária ao sistema de governo empregado à época, acabou por ser colocado, injustamente, de lado nos textos históricos.

Boa parte dos historiadores já entende que a História do Brasil deve ser revista, a fim de contemplar heróis que o tempo e a doutrina deixaram de lado, uma vez que as fontes de estudo foram corrompidas pela classe que dominava a sociedade à época.

Nesse contexto, vê-se a relevância da Historiografia Crítica, que tem como alguns de seus ilustres representantes, Caio Prado Júnior e Emília Viotti da Costa, na qual tem crescido o prestígio e o reconhecimento à importância histórica de Gonçalves Ledo, ao tempo em que surgem estudos mais completos e profundos sobre os fatos ocorridos à época.

Gonçalves Ledo não era somente fervoroso patriota, mas, igualmente, homem de rija témpera, marcada pela seriedade de seu semblante, quase tão inquebrantável quanto seu caráter.

Firme em suas convicções, recusou o cargo de ministro de D. Pedro I e o título de Marquês que lhe fora oferecido. Em contrapartida, cumpriu diversos mandatos como Deputado da Província do Rio de Janeiro, uma vez que tal honra lhe havia sido concedida pelo povo.

Assim, tendo em vista a inegável contribuição histórica de Joaquim Gonçalves Ledo à libertação do povo brasileiro da corte portuguesa, e diante de seus grandes feitos, brevemente mencionados nesse pequeno apanhado, imperiosa se faz a inclusão do nome de tal personalidade no livro que homenageia os heróis e heroínas da pátria, uma vez que se enquadra, indubitavelmente, no que dispõe a Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

Desta feita, conclamo os nobres colegas senadores a apoarem a presente iniciativa, para o necessário reconhecimento e justa homenagem ao grande herói da pátria brasileira, Joaquim Gonçalves Ledo.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 2019.

 SF/19432-32757-33

Senador IZALCI LUCAS

PSDB/DF

LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 11.597, de 29 de Novembro de 2007 - LEI-11597-2007-11-29 - 11597/07
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2007;11597>



O Projeto de Lei nº 4913, de 2019, vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 4914, DE 2019

Confere ao Município de Pedro Leopoldo, no Estado de Minas Gerais, o título de Capital Nacional da Mediunidade.

AUTORIA: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador EDUARDO GIRÃO

PROJETO DE LEI N° , DE 2019

Confere ao Município de Pedro Leopoldo, no Estado de Minas Gerais, o título de Capital Nacional da Mediunidade.

SF/19573.51779-44

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica conferido ao Município de Pedro Leopoldo, no Estado de Minas Gerais, o título de Capital Nacional da Mediunidade.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Localizada na região metropolitana de Belo Horizonte, Pedro Leopoldo fica a apenas 46 km da capital mineira. Foi nessa pequena cidade de cerca de 60 mil habitantes que nasceu, em 1910, Francisco Cândido Xavier.

Muita gente associa a imagem do médium a Uberaba, mas foi em Pedro Leopoldo que ele viveu até os 47 anos. Também foi ali que ele teve suas primeiras experiências mediúnicas. Segundo o curador da Casa de Chico Xavier na cidade, Hélcio Marques, o médium afirmava que a cidade natal era sua mãe, enquanto Uberaba era uma tia. A memória do médium está viva na cidade e transformou o Município em um dos roteiros turísticos religiosos de Minas.

Na cidade foi criado um roteiro para o turista conhecer a trajetória do médium. O passeio começa por uma praça, depois passa pela escola onde ele estudou e, já no Centro Espírita Luiz Gonzaga, é preciso pelo menos duas horas para conhecer as diversas atividades desenvolvidas pelos voluntários.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador EDUARDO GIRÃO

A última casa em que Chico Xavier morou em Pedro Leopoldo foi transformada em um memorial. A construção da década de 40, que recebe milhares de turistas todos os anos, foi reformada. Mas tudo está como ele deixou, principalmente o espaço para as flores, que eram a paixão do médium. Os admiradores do médium costumam afirmar que “Chico tinha uma adoração especial pelas flores tanto que, quando ele se emocionava, exalava um cheiro de rosas”.

Além das roseiras, foi preservado o quarto onde ele dormia. O turista também pode conhecer os 454 livros psicografados por Chico e as 200 biografias escritas sobre o médium. Desde a inauguração, em 2006, a casa já recebeu mais de 50 mil pessoas do Brasil e do exterior. O memorial tem 32 quadros em óleo sobre tela contando sua trajetória. No local funciona o Centro Espírita Luiz Gonzaga. No quarto em que Chico Xavier nasceu fica a sala de passes.

Vale destacar ainda outros atrativos turísticos ligados à história de Chico Xavier em Pedro Leopoldo:

- Açude do Capão, onde, em dezembro de 1931, Chico Xavier viu e conversou pela primeira vez com seu mentor espiritual, Emmanuel, e estabeleceu o famoso diálogo sobre a disciplina. Além disso, o local era o refúgio do médium aos domingos, onde costumava passar horas lendo e refletindo.
- Fazenda Modelo, onde Chico trabalhou como funcionário de serviços gerais e escriturário datilógrafo entre os anos de 1933 a 1958. No local há o Espaço Cultural Chico Xavier, onde Chico psicografou a famosa obra “Paulo e Estêvão” e onde se encontram algumas fotos com apresentação das histórias ali vivenciadas por Chico.
- Mostra Permanente Unimed – Arquivo Geraldo Leão, exposição de parte do material disponível sobre Chico Xavier e preservado pelo memorialista pedroleopoldense Geraldo Leão. São documentos, fotos, cartas e objetos pessoais de Chico Xavier de grande valor histórico.

SF/19573.51779-44

gs2019-11159

Página 3 de 4

Parte integrante do Avulso do PL nº 4914 de 2019.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador EDUARDO GIRÃO

Em Pedro Leopoldo, Chico Xavier fundou o Centro Espírita Luiz Gonzaga em 21 de junho de 1927 e o Centro Espírita Meimei em 31 de julho de 1952.

A cidade de Pedro Leopoldo já prestou muitas homenagens a Chico Xavier, das quais se destacam a Praça Chico Xavier, o título de Cidadão Benemérito Pedroleopoldense” a criação da Comenda Chico Xavier e o estabelecimento da Semana Cultural Chico Xavier.

Por essas razões, apresento a iniciativa ora proposta, para a qual espero contar com o apoio dos nobres Pares, no sentido de conferir ao Município de Pedro Leopoldo o título de Capital Nacional da Mediunidade.

Sala das Sessões,

Senador EDUARDO GIRÃO

SF/19573.51779-44

gs2019-11159

Página 4 de 4

Parte integrante do Avulso do PL nº 4914 de 2019.



O Projeto de Lei nº 4914, de 2019, vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.



Projeto de Lei Complementar





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 212, DE 2019

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, para vedar o contingenciamento de recursos da seguridade social.

AUTORIA: Senador Paulo Paim (PT/RS)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

SF/198/0.942/13-38

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° , DE 2019

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que *estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, para vedar o contingenciamento de recursos da seguridade social.*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º

.....
§ 6º O disposto no *caput* deste artigo não se aplica às dotações da seguridade social.” (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos no exercício financeiro subsequente.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

SF/198/0.942/13-38

JUSTIFICAÇÃO

A Seguridade Social é a rede de proteção que garante o bem-estar de nossos cidadãos. Não podemos deixar que contingenciamentos ou bloqueios de recursos do orçamento da Seguridade Social coloquem em risco a harmonia social.

A Seguridade Social é formada por três áreas: a saúde, a assistência social e a previdência social. As três são igualmente fundamentais e relevantes, e todas elas enfrentam, atualmente, grandes desafios frente à restrição de recursos no contexto atual. Nossa projeto visa garantir que essas áreas tão cruciais para a população, sobretudo aos mais pobres que são amparados pela assistência social e que dependem do sistema público de saúde, não seja alvo de contingenciamentos.

Ainda que os contingenciamentos não incidam sobre obrigações constitucionais do ente, como está disposto no § 2º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, entendemos que a situação de carência das áreas da seguridade social é tão pronunciada que não se pode dispensar nenhum investimento na área.

Para ilustrar a relevância da matéria, cabe destacar a conjuntura atual de elevados níveis de desemprego, que tem mostrado resistência em baixar, assim como os recentes aumentos da pobreza mostrado no relatório do Banco Mundial intitulado “Efeitos dos ciclos econômicos nos indicadores sociais da América Latina: quando os sonhos encontram a realidade”. Ele mostra o retorno do aumento da pobreza entre 2014 e 2017, no Brasil, tendo crescido 3% no período. Essa realidade é suportada pela Seguridade Social.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

SF/198/0.942/3-38


Certos da relevância econômica e social da matéria, contamos com o apoio das Senadoras e dos Senadores para aprovação da matéria.

Sala das Sessões,

Senador **PAULO PAIM**
PT/RS



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal -

101/00

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei.complementar:2000;101>

- artigo 9º



O Projeto de Lei Complementar nº 212, de 2019, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.



Término de prazos



Encerrou-se em 6 de setembro o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2018.

Não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

Encerrou-se em 6 de setembro o prazo para interposição de recurso para apreciação do Plenário dos Projetos de Lei do Senado nºs 36, de 2016; 328, de 2017; 29, 251 e 292, de 2018; Projetos de Lei do nºs 636, 1.389, 1.397, 1.927, 3.789 e 4.227, de 2019.

Não houve interposição de recurso.

O Projeto de Lei do Senado nº 328, de 2017, tendo sido rejeitado terminativamente pela Comissão competente, vai ao Arquivo.

As demais matérias, aprovadas terminativamente pelas Comissões competentes, vão à Câmara dos Deputados.



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

PARECER APROVADO EM COMISSÃO





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 48, DE 2019

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem (SF) nº 45, de 2019, que Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 75,200,000.00 (setenta e cinco milhões e duzentos mil de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Aracajú, no Estado de Sergipe e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do “Programa de Requalificação Urbana da Região Oeste de Aracaju - Construindo para o Futuro”.

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz

RELATOR: Senador Veneziano Vital do Rêgo

03 de Setembro de 2019



PARECER N° , DE 2019

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem (SF) nº 45, de 2019 (nº 365, na origem), da Presidência da República, que *propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 75.200.000,00 (setenta e cinco milhões e duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Aracaju, Estado de Sergipe, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Requalificação Urbana da Região Oeste de Aracaju – Construindo para o Futuro”.*

SF/19384-50311-20
|||||

Relator: Senador **VENEZIANO VITAL DO RÊGO**

I – RELATÓRIO

É submetido à apreciação do Senado Federal pleito do Município de Aracaju, Estado de Sergipe, que solicita autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Requalificação Urbana da Região Oeste de Aracaju – Construindo para o Futuro”.

A operação de crédito externo pretendida encontra-se com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF) do Banco Central do Brasil (BACEN), sob o número TA790401.



Com efeito, ela será contratada com base na taxa de juros *LIBOR* trimestral, acrescida de margem variável, a ser definida pelo BID, devendo apresentar custo efetivo da ordem de 3,58% ao ano, para uma *duration* de 12,32 anos, inferior ao custo para emissões da União em dólares, que se situa em 5,48% ao ano, considerada a mesma *duration*.

II – ANÁLISE

A análise da presente operação de crédito externo fundamenta-se no art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal (CF) e visa verificar o cumprimento das determinações das Resoluções do Senado Federal (RSF) nos 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, e da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Essas são as normas que regulam os limites e condições para a contratação de operações de crédito internas e externas, inclusive a concessão de garantia, no âmbito dos três níveis de governo.

De imediato, constata-se que a atual situação de endividamento do Município de Aracaju (SE), comporta a assunção de novas obrigações financeiras advindas da contratação desse novo empréstimo.

Como ressaltado no Parecer SEI nº 228, de 20 de maio de 2019, da Coordenação-Geral de Operações de Crédito dos Estados e Municípios – COPEM, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), anexo à Mensagem encaminhada ao Senado Federal, o Município de Aracaju (SE) atende as condições e limites definidos nas RSF nos 40 e 43, de 2001. Em particular, cumpre os limites estipulados nos incisos I, II e III do art. 7º da RSF nº 43, de 2001, que tratam, respectivamente, do montante anual passível de contratação de operações de crédito, do comprometimento máximo da receita corrente líquida com amortizações, juros e demais encargos financeiros da dívida consolidada e do teto da dívida consolidada dos estados.

Fundamentada nos parâmetros que ela utiliza para avaliar o risco de a União conceder a garantia solicitada, a STN entende que o Município de Aracaju (SE) apresenta suficiência de contragarantias oferecidas para fazer frente a esse acréscimo de endividamento.

Assim, embasada em estudo sobre o comprometimento das transferências federais e das receitas próprias do município, afirma que há disponibilidades financeiras para a cobertura das obrigações advindas do empréstimo, pois as margens disponíveis apuradas são suficientes para cobrir eventual dívida que venha a ser honrada pela União, conforme

ll2019-11214

SF/19384-50311-20




consignado no Ofício SEI nº 50, de 7 de maio de 2019, da Coordenação-Geral de Haveres Financeiros – COAFI, da STN.

Ainda nesse contexto, cabe destacar a previsão do oferecimento de contragarantias por parte do Município de Aracaju (SE), conforme os termos da Lei Estadual nº 4.729, de 21 de dezembro de 2015, autorizativa da presente operação de crédito e da concessão de contragarantias pelo município. Nos termos dessa lei, é autorizada a formalização de contrato entre o Município de Aracaju (SE) e o Tesouro Nacional para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas a que se referem os arts. 158 e 159, complementadas pelas receitas tributárias de que trata o art. 156, nos termos do art. 167, § 4º, todos da CF, e de outras em direito admitidas. Destaque-se também que, relativamente às garantias já concedidas, o município se encontra adimplente.

Relativamente à classificação fiscal do Município de Aracaju (SE), informa a STN, com base na Portaria MF nº 501, de 24 de novembro de 2017, que a operação de crédito pretendida é elegível à concessão de garantia da União, pois a sua capacidade de pagamento foi classificada em “B”, atendendo, assim, a um dos requisitos de elegibilidade para recebimento de garantia da União.

Por fim, quanto às exigências de adimplência, fica destacado no processado que o Município de Aracaju (SE) não possui pendências com a União relativamente aos financiamentos e refinanciamentos dela recebidos. Quanto à verificação de sua adimplência financeira em relação à Administração Pública Federal e suas entidades controladas, inclusive sobre a prestação de contas dos recursos dela recebidos, nos termos da RSF nº 41, de 2009, deverá ela ser verificada por ocasião da assinatura do contrato de garantia.

No que se refere às demais condições e exigências estipuladas pelas RSF nºs 48, de 2007, e 40 e 43, de 2001, e pela LRF, são elas também atendidas pelo Município de Aracaju (SE), conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a Mensagem.

III – VOTO

O pleito encaminhado pelo Município de Aracaju (SE) encontra-se de acordo com o que preceituam a LRF e as resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização para a

ll2019-11214

SF/19384-50311-20
|||||



contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO N° , DE 2019

Autoriza o Município de Aracaju, Estado de Sergipe, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 75.200.000,00 (setenta e cinco milhões e duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América).



SF/19384-50311-20

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Município de Aracaju, Estado de Sergipe, autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor de até US\$ 75.200.000,00 (setenta e cinco milhões e duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação de crédito de que trata o *caput* destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Requalificação Urbana da Região Oeste de Aracaju – Construindo para o Futuro”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – Devedor: Município de Aracaju, Estado de Sergipe;

II – Credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III – Garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – Valor: até US\$ 75.200.000,00 (setenta e cinco milhões e duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América);

ll2019-11214



V – Juros: taxa de juros anual baseada na *LIBOR* para o dólar dos Estados Unidos da América de 3 (três) meses mais margem variável a ser definida pelo BID, de acordo com a sua política de gestão de recursos;

VI – Cronograma Estimativo de Desembolsos: US\$ 13.761.000,00 (treze milhões e setecentos e sessenta um mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2019, US\$ 36.975.000,00 (trinta e seis milhões e novecentos e setenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2020, US\$ 18.763.000,00 (dezoito milhões e setecentos e sessenta e três mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2021, US\$ 3.812.000,00 (três milhões e oitocentos e doze mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2022 e US\$ 1.889.000,00 (um milhão e oitocentos e oitenta e nove mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2023;

VII – Comissão de Compromisso: de até 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano sobre os saldos não desembolsados do empréstimo;

VIII – Recursos para Inspeção e Supervisão: até 1% (um por cento) sobre o valor do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolsos;

IX – Prazo de Amortização: 234 (duzentos e trinta e quatro) meses, após carência de até 66 (sessenta e seis) meses;

X – Conversão: o devedor poderá solicitar conversão de moeda e de taxa de juros em qualquer momento durante a vigência do contrato de empréstimo, desde que haja anuênciia prévia do garantidor, que será manifestada pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Economia.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, bem como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

Art. 3º Fica a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia ao Município de Aracaju, Estado de Sergipe, na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no *caput* fica condicionado a que o Município de Aracaju, Estado de Sergipe, celebre

ll2019-11214

SF/19384-50311-20




contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam os arts. 156, 158 e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para a cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do município ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, e como requisito indispensável para tanto, o Ministério da Economia verificará e atestará a adimplência do Município de Aracajú, Estado de Sergipe, quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, e ao pagamento de precatórios judiciais, bem como o cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

ll2019-11214


SF/19384-50311-20



8

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença**CAE, 03/09/2019 às 10h - 33ª, Ordinária****Comissão de Assuntos Econômicos****Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)**

TITULARES	SUPLENTES
EDUARDO BRAGA	PRESENTE
MECIAS DE JESUS	PRESENTE
FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE
CONFÚCIO MOURA	PRESENTE
LUIZ DO CARMO	PRESENTE
CIRO NOGUEIRA	
DANIELLA RIBEIRO	
	1. RENAN CALHEIROS
	2. JADER BARBALHO
	3. DÁRIO BERGER PRESENTE
	4. MARCELO CASTRO
	5. MARCIO BITTAR
	6. ESPERIDIÃO AMIN PRESENTE
	7. VANDERLAN CARDOSO PRESENTE

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)

TITULARES	SUPLENTES
JOSÉ SERRA	
PLÍNIO VALÉRIO	PRESENTE
TASSO JEREISSATI	PRESENTE
ROSE DE FREITAS	
STYVENSON VALENTIM	PRESENTE
FLÁVIO BOLSONARO	
	1. LASIER MARTINS PRESENTE
	2. ELMANO FÉRRER PRESENTE
	3. ORIOVISTO GUIMARÃES PRESENTE
	4. MAJOR OLÍMPIO PRESENTE
	5. ROBERTO ROCHA
	6. IZALCI LUCAS PRESENTE

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)

TITULARES	SUPLENTES
JORGE KAJURU	
VENEZIANO VITAL DO RÉGO	PRESENTE
KÁTIA ABREU	
RANDOLFE RODRIGUES	
ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE
	1. LEILA BARROS
	2. ACIR GURGACZ
	3. ELIZIANE GAMA PRESENTE
	4. CID GOMES
	5. WEVERTON

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)

TITULARES	SUPLENTES
JEAN PAUL PRATES	
FERNANDO COLLOR	
ROGÉRIO CARVALHO	PRESENTE
	1. PAULO PAIM
	2. JAQUES WAGNER
	3. TELMÁRIO MOTA

PSD

TITULARES	SUPLENTES
OMAR AZIZ	PRESENTE
CARLOS VIANA	
IRAJÁ	
	1. OTTO ALENCAR
	2. LUCAS BARRETO
	3. ANGELO CORONEL PRESENTE

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)

TITULARES	SUPLENTES
RODRIGO PACHECO	PRESENTE
JAYME CAMPOS	
WELLINGTON FAGUNDES	
	1. CHICO RODRIGUES
	2. ZEQUINHA MARINHO PRESENTE
	3. JORGINHO MELLO





Relatório de Registro de Presença

Não Membros Presentes

ZENAIDE MAIA

LUIS CARLOS HEINZE



DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 45/2019)

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, FAVORÁVEL, NOS TERMOS DO PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO APRESENTADO.

03 de Setembro de 2019

Senador OMAR AZIZ

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Otto Alencar*
PSD - Angelo Coronel**
Bloco-PT - Jaques Wagner**

Rio de Janeiro

PODEMOS - Romário*
PSD - Arolde de Oliveira**
Bloco-PSL - Flávio Bolsonaro**

Maranhão

Bloco-PSDB - Roberto Rocha*
Bloco-CIDADANIA - Eliziane Gama**
Bloco-PDT - Weverton**

Pará

Bloco-PT - Paulo Rocha*
Bloco-MDB - Jader Barbalho**
Bloco-PSC - Zequinha Marinho**

Pernambuco

Bloco-MDB - Fernando Bezerra Coelho*
Bloco-PT - Humberto Costa**
Bloco-MDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PSDB - José Serra*
Bloco-PSL - Major Olímpio**
Bloco-PSDB - Mara Gabrilli**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Antonio Anastasia*
PSD - Carlos Viana**
Bloco-DEM - Rodrigo Pacheco**

Goiás

Bloco-MDB - Luiz do Carmo* (S)
Bloco-PATRIOTA - Jorge Kajuru**
Bloco-PP - Vanderlan Cardoso**

Mato Grosso

Bloco-PL - Wellington Fagundes*
Bloco-DEM - Jayme Campos**
Bloco-PSL - Juíza Selma**

Rio Grande do Sul

PODEMOS - Lasier Martins*
Bloco-PP - Luis Carlos Heinze**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PDT - Cid Gomes**
PODEMOS - Eduardo Girão**

Paraíba

Bloco-MDB - José Maranhão*
Bloco-PP - Daniella Ribeiro**
Bloco-PSB - Veneziano Vital do Rêgo**

Espírito Santo

PODEMOS - Rose de Freitas*
Bloco-REDE - Fabiano Contarato**
PODEMOS - Marcos do Val**

Piauí

PODEMOS - Elmano Férrer*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-MDB - Marcelo Castro**

Rio Grande do Norte

Bloco-PT - Jean Paul Prates* (S)
PODEMOS - Styvenson Valentim**
Bloco-PROS - Zenaide Maia**

Santa Catarina

Bloco-MDB - Dário Berger*
Bloco-PP - Esperidião Amin**
Bloco-PL - Jorginho Mello**

Alagoas

Bloco-PROS - Fernando Collor*
Bloco-MDB - Renan Calheiros**
Bloco-PSDB - Rodrigo Cunha**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-CIDADANIA - Alessandro Vieira**
Bloco-PT - Rogério Carvalho**

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027

Amazonas

PSD - Omar Aziz*
Bloco-MDB - Eduardo Braga**
Bloco-PSDB - Plínio Valério**

Paraná

PODEMOS - Alvaro Dias*
Bloco-REDE - Flávio Arns**
PODEMOS - Orio visto Guimarães**

Acre

Bloco-PP - Mailza Gomes* (S)
Bloco-MDB - Marcio Bittar**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-MDB - Simone Tebet*
PSD - Nelson Trad**
Bloco-PSL - Soraya Thronicke**

Distrito Federal

S/Partido - Reguffe*
Bloco-PSDB - Izalci Lucas**
Bloco-PSB - Leila Barros**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-MDB - Confúcio Moura**
Bloco-DEM - Marcos Rogério**

Tocantins

Bloco-PDT - Kátia Abreu*
Bloco-MDB - Eduardo Gomes**
PSD - Irajá**

Amapá

Bloco-DEM - Davi Alcolumbre*
PSD - Lucas Barreto**
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PROS - Telmário Mota*
Bloco-DEM - Chico Rodrigues**
Bloco-REPUBLICANOS - Mecias de Jesus**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil - 20

MDB-13 / PP-6 / REPUBLICANOS-1

Ciro Nogueira.	PP / PI
Confúcio Moura.	MDB / RO
Daniella Ribeiro.	PP / PB
Dário Berger.	MDB / SC
Eduardo Braga.	MDB / AM
Eduardo Gomes.	MDB / TO
Esperidião Amin.	PP / SC
Fernando Bezerra Coelho.	MDB / PE
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jarbas Vasconcelos.	MDB / PE
José Maranhão.	MDB / PB
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Luiz do Carmo.	MDB / GO
Mailza Gomes.	PP / AC
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcio Bittar.	MDB / AC
Mecias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Renan Calheiros.	MDB / AL
Simone Tebet.	MDB / MS
Vanderlan Cardoso.	PP / GO

Bloco Parlamentar Senado Independente - 12

PDT-4 / REDE-3 / CIDADANIA-2 / PSB-2

PATRIOTA-1

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Alessandro Vieira.	CIDADANIA / SE
Cid Gomes.	PDT / CE
Eliziane Gama.	CIDADANIA / MA
Fabiano Contarato.	REDE / ES
Flávio Arns.	REDE / PR
Jorge Kajuru.	PATRIOTA / GO
Kátia Abreu.	PDT / TO
Leila Barros.	PSB / DF
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Veneziano Vital do Rêgo.	PSB / PB
Weverton.	PDT / MA

Bloco Parlamentar PSDB/PSL - 12

PSDB-8 / PSL-4

Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Flávio Bolsonaro.	PSL / RJ
Izalci Lucas.	PSDB / DF
José Serra.	PSDB / SP
Júlia Selma.	PSL / MT
Major Olímpio.	PSL / SP
Mara Gabrilli.	PSDB / SP
Plínio Valério.	PSDB / AM
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Rodrigo Cunha.	PSDB / AL
Soraya Thronicke.	PSL / MS
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

PSD - 9

Angelo Coronel.	BA
Arolde de Oliveira.	RJ
Carlos Viana.	MG
Irajá.	TO
Lucas Barreto.	AP
Nelsinho Trad.	MS
Omar Aziz.	AM
Otto Alencar.	BA
Sérgio Petecão.	AC

PODEMOS - 9

Alvaro Dias.	PR
Eduardo Girão.	CE
Elmano Férrer.	PI
Lasier Martins.	RS
Marcos do Val.	ES
Oriovisto Guimarães.	PR
Romário.	RJ
Rose de Freitas.	ES
Styvenson Valentim.	RN

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 9

PT-6 / PROS-3

Fernando Collor.	PROS / AL
Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Jean Paul Prates.	PT / RN
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Rogério Carvalho.	PT / SE
Telmário Mota.	PROS / RR
Zenaide Maia.	PROS / RN

Bloco Parlamentar Vanguarda - 9

DEM-6 / PL-2 / PSC-1

Chico Rodrigues.	DEM / RR
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Jayme Campos.	DEM / MT
Jorginho Mello.	PL / SC
Marcos Rogério.	DEM / RO
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Rodrigo Pacheco.	DEM / MG
Wellington Fagundes.	PL / MT
Zequinha Marinho.	PSC / PA

S/Partido - 1

Reguffe.	DF
----------	----

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil.	20
Bloco Parlamentar Senado Independente.	12
Bloco Parlamentar PSDB/PSL.	12
Bloco Parlamentar Vanguarda.	9
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	9
PSD.	9
PODEMOS.	9
S/Partido.	1
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (PDT-RO)	Izalci Lucas** (PSDB-DF)	Omar Aziz* (PSD-AM)
Alessandro Vieira** (CIDADANIA-SE)	Jader Barbalho** (MDB-PA)	Oriovisto Guimarães** (PODEMOS-PR)
Alvaro Dias* (PODEMOS-PR)	Jaques Wagner** (PT-BA)	Otto Alencar* (PSD-BA)
Angelo Coronel** (PSD-BA)	Jarbas Vasconcelos** (MDB-PE)	Paulo Paim** (PT-RS)
Antonio Anastasia* (PSDB-MG)	Jayme Campos** (DEM-MT)	Paulo Rocha* (PT-PA)
Arolde de Oliveira** (PSD-RJ)	Jean Paul Prates* (PT-RN)	Plínio Valério** (PSDB-AM)
Carlos Viana** (PSD-MG)	Jorge Kajuru** (PATRIOTA-GO)	Randolfe Rodrigues** (REDE-AP)
Chico Rodrigues** (DEM-RR)	Jorginho Mello** (PL-SC)	Reguffe* (S/Partido-DF)
Cid Gomes** (PDT-CE)	José Maranhão* (MDB-PB)	Renan Calheiros** (MDB-AL)
Ciro Nogueira** (PP-PI)	José Serra* (PSDB-SP)	Roberto Rocha* (PSDB-MA)
Confúcio Moura** (MDB-RO)	Juíza Selma** (PSL-MT)	Rodrigo Cunha** (PSDB-AL)
Daniella Ribeiro** (PP-PB)	Kátia Abreu* (PDT-TO)	Rodrigo Pacheco** (DEM-MG)
Dário Berger* (MDB-SC)	Lasier Martins* (PODEMOS-RS)	Rogério Carvalho** (PT-SE)
Davi Alcolumbre* (DEM-AP)	Leila Barros** (PSB-DF)	Romário* (PODEMOS-RJ)
Eduardo Braga** (MDB-AM)	Lucas Barreto** (PSD-AP)	Rose de Freitas* (PODEMOS-ES)
Eduardo Girão** (PODEMOS-CE)	Luis Carlos Heinze** (PP-RS)	Sérgio Petecão** (PSD-AC)
Eduardo Gomes** (MDB-TO)	Luiz do Carmo* (MDB-GO)	Simone Tebet* (MDB-MS)
Eliziane Gama** (CIDADANIA-MA)	Mailza Gomes* (PP-AC)	Soraya Thronicke** (PSL-MS)
Elmano Férrer* (PODEMOS-PI)	Major Olímpio** (PSL-SP)	Styvenson Valentim** (PODEMOS-RN)
Esperidião Amin** (PP-SC)	Mara Gabrilli** (PSDB-SP)	Tasso Jereissati* (PSDB-CE)
Fabiano Contarato** (REDE-ES)	Marcelo Castro** (MDB-PI)	Telmário Mota* (PROS-RR)
Fernando Bezerra Coelho* (MDB-PE)	Marcio Bittar** (MDB-AC)	Vanderlan Cardoso** (PP-GO)
Fernando Collor* (PROS-AL)	Marcos Rogério** (DEM-RO)	Veneziano Vital do Rêgo** (PSB-PB)
Flávio Arns** (REDE-PR)	Marcos do Val** (PODEMOS-ES)	Wellington Fagundes* (PL-MT)
Flávio Bolsonaro** (PSL-RJ)	Maria do Carmo Alves* (DEM-SE)	Weverton** (PDT-MA)
Humberto Costa** (PT-PE)	Mecias de Jesus** (REPUBLICANOS-RR)	Zenaide Maia** (PROS-RN)
Irajá** (PSD-TO)	Nelsinho Trad** (PSD-MS)	Zequinha Marinho** (PSC-PA)

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2022



COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

1º VICE-PRESIDENTE

Antonio Anastasia - (PSDB-MG)

2º VICE-PRESIDENTE

Lasier Martins - (PODEMOS-RS)

1º SECRETÁRIO

Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º SECRETÁRIO

Eduardo Gomes - (MDB-TO)

3º SECRETÁRIO

Flávio Bolsonaro - (PSL-RJ)

4º SECRETÁRIO

Luis Carlos Heinze - (PP-RS)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Marcos do Val - (PODEMOS-ES)

2º Weverton - (PDT-MA)

3º Jaques Wagner - (PT-BA)

4º Leila Barros - (PSB-DF)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB/PP/REPUBLICANOS) - 20 Líder Esperidião Amin - PP (25) Líder do MDB - 13 Eduardo Braga (2,29,35) Vice-Líder do MDB Marcio Bittar (44) Líder do PP - 6 Daniella Ribeiro (7) Vice-Líder do PP Ciro Nogueira (3) Líder do REPUBLICANOS - 1 Mecias de Jesus (12)	Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB/PSL) - 12 Líder Rodrigo Cunha - PSDB (32,45) Líder do PSDB - 8 Roberto Rocha (20) Vice-Líderes do PSDB Izalci Lucas (33,40) Rodrigo Cunha (32,45) Líder do PSL - 4 Major Olímpio (9)	Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT/REDE/CIDADANIA/PSB/PATRIOTA) - 12 Líder Veneziano Vital do Rêgo - PSB (19) Líder do PDT - 4 Weverton (4) Líder do REDE - 3 Randolfe Rodrigues (21) Líder do CIDADANIA - 2 Eliziane Gama (8) Vice-Líder do CIDADANIA Alessandro Vieira (42) Líder do PSB - 2 Leila Barros (52) Líder do PATRIOTA - 1 Jorge Kajuru (5,49,50,51)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PROS) - 9 Líder Paulo Rocha - PT (37) Vice-Líder Zenaide Maia (17,30) Líder do PT - 6 Humerto Costa (13,18) Vice-Líder do PT Rogério Carvalho (36) Líder do PROS - 3 Telmário Mota (22) Vice-Líder do PROS Zenaide Maia (17,30)	Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM/PL/PSC) - 9 Líder Wellington Fagundes - PL (15) Vice-Líderes Rodrigo Pacheco (6,23) Jorginho Mello (11,16) Zequinha Marinho (14,31) Líder do DEM - 6 Rodrigo Pacheco (6,23) Vice-Líder do DEM Marcos Rogério (43) Líder do PL - 2 Jorginho Mello (11,16) Líder do PSC - 1 Zequinha Marinho (14,31)	PSD - 9 Líder Otto Alencar - PSD (1) Vice-Líderes Irajá Angelo Coronel
PODEMOS - 9 Líder Alvaro Dias - PODEMOS (10) Vice-Líderes Eduardo Girão (24,46) Oriovisto Guimarães (27,48) Rose de Freitas (28,47) Minoria Líder Randolfe Rodrigues - REDE (21)	 Maioria Líder Eduardo Braga - MDB (2,29,35)	Governo Líder Fernando Bezerra Coelho - MDB (34) Vice-Líderes Elmano Férrer (39) Izalci Lucas (33,40) Chico Rodrigues (41)

Notas:

1. Em 02.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2019-GLPSD).
2. Em 02.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 001/2019-GLMDB).
3. Em 02.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º vice-líder do Partido Progressista (Of. 003/2019-GLDPP).
4. Em 02.02.2019, o Senador Weverton Rocha foi designado líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. s/n/2019).
5. Em 02.02.2019, o Senador Jorge Kajuru foi designado líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 010/2019-GLDPSB).
6. Em 02.02.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado líder do Partido Democratas (Of. 001/2019-GLDEM).
7. Em 02.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada líder do Partido Progressista (Of. 001/2019-GLDPP).



8. Em 02.02.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada líder do Partido Popular Socialista (Of. 001/2019).
9. Em 02.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado líder do Partido Social Liberal (Of. 001/2019-GLIDPSL).
10. Em 02.02.2019, o Senador Álvaro Dias foi designado líder do Partido Podemos (Of. 001/2019-GLPODE).
11. Em 02.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado líder do Partido da República (Of. 030/2019).
12. Em 05.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado líder do Partido Republicano Brasileiro (Of. 004/2019-GSMJESUS).
13. Em 05.02.2019, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2019-GLDPT).
14. Em 06.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
15. Em 06.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
16. Em 06.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
17. Em 06.02.2019, a Senadora Zenaide Maia é designada Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
18. Em 06.02.2019, o Senador Humberto Costa é designado Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
19. Em 06.02.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/n).
20. Em 06.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. s/n-GLPSDB).
21. Em 06.02.2019, o Senador Randolph Rodrigues foi designado Líder do Partido Rede Sustentabilidade (Memo. 1/2019)
22. Em 06.02.2019, o Senador Telmário Mota foi designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social (Of. 25/2019-GSTMOTA)
23. Em 06.02.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
24. Em 12.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado líder do Bloco PSDB/PODE/PSL (Of. s/n).
25. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 19/2019-GLMDB).
26. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado 3º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
27. Em 13.02.2019, o Senador Oriorvito Guimarães foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
28. Em 13.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
29. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
30. Em 14.02.2019, a Senadora Zenaide Maia é designada 1ª vice-líder do Partido Republicano da Ordem Social-PROS, conforme Of. 37/2019-GSTMOTA, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2019.
31. Em 18.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado líder do Partido Social Cristão (Ofício 0012/2019-GSZMARIN).
32. Em 19.02.2019, o Senador Rodrigo Cunha é designado 2º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
33. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas é designado 1º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
34. Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do Governo no Senado Federal (Mensagem 54)
35. Em 19.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
36. Em 19.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado 1º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 4/2019-GLDPT)
37. Em 20.02.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 19/2019-BLPRD)
38. Em 15.03.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado 1º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
39. Em 15.03.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
40. Em 15.03.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado 3º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
41. Em 15.03.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado 4º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
42. Em 08.05.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado vice-líder do CIDADANIA (Ofício nº 8/2019-GLCID)
43. Em 06.06.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado 1º vice-líder do Partido Democratas - DEM (Ofício 017/2019-GLDEM).
44. Em 28.06.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado 1º vice-líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 191/2019-GLMDB)
45. Em 09.07.2019, o Senador Rodrigo Cunha foi designado líder do Bloco PSDB/PSL (Of. s/n).
46. Em 10.07.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. 74-GLPODE).
47. Em 10.07.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada 3ª vice-líder do PODE (Of. 74-GLPODE).
48. Em 10.07.2019, o Senador Oriorvito Guimarães foi designado 2º vice-líder do PODE (Of. 74-GLPODE).
49. Em 09.08.2019, o Senador Jorge Kajuru filiou-se ao Patriota, passando a atuar como seu líder (Of. 041/2019-GSJKAJUR).
50. Em 09.08.2019, o Senador Jorge Kajuru desfilou-se do Partido Socialista Brasileiro (Of. 038/2019-GSJKAJUR).
51. Em 12.08.2019, o Senador Jorge Kajuru filiou-se ao Partido Patriota (Of. 039/2019-GSJKAJUR).
52. Em 27.08.2019, a Senadora Leila Barros foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Memo. 35/2019-GLDPB).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA CONHECER A REALIDADE DE MINAÇU

Finalidade: Conhecer a realidade do município de Minaçu-GO e da empresa Sama Minerações, para demonstrar que a cidade e sua economia são dependentes dos impostos e dos empregos oriundos das atividades da empresa, no prazo de 30 dias.

Requerimento 330, de 2019

Número de membros: 5 titulares e 2 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (1)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (1)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (1)	2. Senador Irajá (PSD-TO) (1)
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (1)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (1)	
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (1)	

Notas:

1. Em 26.04.2019, os Senadores Chico Rodrigues, Luiz do Carmo, Vanderlan Cardoso, Davi Alcolumbre e Daniella Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Irajá, membros suplentes, para compor a comissão (ATS nº10/2019).



2) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA PARA REALIZAR VISITA TÉCNICA

Finalidade: Realizar visita técnica ao Centro Espacial de Kourou, centro de lançamentos da Agência Espacial Europeia, localizado na Guiana Francesa, na localidade de Kourou, conhecido Centro de Inovações Tecnológicas e Modernidade Espacial.

Requerimento nº 395, de 2019

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	



3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.
Ato do Presidente nº 21, de 2019

Número de membros: 9

PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

RELATORA: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

MEMBROS

Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO)

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Telmário Mota (PROS-RR)

Senador Wellington Fagundes (PL-MT)

Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR)



4) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR A PEC 6, DE 2019

Finalidade: Destinada a acompanhar a tramitação, na Câmara dos Deputados, da PEC 6, de 2019, que modifica o sistema de previdência social.

Instituída pelo Ato do Presidente 7, de 2019

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

RELATOR: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

Instalação: 10/04/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (1)	1. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (6,9)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (1)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (3,4,5)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (1)	3. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (7)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1)	4. Senador Flávio Arns (REDE-PR) (8)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (1)	5.
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (1)	6.
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (1)	7.
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (1)	8.
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (1,6)	9. VAGO (2)

Notas:

1. Em 14.03.2019, os Senadores Otto Alencar, Tasso Jereissati, Eduardo Braga, Esperidião Amin, Cid Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Jaques Wagner, Rodrigo Pacheco e Elmano Férrer foram designados membros titulares, para compor a Comissão (Ato do Presidente n. 7, de 2019)
2. Em 15.03.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a Comissão (Of. nº 24/2019-GLPODE).
3. Em 20.03.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a Comissão (Of. nº 55/2019-GLPSDB).
4. Em 29.03.2019, o Senador José Serra deixa de compor a Comissão, como membro suplente, pelo PSDB (Of. nº 56/2019-GLPSDB).
5. Em 29.03.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a Comissão (Of. nº 63/2019-GLPSDB).
6. Em 10.04.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ser suplente, pelo PODE, para compor a Comissão (ATS nº 09/2019).
7. Em 16.04.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo PSL, para compor a Comissão (Of. nº 25/2019-GLIDPSL).
8. Em 17.06.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente para compor a Comissão (ATS nº 13/2019).
9. Em 18.06.2019, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, para compor a Comissão (Of. 63/2019-GLPODE).

Secretário(a): Leandro Bueno / Fernanda Lima

Telefone(s): 61 33033490

E-mail: coceti@senado.leg.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (9)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (9,19)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (9)	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (9,19)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (9)	3. Senador Dário Berger (MDB-SC) (9)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (9)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (9)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (9)	5. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (10)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	6. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (12,18)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (6)	7. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (11)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador José Serra (PSDB-SP) (13)	1. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (8)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (13)	2. Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) (8)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (13)	3. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (8)
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (8)	4. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (14)
Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) (8,28)	5. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (17)
Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) (15)	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (17)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, REDE, CIDADANIA, PSB, PATRIOTA)	
Senador Jorge Kajuru (PATRIOTA-GO) (3)	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)	2. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (3)	3. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3,20,23)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)	4. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3)
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)	5. Senador Weverton (PDT-MA) (22)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (7)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (7)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) (7,21,24)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (7)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (7)	3. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (7)
PSD	
Senador Omar Aziz (2)	1. Senador Otto Alencar (2,26)
Senador Carlos Viana (2,25)	2. Senador Lucas Barreto (2)
Senador Irajá (2)	3. Senador Ângelo Coronel (2,27)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (4)	1. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (16)
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (4,29)	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)	3. Senador Jorginho Mello (PL-SC) (4)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz e o Senador Plínio Valério a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 2/2019-CAE).
- Em 13.02.2019, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Lucas Barreto e Arolde Oliveira, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSD).



3. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Acir Gurgacz, Eliziane Gama e Cid Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 2/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Jorginho Mello, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-BLPRD).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Rose de Freitas e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e os Senadores Lasier Martins, Elmano Ferrer e Oriovaldo Guimarães, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Mécias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Jader Barbalho, Simone Tebet, Dário Berger e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06-A/2019-GLMDB).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, os Senadores José Serra, Plínio Valério e Tasso Jereissati foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLPSDB).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
17. Em 19.02.2019, os Senadores Roberto Rocha e Izalci Lucas foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2019-GLPSDB).
18. Em 21.02.2019, o Senador Esperidião Amin Luis foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, para compor a comissão (Of. nº 03/2019-BPUB).
19. Em 26.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Jader Barbalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição à indicação anteriormente encaminhada, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLMDB).
20. Em 02.04.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 68/2019-GLBSI).
21. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
22. Em 21.05.2019, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 87/2019-GLBSI).
23. Em 27.05.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 85/2019-GLBSI).
24. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 67/2019-BLPRD).
25. Em 21.08.2019, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 127/2019-GLPSD).
26. Em 21.08.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro suplente em substituição ao Senador Ângelo Coronel, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPSD).
27. Em 03.09.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro suplente em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 131/2019-GLPSD).
28. Em 03.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, pelo PODEMOS, na comissão, em substituição ao Senador Styvenson Valentim (Of. 99/2019-GLPODE).
29. Em 03.09.2019, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos Rogério, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 61/2019-BLVANG).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO SOBRE A GESTÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 20/2019, do Senador Rogério Carvalho, no prazo de cento e vinte dias, com o objetivo de aprimorar a legislação sobre a gestão das cadeias produtivas como alternativa e instrumento do desenvolvimento econômico local e regional no ambiente e na estrutura federal do Brasil, bem como analisar e refletir sobre os impactos socioeconômicos da política de renúncias fiscais e desonerações.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾

Instalação: 23/04/2019

Prazo final: 08/08/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽¹⁾	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹⁾	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽¹⁾	4. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 09.04.2019, os Senadores Rogério Carvalho, Kátia Abreu, Tasso Jereissati, Rose de Freitas e Esperidião Amin foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Jean Paul Prates, Cid Gomes, Telmário Mota e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 15/2019-CAE)
2. Em 23.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rogério Carvalho a Presidente deste colegiado (Of. 18/2019-CAE).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (9)	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (9)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (9)	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (8)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (9)	3. VAGO (8,20)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (9)	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (10)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (12)	5. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (11)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (5)	1. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (7)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (6)	2. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (6)
Senador Romário (PODEMOS-RJ) (6)	3. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (6)
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) (15)	4.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, REDE, CIDADANIA, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (2)	1. Senador Jorge Kajuru (PATRIOTA-GO) (2)
Senador Weverton (PDT-MA) (2)	2. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2)
Senador Flávio Arns (REDE-PR) (2)	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (2)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (2)	4. VAGO (2,22)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (4)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4,17)
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (17)	3. Senador Fernando Collor (PROS-AL) (19,21)
PSD	
Senador Nelsinho Trad (1)	1. Senador Carlos Viana (1)
Senador Irajá (1)	2. Senador Lucas Barreto (1,13)
Senador Otto Alencar (13)	3. Senador Sérgio Petecão (18)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (3)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (3)	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (16)

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 4/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Weverton, Flávio Arns e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Cid Gomes, Fabiano Comparato e Marcos do Val, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 05/2019-GABLID).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Confúcio Moura foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLMDB).



10. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular; e o Senador Lucas Barreto, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 33/2019-GLPSD).
14. Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Styvenson Valentim o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CAS).
15. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
16. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
17. Em 26.02.2019, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular, deixando de atuar como suplente; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 20/2019-BLPRD).
18. Em 27.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLPSD).
19. Em 10.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 44/2019-BLPRD).
20. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a Comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 183/2019-GLMDB).
21. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 69/2019-BLPRD).
22. Em 03.09.2019, o Senador Marcos do Val, membro suplente pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, deixou de compor a comissão (Memo. nº 121/2019-GLBSI).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 1/2019-CAS, destinada à discussão colegiada de temas, problemáticas e questões nacionais afetas às pessoas com deficiência, em todas as suas abrangências e contextos, inclusive com o intuito de se aperfeiçoar o marco legal da área.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Kajuru (PATRIOTA-GO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Arns e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Styvenson Valentim, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Leila Barros e Fabiano Contarato, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO E DEFESA DA PESSOA IDOSA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 27/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão da pessoa idosa; fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos aos direitos da pessoa idosa; e tratar do regime jurídico de proteção à pessoa idosa.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽²⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾	6. Senador Jorge Kajuru (PATRIOTA-GO) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Eduardo Gomes e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Styvenson Valentim foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Mara Gabrilli, Fabiano Contarato, Eduardo Girão, Leila Barros e Jorge Kajuru, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE DOENÇAS RARAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 2/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão de pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Kajuru (PATRIOTA-GO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽²⁾	6. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Juíza Selma, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Fabiano Contarato e Styvenson Valentim, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (9)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (9)
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) (9)	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (9,28,34)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (9)	3. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (9)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (9,23)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (9)
Senador José Maranhão (MDB-PB) (9)	5. Senador Dário Berger (MDB-SC) (9,21)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	6. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (10)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (12)	7. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (11)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (7)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (7,32)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (7)	2. Senador José Serra (PSDB-SP) (7,32,39,43)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (8,31,33,40)	3. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (7)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (8,20,29,30)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (8)
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (8)	5. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (14)
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) (13)	6. Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) (15)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, REDE, CIDADANIA, PSB, PATRIOTA)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)	1. Senador Jorge Kajuru (PATRIOTA-GO) (3)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3)	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3,42)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3,25,26)	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3,24,27)
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3,22,35)
Senador Weverton (PDT-MA) (3)	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3,17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (6)	1. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (6,16,18)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (6,16,19,36,37)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (6)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (6,18)
PSD	
Senador Otto Alencar (2)	1. Senador Sérgio Petecão (2)
Senador Ângelo Coronel (2)	2. Senador Nelsinho Trad (2)
Senador Arolde de Oliveira (2)	3. Senador Carlos Viana (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (4)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (4,38,41)
Senador Jorginho Mello (PL-SC) (4)	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Simone Tebet e o Senador Jorginho Mello a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CCJ).
- Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Ângelo Coronel e Arolde de Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, Nelsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº5/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Acir Gurgacz e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 1/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).



5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-BLPRD).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra, Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLPSDB).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Elmano Ferrer, Oriovídio Guimarães e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e o Senador Lasier Martins, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GABLID).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Mécias de Jesus, Jader Barbalho e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Márcio Bittar, Marcelo Castro e Dário Berger, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 13.02.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-BLPRD).
17. Em 12.03.2019, a Senadora Leila Barros foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 60/2019-GLBSI).
18. Em 14.03.2019, os Senadores Telmário Mota e Paulo Rocha permudaram de vagas, passando a ocupar a 1ª e a 3ª suplência, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente (Of. nº 25/2019-BLPRD).
19. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
20. Em 17.04.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 202/2019-GSEGIRAO).
21. Em 24.04.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 16 de abril a 15 de maio, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 147/2019-GLMDB).
22. Em 24.04.2019, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 76/2019-GLBSI).
23. Em 06.05.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 217/2019-GSEGIRAO).
24. Em 09.05.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 83/2019-GLBSI).
25. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 86/2019-GLBSI).
26. Em 21.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 88/2019-GLBSI).
27. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 89/2019-GLBSI).
28. Em 22.05.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 22 de maio a 20 de junho, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 155/2019-GLMDB).
29. Em 05.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 224/2019-GSEGIRAO).
30. Em 06.06.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 225/2019-GSEGIRAO).
31. Em 10.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 226/2019-GSEGIRAO).
32. Em 12.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, que passa a integrar como segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 81/2019-GLPSDB).
33. Em 13.06.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 227/2019-GSEGIRAO).
34. Em 18.06.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho volta a ser membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 180/2019-GLMDB).
35. Em 02.07.2019, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Kátia Abreu, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 100/2019-GLBSI).
36. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 68/2019-BLPRD).
37. Em 13.08.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 74/2019-BLPRD).
38. Em 14.08.2019, o Senador Siqueira Campos foi designado membro suplente em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-BLVANG).



39. Em 14.08.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 96/2019-GLPSDB).
40. Em 15.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo PODEMOS, para compor a Comissão (Ofício nº 85/2019-GLPODE).
41. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Siqueira Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 56/2019-BLVANG).
42. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 109/2019-GLBSI).
43. Em 20.08.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente em substituição ao Senador Plínio Valério, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 97/2019-GLPSDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Dário Berger (MDB-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (REDE-PR)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (8)	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TG) (8)
Senador Dário Berger (MDB-SC) (8)	2. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (9)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (8)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (14)
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (9)	4. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (15)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (9)	5.
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (10)	6.
VAGO (11)	7.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (6)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (6)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (7)	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (6)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (7)	3. Senador Romário (PODEMOS-RJ) (7)
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (7)	4. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (7)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (12)	5. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (13)
	6. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (22)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, REDE, CIDADANIA, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)	1. VAGO (3,21)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3)	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TG) (3)
Senador Flávio Arns (REDE-PR) (3)	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3,21)	4. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (17)
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)	5.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (5)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) (5,16,19)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (5)
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (5)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (5)
PSD	
Senador Angelo Coronel (1,2)	1. Senador Nelsinho Trad (1)
Senador Carlos Viana (1)	2. Senador Arolde de Oliveira (1)
Senador Sérgio Petecão (1)	3. Senador Irajá (1)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jorginho Mello (PL-SC) (4)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (4)	2. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (18)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)	3. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (20)

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Arolde de Oliveira e Irajá, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº9/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 32/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Cid Gomes, Flávio Arns, Marcos do Val e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Fabiano Comparato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).



5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim, Fernando Collor e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-BLPRD).
6. Em 13.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSDB).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson, Lasier Martins e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e os Senadores Romário e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GABLID).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger e Confúcio Moura foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Marcio Bittar e Luiz Carlos foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 14.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLDPP).
12. Em 19.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPSDB).
13. Em 19.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GSEGIRÃO).
14. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-BPUB).
15. Em 26.03.2019, o Senador Fernando Bezerra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 126/2019-GLMDB).
16. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
17. Em 07.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 78/2019-GLBSI).
18. Em 04.07.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLVANG).
19. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 72/2019-BLPRD).
20. Em 07.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 50/2019-BLVANG).
21. Em 29.08.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Ofício nº 118/2019-GLBSI).
22. Em 29.08.2019, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 101/2019-GLPSDB).

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E FORMAÇÃO DE CATEGORIAS DE BASE

Finalidade: Criada pelo REQ nº 1/2019-CE para constituição de Subcomissão Permanente sobre Esporte, Educação Física e Formação de Categorias de Base no Esporte Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽²⁾

Instalação: 29/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁾	1. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁾
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽¹⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽¹⁾	5. Senador Carlos Viana (PSD-MG) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Confúcio Moura, Lasier Martins, Leila Barros, Zenaide Maia e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Wellington Fagundes, Humberto Costa e Carlos Viana, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memo. 06/2019-CE)
2. Em 29.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Marcos do Val Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CEEFCB).

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (10,17)	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (6,16)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (10)	2. Senador José Maranhão (MDB-PB) (16,17)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (10)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (17)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (13)	4. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (17)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (8)	1. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (11)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (9)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (14)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (15)	3. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) (15)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (20)	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (20)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, REDE, CIDADANIA, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3,21)	2. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3)	3. VAGO (19,21)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (7)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (7)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (7)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (7)
PSD	
Senador Lucas Barreto (2,22)	1. Senador Carlos Viana (2,22)
Senador Otto Alencar (2)	2. Senador Omar Aziz (2,18)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (4)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (5)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (12)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jaques Wagner a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CMA).
- Em 13.02.2019, os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº10/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Marcos do Val e Fabiano Comparato foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 5/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 3/2019).
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos, Confúcio Moura e Marcelo Castro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLMDB).
- Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
- Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).



13. Em 14.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).
14. Em 13.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLPSDB).
15. Em 26.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular; e o Senador Alvaro Dias, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPODE).
16. Em 12.3.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado primeiro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ser segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2019-GLMDB).
17. Em 26.03.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular; e os Senadores José Maranhão e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 124/2019-GLMDB).
18. Em 26.03.2019, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 68/2019-GLPSD).
19. Em 27.03.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 65/2019-GLBSI).
20. Em 08.04.2019, o Senador Styvenson Valentin foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GSEGIRAO).
21. Em 19.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, deixando de ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, na comissão (Memo. nº 110/2019-GLBSI).
22. Em 21.08.2019, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo PSD (Of. nº 128/2019-GLPSD).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (9)	1. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (9,13)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (13)	2. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (10,13,14,16,20)
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (13,18,20)	3. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (14,23)
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (15)	4.
	5.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (7)	1. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (6)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (7)	2. Senador Romário (PODEMOS-RJ) (7)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (8)	3. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (8)
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) (11)	4. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (12)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, REDE, CIDADANIA, PSB, PATRIOTA)	
Senador Flávio Arns (REDE-PR) (3)	1. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	2. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (19)
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)	3. Senador Jorge Kajuru (PATRIOTA-GO) (21)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (5,17)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (5)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (5)
PSD	
Senador Arolde de Oliveira (1)	1. Senador Sérgio Petecão (1,2)
Senador Nelsinho Trad (1)	2. Senador Lucas Barreto (1)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (24)
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (22)	2.

Notas:

- * . A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.
- 7. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GABLID).
- 6. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLDPSL).
- 5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-BLPRD).
- 4. Em 13.02.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- 3. Em 13.02.2019, os Senadores Flávio Arns, Acir Gurgacz e Leira Barros foram designados membros titulares; e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GLBSI).
- 2. Em 13.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Carlos Viana para compor a comissão (Of. nº20/2019-GLPSL).
- 1. Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº7/2019-GLPDS).
- 8. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e o Senador Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLID).
- 9. Em 13.02.2019, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular; e o Senador Luiz do Carmo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLMDB).
- 10. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- 11. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLDPSL).



12. Em 27.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLPSDB).
13. Em 28.03.2019, os Senadores Marcelo Castro e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 125/2019-GLMDB).
14. Em 28.03.2019, a Senadora Mailza Gomes passou a ocupar a vaga de 3º suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em decorrência da indicação do Senador Mecias de Jesus para a vaga de 2º suplente (Of. nº 125/2019-GLMDB).
15. Em 03.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-BLUNIDB).
16. Em 08.04.2019, o Senador Mecias de Jesus, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLUNIDB).
17. Em 10.04.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLPRD).
18. Em 24.04.2019, o Senador José Maranhão, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB).
19. Em 07.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 79/2019-GLBSI).
20. Em 04.07.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLDPP).
21. Em 07.08.2019, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 108/2019-GLBSI).
22. Em 13.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-BLVANG).
23. Em 13.08.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 58/2019-GLDPP).
24. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 57/2019-BLVANG).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE MOBILIDADE URBANA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 7/2019-CDH, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a mobilidade urbana e acessibilidade nos municípios brasileiros.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR)⁽³⁾

Instalação: 06/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹⁾	1.
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2.
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾	3.
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 15.03.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota foram designados membros titulares, para compor a comissão (Of. nº03/2019-CDH).
2. Em 26.03.2019, os Senadores Flávio Arns e Paulo Paim foram designados membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº04/2019-CDH).
3. Em 27.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz e o Senador Telmário Mota, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 10/2019-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Finalidade: Subcomissão Temporária criada pelo REQ nº 48/2019-CDH, para, no prazo de 210 (duzentos e dez) dias, debater questões relacionadas ao sistema penitenciário brasileiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Prazo final: 03/02/2020

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (1)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (1)	2.
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) (1)	3.
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (1)	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (1)	5.

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Soraya Thronicke e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Paim, membro suplente, para compor o Colegiado (Ofício. 47/2019-CDH)

Secretário(a): Mariana Borges Frizzer Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(1,24)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (10)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (10)
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (10)	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (10)
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (10)	3. Senadora Simone Tebet (MDB-MS) (9)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (12)	4. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (5,22)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (6,18,22)	5. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (11)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (8)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (8)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (8)	2. Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) (14)
Senador Major Olímpio (PSL-SP) (13)	3. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (15)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, REDE, CIDADANIA, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (3)	1. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)	2. Senador Flávio Arns (REDE-PR) (3)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3,25)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Fernando Collor (PROS-AL) (7,17,21)	1. VAGO (7)
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (7)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (7,16)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (23)	
PSD	
Senador Nelsinho Trad (2)	1. Senador Arolde de Oliveira (2)
Senador Angelo Coronel (2)	2. Senador Carlos Viana (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (4)	1. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (4)
PODEMOS ⁽¹⁹⁾	
Senador Marcos do Val (20,26)	1. Senador Romário (20,26)
Notas:	
* . A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.	
1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).	
2. Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD).	
3. Em 13.02.2019, os Senadores Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Acir Gurgacz, Flávio Arns e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GLBSI).	
4. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).	
5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).	
6. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).	
7. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD).	
8. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB).	
9. Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB).	



10. Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
15. Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO).
16. Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD).
17. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
18. Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).
19. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (OF s/n de 02.07.2019.)
20. Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLID).
21. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 71/2019-BLPRD).
22. Em 07.08.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-GLDPP).
23. Em 13.08.2019, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão em vaga compartilhada com o PSD (Of. nº 73/2019-BLPRD).
24. Em 20.08.2019, o Senador Marcos do Val, Vice-Presidente, deixou de compor este colegiado.
25. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 111/2019-GLBSI).
26. Em 21.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que passou a integrar a comissão como membro suplente, na vaga do Senador Oriovisto Guimarães, pelo PODEMOS(Of. nº 91/2019-GLPODE).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A VENEZUELA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 8/2019-CRE, do Senador Marcio Bittar, para acompanhar a situação na Venezuela.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR)⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcio Bittar (MDB-AC)⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (2)	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (2)
Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) (2)	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (2)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (2)	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (2)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (2)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2)
Senador Carlos Viana (PSD-MG) (2)	5. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (2)	6. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (2)

Notas:

1. Em 14.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Telmário Motta e o Senador Marcio Bittar a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 06/2019-CRE).
2. Em 14.03.2019, os Senadores Marcio Bittar, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Telmário Mota, Carlos Viana e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Jaques Wagner, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues e Marcos Rogério, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº05/2019-CRE).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



7.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O FAVORECIMENTO À LEROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 52/2019-CRE, do Senador Jaques Wagner, para se informar sobre a tentativa de favorecimento ilegal à empresa de energia Leros.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (1)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (1)
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (1)	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (1)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (1)	3. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (1)

Notas:

1. Em 30.08.2019, os Senadores Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares, e os Senadores Antonio Anastasia, Soraya Thronicke e Chico Rodrigues, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 138/2019-CRE)

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (8)	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (8)
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (8)	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (8)
Senador Eduardo Gomes (MDB-T0) (8)	3. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (8)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (8)	4. Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (7,13,14)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (9)	5. Senador Dário Berger (MDB-SC) (15)
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (12)	6. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (17)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (6)	1. Senador José Serra (PSDB-SP) (6)
Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) (10)	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (6)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (16)	3. Senadora Juíza Selma (PSL-MT) (11)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, REDE, CIDADANIA, PSB, PATRIOTA)	
Senador Jorge Kajuru (PATRIOTA-GO) (3)	1. Senador Weverton (PDT-MA) (3)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3)	3. Senadora Kátia Abreu (PDT-T0) (3)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3)	4. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (5)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (5)
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (5)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (5)
	3.
PSD	
Senador Lucas Barreto (2)	1. Senador Angelo Coronel (2)
Senador Carlos Viana (2)	2. Senador Nelsinho Trad (2)
Senador Irajá (2)	3. Senador Sérgio Petecão (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)	1. Senador Jayme Campos (DEM-MT) (4)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)
PODEMOS ⁽¹⁸⁾	
Senador Styvenson Valentim (19)	1. Senador Oriovisto Guimarães (19)
Senador Elmano Férrer (19)	2. Senador Lasier Martins (19)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério e o Senador Wellington Fagundes a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto, Carlos Viana e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Nelsinho Trad e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Weverton, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Zequinha Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular; e os Senadores José Serra e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08-A/2019-GLMDB).



8. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes e Fernando Bezerra foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Jader Barbalho e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
10. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
11. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
12. Em 19.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLDPP).
13. Em 24.04.2019, o Senador Confúcio Moura, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB).
14. Em 15.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 154/2019-GLMDB).
15. Em 23.05.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 158/2019-GLMDB).
16. Em 03.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 80/2019-GLPSDB).
17. Em 04.07.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-GLDPP).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (OF s/n de 02.07.2019.)
19. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Elmano Ferrer foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GABLID).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽¹⁰⁾	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹⁰⁾
Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(9,11)
VAGO ^(5,13)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽¹⁶⁾
	4.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁷⁾	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁷⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁷⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(7,8)	3. Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽²¹⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, REDE, CIDADANIA, PSB, PATRIOTA)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾	1. VAGO ^(3,18)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	2. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ^(3,14,15)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽³⁾	3. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁶⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁶⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
PSD	
Senador Lucas Barreto ⁽²⁾	1. Senador Angelo Coronel ⁽²⁾
Senador Omar Aziz ⁽²⁾	2. Senador Otto Alencar ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁴⁾
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾	2.
PODEMOS ⁽¹⁹⁾	
Senador Elmano Férrer ⁽²⁰⁾	1. Senador Styvenson Valentim ⁽²⁰⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Izalci Lucas Presidente deste colegiado (Mem. 1/2019-CDR).
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 8/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas, Plínio Valério e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSD/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLMDB).
- Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Zenaide Maia para Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 02/2019-CDR).
- Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro, designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 06/2019-BPUB).



14. Em 27.02.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Flávio Arns, para compor a comissão(Memo. nº 54/2019-GLBSI).
15. Em 12.03.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 58/2019-GLBSI).
16. Em 02.04.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-BLUNIDB).
17. Em 9.4.2019, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo. 70/2019-GLBSI).
18. Em 12.06.2019, a Senadora Leila Barros, designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, deixou de compor a comissão(Memo. nº 95/2019-GLBSI).
19. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
20. Em 13.02.2019, o Senador Elmano Ferrer foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID).
21. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 12/2019-CDR, do Senador Zequinha Marinho, para acompanhamento das obras da Usina de Belo Monte.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽³⁾

Instalação: 15/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽¹⁾	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾
Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) ⁽¹⁾	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁾
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽¹⁾	3. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 08.05.2019, os Senadores Zequinha Marinho, Elmano Férrer e Lucas Barreto foram designados membros titulares; e os Senadores Eliziane Gama, Chico Rodrigues e Plínio Valério, membros suplentes, para compor a comissão (Memo. nº09/2019-CDR).
2. Em 15.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Zequinha Marinho e o Senador Elmano Férrer, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CDRUBM).
3. Em 15.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Lucas Barreto a Relator deste colegiado (Memo. 02/2019-CDRUBM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dário Berger (MDB-SC) (9)	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (9,19)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (8)	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (11)
Senador José Maranhão (MDB-PB) (8)	3. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (13)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (10)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (17)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (6)	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (5)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (7)	2. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (7)
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) (14)	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (16)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (15)	4.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, REDE, CIDADANIA, PSB, PATRIOTA)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (2)	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (2)
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (2)	2.
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (2)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (4)	1. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (4)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (4)
PSD	
Senador Lucas Barreto (1)	1. Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (1,20,21)
Senador Sérgio Petecão (1)	2. Senador Angelo Coronel (1,18)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (3)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (3)	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (3)

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Acir Gurgacz, Kátia Abreu e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Jayme Campos foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Telmário Mota e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e a Senadora Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLID).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos e José Maranhão foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke e o Senador Luis Carlos Heinze o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRA).
- Em 15.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLDPP).



14. Em 18.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-GSEGIRÃO).
15. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 22/2019-GLPSDB).
16. Em 20.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 1/2019-GSADIA).
17. Em 12.3.2019, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2019-GLMDB).
18. Em 21.05.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 106/2019-GLPSD).
19. Em 23.05.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, para compor a comissão (Of. nº 159/2019-GLMDB).
20. Em 28.05.2019, o Senador Nelsinho Trad deixou de compor a comissão, pelo PSD, cedendo a vaga de suplente ao Partido Democratas - DEM. (Of. nº 109/2019-GLPSD).
21. Em 29.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo PSD, em vaga cedida ao Partido Democratas - DEM, para compor a comissão. (Of. nº 40/2019-BLVANG).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Finalidade: Subcomissão criada pelos REQs nºs 3 e 7/2019-CRA, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a implementação da Regularização Fundiária das áreas rurais no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

RELATORA: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾

Instalação: 17/04/2019

Prazo final: 20/12/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽¹⁾	1. Senador Luís Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	3. VAGO ^(1,3)
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁾	4. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾	5. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 27.03.2019, os Senadores Juíza Selma, Acir Gurgacz, Paulo Rocha, Chico Rodrigues e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Luís Carlos Heinze, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes e Telmário Mota, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº26/2019-CRA).
2. Em 17.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz Presidente do colegiado, que designou a Senadora Soraya Thronicke, Relatora (Of. 32/2019-CRA)
3. Em 28.05.2019, o Senador Nelsinho Trad deixa de compor a Subcomissão, em decorrência de sua saída da Comissão. (Of. nº 109/2019-GLPSD).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (10)	1. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (10)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (10)	2. Senador Dário Berger (MDB-SC) (10)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (7)	3. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (10)
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (11)	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (6,16)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (9)	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (9)
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (9)	2. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (9)
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) (20)	3. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (21)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, REDE, CIDADANIA, PSB, PATRIOTA)	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (4,12,17)	1. Senador Flávio Arns (REDE-PR) (4,13)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (4,23)	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (4)
Senador Weverton (PDT-MA) (4)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (8)	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) (8,15,22)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (8)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (8)
PSD	
Senador Arolde de Oliveira (2)	1. Senador Carlos Viana (2,3)
Senador Angelo Coronel (2,3)	2. Senador Sérgio Petecão (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (5)	1.
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (5)	2.
PODEMOS ⁽¹⁸⁾	
Senador Oriovisto Guimarães (19)	1. Senador Styvenson Valentim (19)
Notas:	
1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso para Presidente deste colegiado (Memo. 1/2019-CCT).	
2. Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº6/2019-GLPSD).	
3. Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel passou a ocupar vaga de titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo PSD, na comissão (Of. nº 23/2019-GLPSD).	
4. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato e Kátia Abreu, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 11/2019-GLBSI).	
5. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).	
6. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).	
7. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).	
8. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLPRD).	
9. Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLPSDB).	
10. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Eduardo Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura, Dário Berger e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLMDB).	
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).	
12. Em 19.02.2019, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, a CCT(Memo. nº 17/2019-GLBSI).	



13. Em 20.02.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, para compor a comissão (Memo. nº 20/2019-GLBSI).
14. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Selma Arruda para Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CCT).
15. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
16. Em 09.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLUNIDB).
17. Em 02.07.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular; e o Senador Acir Gurgacz, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 99/2019-GLBSI).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
19. Em 13.02.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 12/2019-GABLID).
20. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
21. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
22. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 70/2019-BLPRD).
23. Em 27.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão, em substituição ao Senador Marcos do Val (Memo. nº 115/2019-GLBSI).

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁷⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(7,8,9)	2.
	3.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, REDE, CIDADANIA, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹²⁾	1.
Senador Jorge Kajuru (PATRIOTA-GO) ⁽¹²⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽³⁾
PSD	
Senador Irajá ⁽¹⁾	1. Senador Arolde de Oliveira ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ^(2,5)	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁵⁾
PODEMOS ⁽¹⁰⁾	
Senador Styvenson Valentim ⁽¹¹⁾	1. Senador Eduardo Girão ⁽¹¹⁾

Notas:

- *. A 11ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.
- 1. Em 13.02.2019, o Senador Irajá foi designado membro titular; e o Senador Arolde de Oliveira, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GLPSD).
- 2. Em 13.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- 3. Em 13.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular; e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLPRD).
- 4. Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLMDB).
- 5. Em 19.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 15/2019).
- 6. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CSF).
- 7. Em 26.02.2019, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Marcelo Castro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 35/2019-GLMDB).
- 8. Em 06.06.2019, o Senador Marcio Bittar, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 163/2019-GLMDB).
- 9. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. nº 181/2019-GLMDB).
- 10. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
- 11. Em 14.02.2019, o Senador Capitão Styvenson foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019).
- 12. Em 27.08.2019, a Senadora Eliziane Gama e o Senador Jorge Kajuru foram designados membros titulares, pelo Bloco Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 116/2019-GLBSI).

Secretário(a): Andréia Mano**Telefone(s):** 61 3303-4488**E-mail:** csf@senado.leg.br

**13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (6)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (7)
Senador Dário Berger (MDB-SC) (6,13)	2. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (6)
Senador Márcio Bittar (MDB-AC) (6)	3. VAGO (6,12)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (9)	4.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (5)	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (5)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (5,14)	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (5,14)
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) (21)	3. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (22)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, REDE, CIDADANIA, PSB, PATRIOTA)	
Senador Jorge Kajuru (PATRIOTA-GO) (2)	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (2,11)
Senador Weverton (PDT-MA) (2)	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (2)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2)	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (4)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (4)
PSD	
Senador Angelo Coronel (1)	1. VAGO (1,23)
Senador Otto Alencar (1)	2. Senador Omar Aziz (1)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (3)	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) (8)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (3,8)	2. Senador José Serra (PSDB-SP) (15,16,17)
PODEMOS ⁽¹⁸⁾	
Senador Eduardo Girão (19)	1. Senadora Rose de Freitas (19,20)
Notas:	
1. Em 13.02.2019, os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Omar Aziz, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSD).	
2. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Weverton e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Eliziane Gama e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GLBSI).	
3. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco e Jorginho Mello foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).	
4. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2019-BLPRD).	
5. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Cunha e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSDB).	
6. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Maranhão e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15-A/2019-GLMDB).	
7. Em 13.02.2019, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).	
8. Em 14.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 11/2019).	
9. Em 20.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLDPP).	
10. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Pacheco o Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CTFC).	
11. Em 12.03.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Leila Barros, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 59/2019-GLBSI).	



12. Em 20.03.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 78/2019-GLMDB).
13. Em 02.04.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 138/2019-GLMDB).
14. Em 20.05.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular para compor a Comissão, em substituição à Senadora Mara Gabrilli, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-GLPSDB).
15. Em 04.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2019-BLVANG).
16. Em 09.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL, ficando seu efeito a cessão do Of. nº 46/2019-BLVANG (Of. nº 48/2019-BLVANG).
17. Em 10.07.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente para compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, que cedeu a vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 86/2019-GLPSDB).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
19. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, e o Senador Orio Visto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GABLID).
20. Em 20.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, em substituição ao Senador Orio Visto Guimarães, para compor a comissão (Memo. nº 16/2019-GABLID).
21. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
22. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
23. Em 03.09.2019, o Senador Carlos Viana, membro suplente pelo PSD, deixou de compor a comissão (Of. nº 134/2019-GLPSD).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



13.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS E COMBATE À CORRUPÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ 04, de 2019-CTFC, com a finalidade de debater e avaliar a qualidade dos gastos públicos e as medidas de governança e combate à corrupção.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾

Instalação: 03/09/2019

Prazo final: 10/07/2020

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽¹⁾	1. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹⁾	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾	3.

Notas:

1. Em 02.07.2019, as Senadoras Juíza Selma, Mara Gabrilli e Eliziane Gama foram designadas membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Izalci Lucas, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memorando nº 29/2019-CTFC)
2. Em 03.09.2019, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli presidente do colegiado (Of. 34/2019-CTFC)

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 27/06/2017

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 27 de junho de 2017.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

E-mail: saop@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, Portaria do Presidente nº 7, de 2019)***PRESIDENTE:**Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG)

MEMBROS

DEM

Senador Rodrigo Pacheco (MG)

PSD

Senador Irajá (TO)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)

MEMBROS	
DEM	
Senador Rodrigo Pacheco	(MG)
PSD	
Senador Irajá	(TO)
PSDB	
Senador Antonio Anastasia	(MG)



3) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES)	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (MDB-AC)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 26/02/2019

Notas:

1. Designação por meio de Ato do Presidente do Senado Federal nº6, de 2019.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

E-mail: saop@senado.leg.br



5) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:



6) CONSELHO EDITORIAL DO SENADO FEDERAL
(Portaria do Presidente Nº 10, 2019)

Número de membros: 1 titulares

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

MEMBROS

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

